

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
em 31 de dezembro de 2025

Ref. Relatório nº 264TK-061-PB



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	21
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	26
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	33

infra
commerce

Release
de Resultados

4T25

 ri.infracommerce.com.br





Infracommerce solidifica sua estrutura de capital e indicadores de liquidez

Estabilidade operacional com foco em produtividade e qualidade para alta sazonalidade

São Paulo, 30 de abril de 2026: A Infracommerce CXaaS S.A., “Infracommerce” ou “Companhia” (B3:IFCM3), e em conjunto com as suas controladas denominada “Grupo”, reconhecida como a melhor empresa dentro da categoria de inovação em soluções e tecnologias no prêmio E-commerce Brasil 2023, anuncia seus resultados para o quarto trimestre e ano de 2025 (4T25 e 2025). As informações financeiras apresentadas a seguir, exceto onde indicado, estão de acordo com as normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra maneira.

Destaques financeiros (consolidado)

- **GMV total atingiu R\$ 11,4 bilhões** em 2025;
- **Receita operacional líquida atingiu R\$ 710,0 milhões** em 2025;
- **EBITDA (-) Capex (+) Desp. antecipação de recebíveis (-) aluguéis negativo em R\$ 2,3 milhões** em 2025, uma melhoria frente aos R\$ 208,2 milhões negativos em 2024;
- **Patrimônio líquido somou R\$ 195,1 milhões positivos no 4T25**, revertendo o passivo a descoberto de mais de (R\$ 100,7) milhões do ano anterior;
- **Custos e despesas totais** registraram uma melhora de 39,3% em comparação a 2024, alcançando o montante de **R\$ 749,6 milhões** em 2025 (excluindo *impairment*);
- **Terminamos o trimestre com 1.881 #Infras em 9 países da América Latina.**

Destaques (R\$ milhões)	4T25	4T24	% Δ	2025	2024	% Δ2
GMV	2.215,5	4.113,2	-46,1%	11.410,1	14.839,4	-23,1%
TPV	474,6	605,6	-21,6%	1.609,2	3.449,2	-53,3%
Receita operacional líquida	196,1	292,9	-33,0%	710,0	1.027,1	-30,9%
Lucro bruto	37,2	121,2	-69,3%	166,0	303,3	-45,3%
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>19,0%</i>	<i>41,4%</i>	<i>-22,4</i>	<i>23,4%</i>	<i>29,5%</i>	<i>-6,2</i>
EBITDA (-) Capex (+) Desp. Antecipação Recebíveis Clientes (-) Aluguéis (-) Impairment	-4,7	-1,4	-235,7%	-2,3	-208,2	-98,9%
<i>Margem EBITDA (-) Capex (+) Desp. antecipação de recebíveis (-) aluguéis (-) impairment %</i>	<i>-2,4%</i>	<i>-0,5%</i>	<i>-1,9</i>	<i>-0,3%</i>	<i>-20,3%</i>	<i>20,0</i>
Custos e despesas totais mais <i>impairment</i>	-283,6	-288,3	-1,6%	-821,1	-2.612,2	-68,6%
Custos e despesas totais excluindo <i>impairment</i>	-212,1	-288,3	-26,4%	-749,6	-1.235,8	-39,3%



Mensagem da administração

Ao longo dos últimos doze meses, o Grupo executou de forma consistente um plano abrangente de reestruturação e turnaround, de natureza financeira, patrimonial e operacional, para (i) readequar a sua estrutura de capital e indicadores de liquidez, (ii) otimizar sua performance operacional e (iii) promover a geração recorrente e sustentável de resultados operacionais brutos e fluxos de caixa positivos.

Com relação a readequação da estrutura de capital, destaca-se a emissão e integralização de debênture mandatoriamente conversível em 23 de maio de 2025, traduzindo sobre as demonstrações financeiras consolidadas, o endividamento bancário de R\$ 732,4 em instrumento mandatoriamente conversível em capital, em até 5 anos, em ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia: (i) de forma facultativa até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de vencimento; e (ii) de forma mandatária na data de vencimento das debêntures em 12 de maio de 2030.

Até o encerramento do exercício de 2025, 64,7% das debentures conversíveis integralizadas já haviam sido convertidas em capital social. Como resultado, a Companhia apresentou patrimônio líquido de R\$ 195,1 em 31 de dezembro de 2025 (reversão da posição de patrimônio líquido a descoberto no montante de R\$ 100,7 em 31 de dezembro de 2024). A reversão do saldo do patrimônio líquido deve-se principalmente a capitalização das debentures conversíveis em capital, assim como a conversão de demais instrumentos conversíveis, ao longo do exercício, no montante de R\$ 675,3.

Igualmente importante, o capital circulante líquido tornou-se positivo em R\$ 229,9 em 31 de dezembro de 2025 (ante capital circulante líquido negativo de R\$ 526,0 em 31 de dezembro de 2024), nas demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo implementou em 2025 diversas agendas de otimização operacional, das quais destacam-se:

- (i)** Otimização dos centros de distribuição, tanto em área ocupada quanto em produtividade de mão de obra;
- (ii)** Redução de custos operacionais, por meio de aumento de produtividade e automação, renegociações contratuais e otimização de soluções tecnológicas;
- (iii)** Redução de estruturas corporativas;
- (iv)** Renegociação e/ou rescisão de determinados contratos vigentes com clientes do Grupo.



O ano de 2025 marcou um ciclo de reconstrução profunda. A reorganização operacional, o controle de custos e as iniciativas de automação e inteligência artificial criaram uma base mais eficiente e escalável para o futuro. O Grupo está preparado para construir novo capítulo voltado a crescimento, conquista de novos clientes e ganhos adicionais de produtividade.

Agradecemos aos nossos colaboradores e parceiros pelo comprometimento e pela resiliência ao longo deste processo. Seguiremos com o mesmo foco e disciplina, construindo uma Infracommerce sólida, eficiente e preparada para continuar evoluindo.

Mariano Oriozabala

CEO da Infracommerce CXaaS S.A.



Desempenho financeiro (consolidado)

As demonstrações de resultados e os dados operacionais apresentados nas tabelas a seguir devem ser lidos em conjunto com os comentários dos resultados trimestrais apresentados posteriormente. Todos os números são comparados ao mesmo período do ano anterior e foram arredondados para o milhar mais próximo, contudo podem apresentar divergências quando comparado às demonstrações contábeis em virtude das casas decimais.

Demonstrações de resultados (R\$ milhões)	4T25	4T24	% Δ	2025	2024	% Δ
Receita operacional líquida	196,1	292,9	-33,0%	710,0	1.027,1	-30,9%
Custo do serviço prestado (CSV)	-158,9	-171,8	-7,5%	-544,0	-723,8	-24,8%
Lucro bruto	37,2	121,2	-69,3%	166,0	303,3	-45,3%
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>19,0%</i>	<i>41,4%</i>	<i>-22,4</i>	<i>23,4%</i>	<i>29,5%</i>	<i>-6,2</i>
Despesas comerciais e administrativas e impairment	-119,1	-101,0	17,9%	-273,3	-1.871,5	-85,4%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-5,6	-15,5	-63,9%	-3,8	-16,9	-77,5%
EBITDA	-65,3	16,5	-496,4%	-31,3	-1.455,6	-97,8%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-33,3%</i>	<i>5,6%</i>	<i>-38,9</i>	<i>-4,4%</i>	<i>-141,7%</i>	<i>137,3</i>
Aluguel	-5,6	-9,3	-39,8%	-21,9	-33,7	-35,0%
Capex	-5,2	-8,6	-39,5%	-20,6	-42,8	-52,0%
Desp. Antecip.	-	-	-	-	-52,5	-
Impairment	71,5	-	-	71,5	1.376,4	-94,9%
EBITDA (-) Capex (+) Desp. antecipação recebíveis de clientes (-) Aluguéis (-) Impairment	-4,7	-1,4	229,5%	-2,3	-208,2	-98,9%
<i>Margem EBITDA (-) Capex (+) Desp. antecipação de recebíveis (-) aluguéis (-) impairment %</i>	<i>-2,4%</i>	<i>-0,5%</i>	<i>-1,9</i>	<i>-0,3%</i>	<i>-20,3%</i>	<i>20,0</i>
EBIT	-87,5	4,7	- 1978,5%	-111,2	-1.585,1	-93,0%
Despesa financeira	-84,6	-56,9	48,7%	-260,7	-233,0	11,9%
Receita financeira	17,2	28,6	-39,9%	38,6	78,0	-50,5%
Resultado financeiro líquido	-67,4	-28,3	138,2%	-222,1	-155,0	43,3%
Prejuízo antes dos impostos	-154,9	-23,6	556,4%	-333,2	-1.740,1	-80,8%
Imposto corrente	-1,7	-8,0	-78,8%	-9,5	-11,8	-19,0%
Imposto diferido	0,2	0,0	355,1%	0,9	0,9	0,0%
Prejuízo do período e exercício	-156,3	-31,5	396,2%	-341,9	-1.751,0	-80,5%

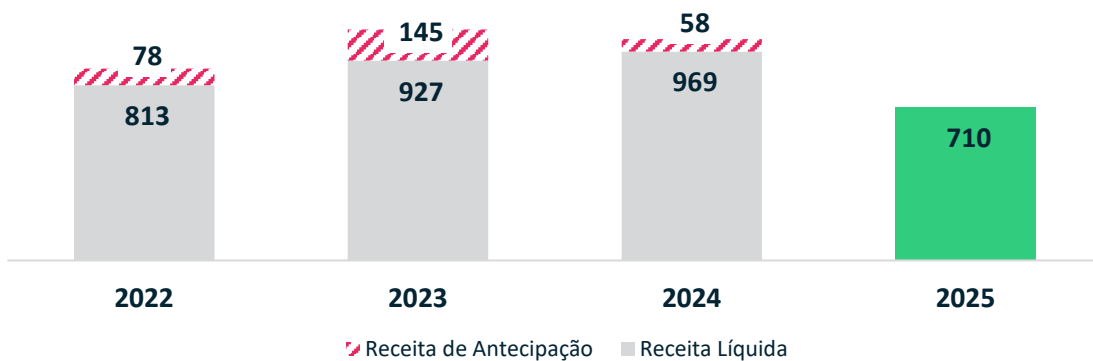
Destaques operacionais	4T25	4T24	% Δ	2025	2024	% Δ
GMV	2.215,5	4.113,2	-46,1%	11.410,1	14.839,4	-23,1%
TPV	474,6	605,6	-21,6%	1.609,2	3.449,2	-53,3%
<i>Take Rate</i>	<i>8,9%</i>	<i>7,1%</i>	<i>1,7</i>	<i>6,2%</i>	<i>6,9%</i>	<i>-0,7</i>
Funcionários equivalentes - tempo integral	1.881,0	2.539,0	-25,9%	1.881,0	2.539,0	-25,9%



Receita operacional líquida

No 4T25, a **receita operacional líquida** da Infracommerce **atingiu R\$ 196,1 milhões**, uma redução de 33,1% em relação ao mesmo período de 2024. No **acumulado do ano de 2025**, a **receita operacional líquida** somou **R\$ 710,0 milhões**, representando uma redução de 30,9% em comparação a 2024, excluindo a receita de antecipação. Esse recuo é atribuído, em parte, à perda de clientes estratégicos e à saída de contratos considerados onerosos, movimento este que se acentuou no segundo semestre de 2024. Por um lado, há o decréscimo na receita operacional líquida, porém, por outro lado, há a melhora da margem bruta recorrente.

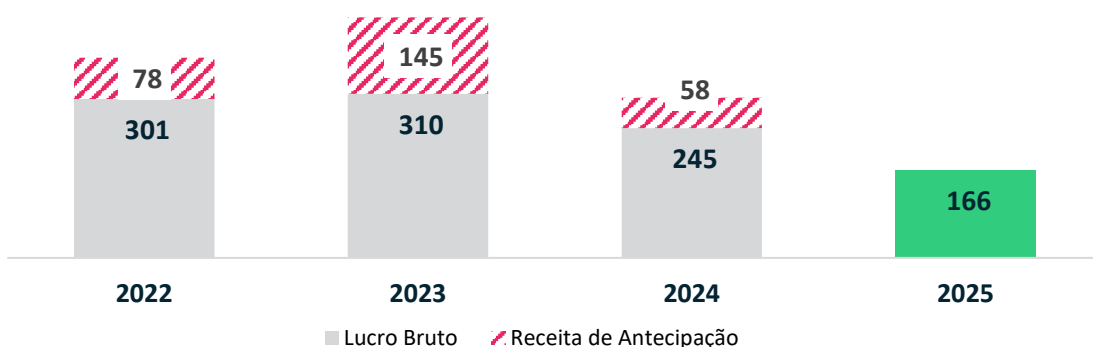
Receita operacional líquida
(R\$ milhões)



Lucro bruto

No 4T25, o **lucro bruto** foi de **R\$ 37,2 milhões** e **margem bruta** de **19,0%**. Em 2025, o **lucro bruto** somou **R\$ 166,0 milhões** com **margem bruta** de **23,4%**.

Lucro bruto
(R\$ milhões)



Custos e despesas operacionais

Custos e despesas (R\$ milhões)	4T25	4T24	% Δ	2025	2024	% Δ
Custo do serviço prestado (CSV)	-158,9	-171,8	-7,5%	-544,0	-723,8	-24,8%
Despesas comerciais e administrativas	-119,1	-101,0	17,9%	-273,3	-1.871,5	-85,4%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-5,6	-15,5	-63,9%	-3,8	-16,9	-77,5%
Custos e despesas totais mais <i>impairment</i>	-283,6	-288,3	-1,6%	-821,1	-2.612,2	-68,6%
(-) <i>Impairment</i>	71,5	-	-	71,5	1.376,4	-94,8%
Custos e despesas totais excluindo <i>impairment</i>	-212,1	-288,3	-26,4%	-749,6	-1.235,8	-39,3%

Os custos e despesas operacionais totais, excluindo *impairment*, registraram queda de 39,3% em 2025, na comparação com 2024. Os **custos dos serviços prestados foram de R\$ 544,0 milhões**, equivalente a uma redução de 24,8% se comparado com 2024, devido aos efeitos concretos das iniciativas de redução de custos e despesas mensais, com ações estratégicas para melhoria de margem operacional e do fluxo de caixa operacional da Companhia. Já as **despesas comerciais e administrativa (incluindo *impairment*)** totalizaram **R\$ 273,3 milhões** em 2025, com uma queda expressiva de 85,4% em comparação com 2024. No Brasil, redimensionamos a estrutura organizacional, logística, otimizamos sistemas e processos. Regionalmente, capturamos ganhos de eficiência e sinergias dentre as operações e áreas geográficas.

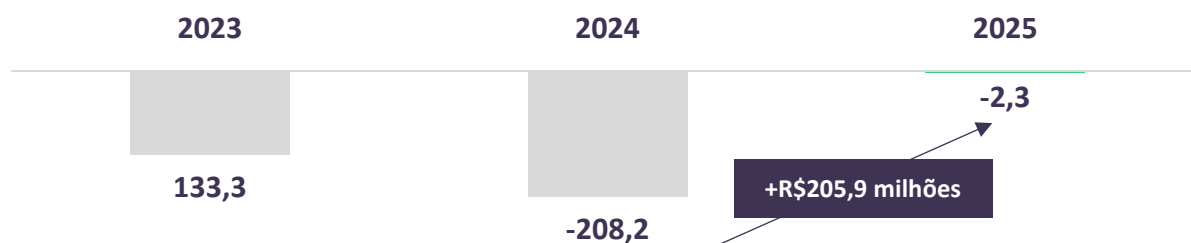
EBITDA

EBITDA (R\$ milhões)	4T25	4T24	% Δ	2025	2024	% Δ
Prejuízo do período e exercício	-156,3	-31,5	396,2%	-341,9	-1.751,0	-80,5%
Depreciação (imobilizado e direito de uso) e amortização	20,1	9,5	111,6%	75,5	129,5	-41,7%
Resultados financeiros líquidos	67,4	28,3	138,2%	222,1	155,0	43,3%
Imposto corrente	1,4	10,2	-86,3%	8,6	10,9	-20,6%
EBITDA	-65,3	16,5	-495,8%	-31,3	-1.455,6	108,7%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	-33,3%	5,6%	-38,9	-4,4%	-141,7%	137,3
Aluguel	-5,6	-9,3	-39,8%	-21,9	-33,7	-35,0%
Capex	-5,2	-8,6	-39,5%	-20,6	-42,8	-52,0%
Despesas antecipação de recebíveis	-	-	-	-	-52,5	-
Impairment	71,5	-	-	71,5	1.376,4	-94,8%
EBITDA (-) Capex (+) Desp. antecipação de recebíveis (-) aluguéis (-) <i>impairment</i>	-4,7	-1,4	235,7%	-2,3	-208,2	-98,9%
<i>Margem EBITDA (-) Capex (+) Desp. Antecipação Recebíveis Clientes (-) Aluguéis (-) Impairment %</i>	-2,4%	-0,5%	-1,9	-0,3%	-20,3%	20,0



Ao final de 2025, a Companhia registrou **EBITDA (-) Capex (+) Desp. antecipação de recebíveis (-) alugueis** negativo em **R\$ 2,3 milhões**, uma melhora significativa em relação aos R\$ 208,2 milhões negativos registrados em 2024, **recuperação de R\$ 205,9 milhões vs. 2024**. Parte dessa melhora decorre da revisão da estrutura organizacional, que priorizou a excelência nos serviços principais da Companhia e fortaleceu sinergias entre as operações na América Latina. Além disso, houve uma reavaliação da base de clientes e da precificação dos serviços, com foco estratégico em *full commerce* e na agregação de valor.

O desempenho de EBITDA e Margem EBITDA foram impactados pelo reflexo da redução de custos e despesas que a Companhia iniciou a partir do segundo trimestre de 2024, em conjunto com uma melhora da margem devido à rescisão de contratos onerosos de clientes.



Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido (R\$ milhões)	4T25	4T24	% Δ	2025	2024	% Δ
Despesa financeira	-84,6	-56,9	48,7%	-260,7	-233,0	11,9%
Antecipação de recebíveis	-2,7	-0,5	495,1%	-6,0	-52,9	-88,7%
Resultado de instrumentos conversíveis	-59,5	-	-	-187,1	0,0	-
Juros e demais despesas financeiras	-22,3	-56,5	-60,5%	-67,6	-180,1	-62,5%
Receita financeira	17,2	28,6	-39,9%	38,6	78,0	-50,5%
Resultado financeiro líquido	-67,4	-28,3	138,2%	-222,1	-155,0	43,3%

Destaca-se que R\$ 59,5 milhões no 4T25 e R\$ 187,1 milhões em 2025 referem-se ao reconhecimento de juros relacionados aos instrumentos mandatoriamente conversíveis, que serão liquidados, tanto o principal quanto os juros acumulados, por meio da capitalização dos saldos. Dessa forma, o **resultado financeiro do período e exercício**, com previsão de efeito caixa, foi negativo em R\$ 7,9 milhões no trimestre e negativo em R\$ 35,0 milhões no acumulado do ano, **representando uma melhora de R\$ 120,0 milhões em relação aos R\$ 155,0 milhões negativos em 2024**.



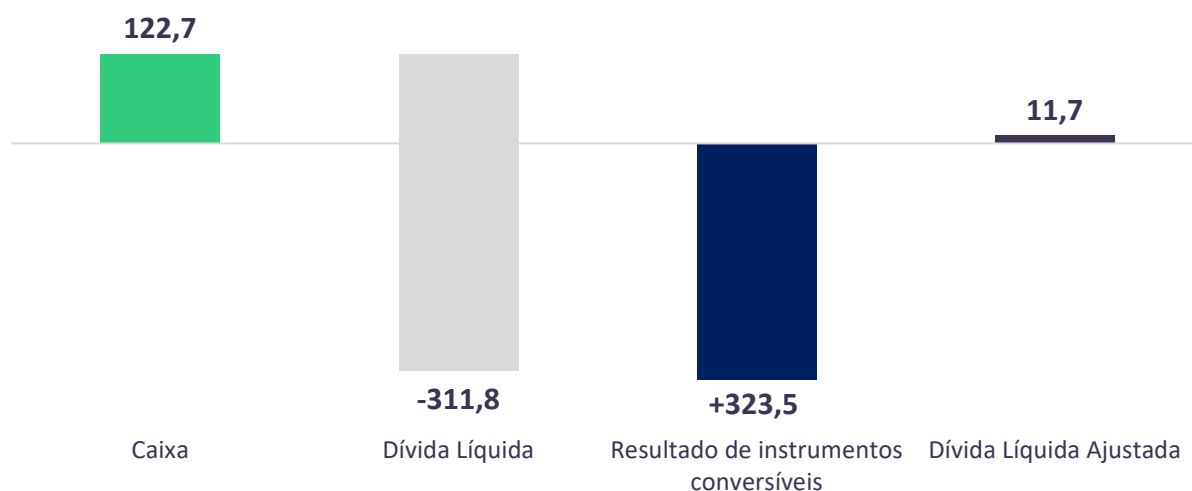
Liquidez e dívida líquida

Liquidez (R\$ milhões)	4T25	4T24	% Δ	2025	2024	% Δ
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	122,7	128,4	-4,4%	122,7	128,4	-4,4%
Empréstimos e financiamentos	-111,0	-383,2	-71,0%	-111,0	-383,2	-71,0%
Debêntures	-	-386,1	n.a.	-	-386,1	-
Instrumentos conversíveis	-323,5	-	n.a.	-323,5	0,0	-
Dívida líquida	-311,8	-640,9	-51,3%	-311,8	-640,9	-51,3%
Parcelas de M&A	-0,5	-26,4	-98,1%	-0,5	-26,4	-98,1%
Dívida líquida + M&A	-312,3	-667,3	-53,2%	-312,3	-667,3	-53,2%

O Grupo encerrou o período com posição de caixa de R\$ 122,7 milhões, enquanto o saldo de empréstimos e financiamentos bancários foi de R\$ 111,0 milhões, uma redução de 71,0% em relação ao montante de R\$ 383,2 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ao final do 4T 2025, a dívida líquida, incluindo M&A, totalizou R\$ 312,3 milhões, representando uma redução de 53,2% na comparação anual, refletindo principalmente o consumo de caixa e a amortização de juros no período. Deste total, R\$ 323,5 milhões referem-se a instrumentos financeiros reconhecidos como passivos financeiros que serão liquidados através de aumentos de capital no curso dos respectivos instrumentos.

Logo, o endividamento líquido financeiro ajustado, excluindo os saldos dos instrumentos financeiros, que não terão efeito caixa na sua liquidação, é positivo em R\$ 11,7 milhões.





Capex

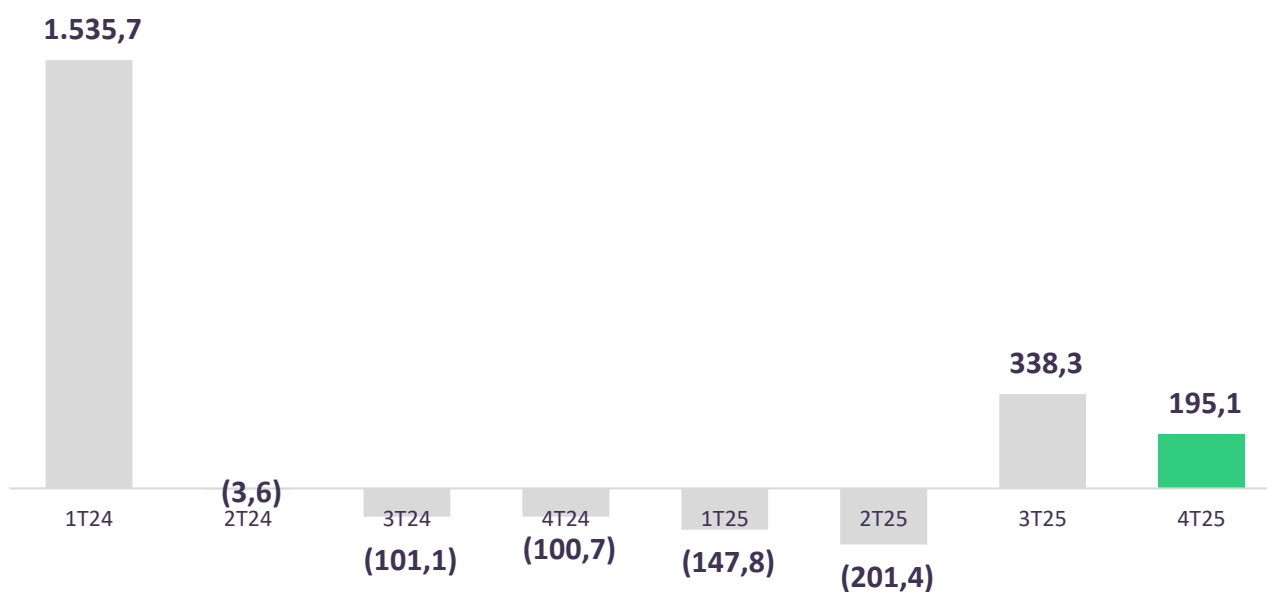
Capex (R\$ milhões)	4T25	4T24	% Δ	2025	2024	% Δ
Infraestrutura	-0,4	-1,9	-78,9%	-3,0	-10,5	-71,7%
Tecnologia	-4,8	-5,6	-14,3%	-17,6	-31,2	-43,6%
Capex total	-5,2	-7,5	-30,7%	-20,6	-41,7	-50,7%

No 4T25, o Capex total da Companhia foi de R\$ 5,2 milhões, representando redução de 31,1% em relação ao 4T24. O Capex do período inclui:

- **R\$ 0,4 milhão em infraestrutura logística**, redução de 80,3% em comparação ao 4T24;
- **R\$ 4,8 milhões em tecnologia**, redução de 14,4% comparado ao 4T24, em função da otimização dos investimentos.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido encerrou o 4T25 em R\$ 195,1 milhões, refletindo a recomposição da estrutura de capital da Companhia ao longo de 2025, com a conversão de debêntures mandatoriamente conversíveis.



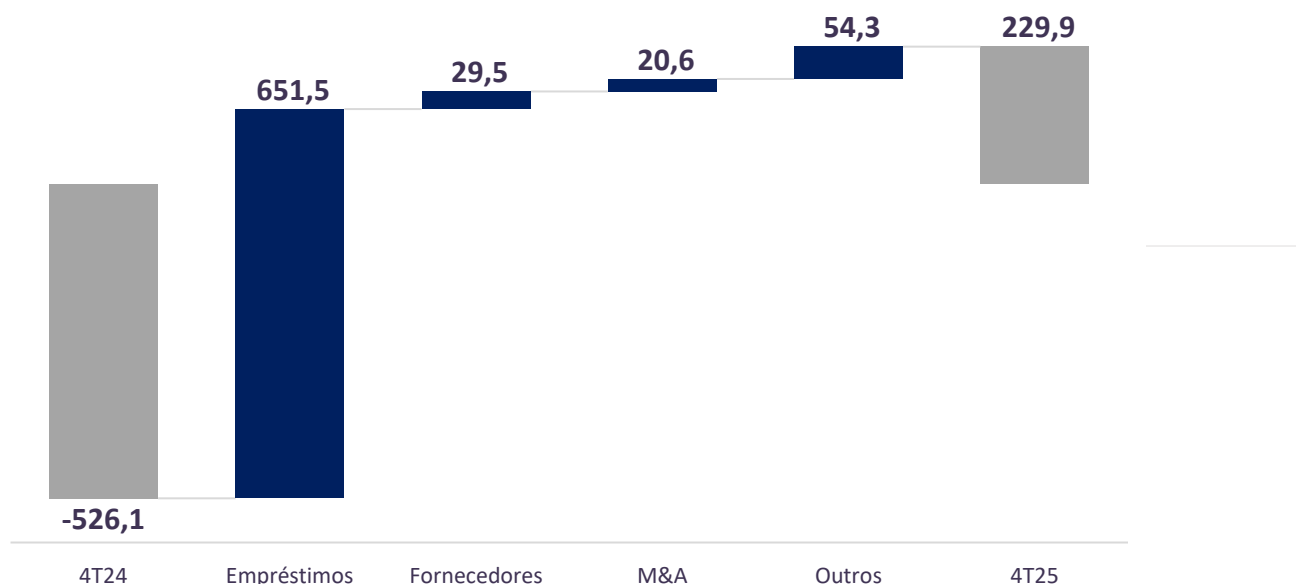


Capital Circulante Líquido (CCL)

O capital circulante líquido, ao final do ano de 2024 somava saldo negativo de R\$ 526,1 milhões. Já no final do 4T25, o saldo dos ativos de curto prazo superaram os saldos dos passivos de curto prazo em R\$ 229,9 milhões.

Esta melhora substancial deste importante indicador de liquidez, deve-se a implementação das ações da reestruturação em curso, com destaque para a capitalização de passivos financeiros e operacionais e otimização do capital de giro com ganhos de eficiência no ciclo de faturamento.

Movimentação do Capital Circulante Líquido em R\$ (milhões)



Equidade e remuneração

Em atendimento ao § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada pela Lei nº 15.177/2025, o Grupo apresenta, a seguir, informações relativas à participação de mulheres em seu quadro funcional e na administração, bem como indicadores remuneratórios por sexo, acompanhados de sua evolução comparativa.

O Grupo adota, em seu Código de Ética e Conduta e em sua estrutura de governança, diretrizes que norteiam sua cultura e suas práticas internas, com ênfase na promoção da equidade, na igualdade de condições e oportunidades, no respeito à diversidade e à individualidade, bem como na adoção de critérios objetivos e meritocráticos. Ademais, conta com Comitê de Ética e Conduta responsável, entre outras atribuições, por acompanhar denúncias de irregularidade, avaliar eventual violação ao Código de Ética e Conduta e às demais normas internas aplicáveis, e recomendar a adoção das medidas cabíveis.

As informações abaixo refletem predominantemente os colaboradores das sociedades operacionais controladas pela Companhia no Brasil, consideradas em base consolidada, tendo em vista que o Grupo, na qualidade de holding, não concentra diretamente a maior parte de sua força de trabalho.

Os dados relativos à composição dos órgãos de administração referem-se à Companhia.

Para fins de comparabilidade, o Grupo considerou, conforme aplicável, a média anual do quadro de colaboradores, da composição dos órgãos de administração e dos indicadores remuneratórios.

A Companhia esclarece que a utilização de informações consolidadas busca refletir de forma mais adequada a realidade operacional do grupo, podendo diferir de outros formulários divulgados nos termos da regulamentação aplicável.

Quadro 1 - Composição do Grupo por nível hierárquico

Cargo	2025			2024			Variação total % Mulheres 2025 vs 2024 (p.p.)
	Mulheres	Homens	% Mulheres	Mulheres	Homens	% Mulheres	
Liderança (diretoria não estatutária e gerência)	11	22	33,33%	20	25	44,44%	-11,11%
Média liderança (coordenação / supervisão)	30	29	50,85%	43	52	45,26%	5,59%
Demais empregados	461	257	64,21%	753	468	61,67%	2,54%
Aprendizes e estagiários	7	8	46,67%	10	1	90,91%	-44,24%
TOTAL	509	316	61,70%	826	546	60,20%	1,5%



Quadro 2 - Composição da administração

Órgão	2025			2024			Variação total % Mulheres 2025 vs 2024 (p.p.)
	Mulheres	Homens	% Mulheres	Mulheres	Homens	% Mulheres	
Conselho de administração	0,42	4	9,5%	1,25	5,50	22,73%	-13,23%
Diretoria estatutária	0	3,08	0%	0	3,67	0%	-
TOTAL	0,42	7,08	9,5%	1,25	8,87	22,73%	-13,23%

Quadro 3 - Demonstrativo de remuneração

Eventuais variações podem decorrer de fatores objetivos, como senioridade, tempo de experiência, qualificações, escopo de responsabilidade e atingimento de metas no período, sem que isso represente, por si só, distinção remuneratória para trabalho de igual valor, observada a legislação aplicável.

Gênero	Remuneração fixa		Remuneração variável		Variação total % Mulheres 2025 vs 2024 (p.p.)
	2025	2024	2025	2024	
Mulheres	R\$4.177,46	R\$3.825,90	-	-	9,19%
Homens	R\$7.512,12	R\$6.308,40	-	-	19,08%
TOTAL	R\$5.474,79	R\$4.821,41	-	-	13,55%



Relacionamento com auditor independente

Em conformidade da instrução CVM nº 381/03 informamos que a Companhia consultou os auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. no sentido de assegurar o cumprimento das normas emanadas pela Autarquia, bem como a Lei de Regência da profissão contábil, instituída por meio do Decreto Lei nº 9.295/46 e alterações posteriores.

Também foi observado o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional emanada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as orientações técnicas emanadas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

A Companhia adotou o princípio fundamental de preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência de auditar os seus próprios serviços, e tampouco de terem participado de qualquer função de gerência da Companhia.

A Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. foi contratada para execução de serviços de auditoria do exercício corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e de revisão das informações trimestrais dos períodos findos em 31 de março de 2025, 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025.



Conferência de resultados

Terça-feira, 5 de maio de 2026

14h00 (horário de Brasília) | 13h00 (EST)

Webcast: ri.infracommerce.com.br

Sobre a Infracommerce

A Infracommerce é um ecossistema digital *white label* que atua no conceito de Customer Experience as a Service (CXaaS). O Grupo oferece soluções digitais completas - desde plataforma e dados até logística e pagamentos - que simplificam as operações digitais de empresas de todos os portes e segmentos, incluindo o mercado de luxo, grandes varejistas e indústrias. Com presença no Brasil, México, Argentina, Colômbia, Chile, Peru, Uruguai, Equador e Panamá, com mais de 200 grandes marcas multinacionais, a Infracommerce foi reconhecida como a Melhor Empresa de Soluções Digitais pela Associação Brasileira de Comércio Eletrônico. Para mais informações, visite ri.infracommerce.com.br.

Contatos

Relações com Investidores

investor@infracommerce.com.br

Relações com a Imprensa

infracommerce@giusticom.com.br



Balço patrimonial (consolidado)

Balço patrimonial (R\$ milhes)	4T25	4T24	% Δ
ATIVO	1.319,0	1.561,5	-15,5%
Ativo circulante	647,5	718,1	-9,8%
Caixa e equivalentes de caixa	77,6	104,8	-26,0%
Aplicações financeiras	45,1	23,6	91,1%
Contas a receber	328,5	451,7	-27,3%
Adiantamentos de fornecedores	61,5	69,6	-11,6%
Impostos a recuperar	101,3	47,8	111,9%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5,0	14,1	-64,5%
Despesas pagas antecipadamente	1,8	2,0	-10,0%
Outras contas à receber	26,7	4,5	493,3%
Ativo não circulante	671,6	843,4	-20,4%
Outras contas a receber	61,0	68,9	-11,5%
Impostos a recuperar	24,3	36,0	-32,5%
Depósitos judiciais	108,1	137,3	-21,3%
Impostos diferidos a recuperar	8,8	-	-
Imobilizado	63,9	84,1	-24,0%
Intangível	386,0	485,9	-20,6%
Direito de uso	19,5	31,3	-37,7%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.319,1	1.561,5	-15,5%
Passivo circulante	417,5	1.244,1	-66,4%
Arrendamento	17,0	18,8	-9,6%
Fornecedores	242,5	395,1	-38,6%
Impostos a pagar	30,6	33,6	-8,9%
Empréstimos e financiamentos	67,1	332,5	-79,8%
Debênture	-	386,1	-
Risco sacado a pagar	-	-	-
Salários, encargos e provisões para férias	44,0	41,8	5,3%
Adiantamento de clientes	0,0	-	-
Contas a pagar pela combinação de negócio	0,2	20,9	-99,0%
Outras contas a pagar	16,1	9,0	78,9%
Instrumentos financeiros	-	6,4	-
Passivo não circulante	706,4	418,0	69,0%
Arrendamento	6,7	18,6	-64,0%
Fornecedores	26,6	17,5	52,0%
Impostos a pagar	153,0	131,7	16,2%
Empréstimos e financiamentos	43,9	50,7	-13,4%
Debênture	323,5	-	-
Impostos diferidos	0,1	1,0	-90,0%
Provisões para contingências	139,6	121,7	14,7%
Contas a pagar pela combinação de negócio	0,2	5,5	-96,4%
Salários, encargos e provisão para férias	-	5,0	-
Outras contas a pagar	12,8	7,7	66,2%
Passivo para a participação de não controladores	-	58,6	-
Patrimônio líquido	195,2	-100,7	-293,8%

Demonstração do fluxo de caixa (consolidado)

Demonstrações dos fluxos de caixa (R\$ milhões)	4T25	4T24	% Δ	2025	2024	% Δ
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
(Prejuízo) lucro do exercício	-156,3	-31,6	394,6%	-341,9	-1.751,0	-80,5%
Ajustes não-caixa:	169,70	-11,7	1.550,4%	368,3	1.613,9	-77,2%
Depreciação	20,1	9,6	109,4%	75,5	129,5	-41,7%
Despesa financeira	52,6	22,3	135,9%	175,6	96,3	82,3%
Despesas M&As	72,9	1.308,8	-94,4%	98,1	1.319,1	-92,6%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-1,8	0,0	-100,0%	-7,0	-4,4	59,6%
Outros	25,9	-1.352,4	-101,9%	26,1	73,4	-64,5%
Varição nos ativos e passivos operacionais	13,4	-43,3	-130,9%	26,4	-137,1	-119,2%
Varição do ativo	54,5	-51,9	-205,0%	120,9	177,5	-31,9%
Varição do passivo	2,2	135,6	-98,4%	-111,3	-176,3	-36,9%
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	64,1	40,4	58,7%	29,9	-135,9	-122,0%
Aquisição de imobilizado	-0,4	14,4	-102,8%	-3,0	-10,4	-71,5%
Aquisição de intangível	-4,8	39,4	-112,2%	-17,6	-31,2	-43,6%
Resgate em aplicações financeiras	-5,3	-22,7	-76,7%	12,7	46,6	-72,7%
Investimento em aplicações financeiras	-27,2	53,9	-150,5%	-27,2	-60,0	-54,8%
Aquisição de participação em controlada	-	-	-	-	-	-
Venda de participação em controladas, líquida de caixa	-	-46,0	-	-	23,0	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	-37,7	39,0	-196,7%	-35,0	-32,0	9,2%
Aumento de capital - pagamento baseado em ações	-	0,0	-	-	0,2	-
Aumento de capital	-	-0,4	-	-	-	-
Custo de emissão de ações (<i>follow on</i>)	-	-	-	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	39,8	-412,3	-109,7%	125,3	347,1	-63,9%
Pagamento de principal e juros - empréstimos e debêntures	-44,5	494,6	-109,0%	-101,0	-341,3	-70,4%
Pagamento de principal e juros - arrendamento	-7,1	37,1	-119,1%	-23,7	-33,3	-28,8%
Juros capitalizados de empréstimos	0,7	-0,9	-177,8%	1,9	1,9	2,2%
Custos de transação de antecipação de recebíveis	-9,2	83,5	-111,0%	-9,2	-54,4	-83,0%
Aquisição de participação em controlada	-0,2	15,4	-101,3%	-0,5	-9,6	-95,1%
Custo de emissão - empréstimos e debêntures	0,4	9,2	-95,7%	-15,7	-4,6	244,3%
Captação de debêntures	-	-	-	-	-	-
Pagamento de risco sacado	-	80,8	-	-	-47,4	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-20,1	307,0	-106,5%	-22,9	-141,4	-83,8%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	6,3	386,3	-98,4%	-28,0	-309,4	-91,0%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	69,0	414,1	-83,3%	104,8	414,1	-74,7%
Efeito de variação cambial no caixa e equivalente de caixa	82,3	-10,3	-899,0%	-0,8	0,0	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	77,6	-123,9	-162,6%	77,6	104,8	-25,9%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-73,7	-527,7	-86,0%	-28,0	-309,4	-91,0%



Glossário

CAPEX: Montante investido na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital.

Customer Experience as a Service (CXaaS): Valorização da experiência do consumidor em todos os canais de relacionamento de nossos clientes.

#Infras: Termo utilizado para designar o quadro de colaboradores e profissionais que compõem o capital humano do Grupo, responsáveis pela execução operacional e estratégica do ecossistema.

GMV (Gross Merchandise Volume): Volume bruto de transação das mercadorias em nosso ecossistema.

EBITDA: Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

TPV (Total Payment Volume): Volume transacionado pelos meios de pagamento.

Este documento pode conter certas declarações e informações relacionadas à Infracommerce CXAAS S.A., isoladamente ("Companhia") ou em conjunto com as demais sociedades do seu grupo econômico ("Grupo"), que refletem as visões atuais e/ou expectativas, estimativas ou projeções do Grupo e de sua administração com respeito a sua performance, seus negócios e eventos futuros. Declarações prospectivas incluem, sem limitação, qualquer declaração que possua previsão, indicação ou estimativas e projeções sobre resultados futuros, performance ou objetivos, bem como palavras como "acreditamos", "antecipamos", "esperamos", "estimamos" e "projetamos", entre outras palavras com significado semelhante. Embora o Grupo e sua administração acreditem que tais declarações prospectivas são baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a riscos, incertezas e eventos futuros e são emitidas à luz de informações que estão atualmente disponíveis na data em que emitidas. Tais declarações prospectivas se referem apenas à data em que foram emitidas, e a Companhia não se responsabiliza por atualizá-las ou revisá-las publicamente após a distribuição deste documento, por qualquer razão ou motivo, inclusive em virtude de novas informações ou eventos futuros.

Diversos fatores, incluindo os riscos e incertezas supramencionados, podem fazer com que as circunstâncias e eventos prospectivos discutidos neste documento não ocorram, e, em consequência, os resultados futuros da Companhia podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos nessas declarações prospectivas. Declarações prospectivas envolvem riscos e incertezas e não são garantias de eventos futuros. Portanto, os investidores não devem tomar nenhuma decisão de investimento com base nas declarações prospectivas eventualmente aqui contidas.

O mercado e as informações de posição competitiva, incluindo eventuais projeções de mercado citadas ao longo deste documento, foram obtidas por meio de pesquisas internas, pesquisas de mercado, informações de domínio público e publicações empresariais. Apesar de não termos razão para acreditar que qualquer destas informações ou relatórios sejam imprecisos em qualquer aspecto relevante, tais informações não foram verificadas de forma independente. O Grupo não se responsabiliza pela veracidade de tais informações.

Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para (R\$ milhões), para facilitar a sua apresentação. As escalas dos gráficos dos resultados podem figurar em proporções diferentes, para otimizar a demonstração. Dessa forma, os números e os gráficos apresentados podem não representar a soma aritmética e a escala adequada dos números que os precedem, e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton
Audidores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Infracommerce CXaaS S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infracommerce CXaaS S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infracommerce CXaaS S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser considerado em nosso relatório.

Avaliação da perda por redução ao valor recuperável das unidades geradoras de caixa, incluindo ativos intangíveis com vida útil indefinida (goodwill) – Notas Explicativas nº 12 e nº 13

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado, nas rubricas de imobilizado e intangível/ágio (consolidado) os montantes de R\$ 63.880 mil e R\$ 386.010 mil, respectivamente. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS Accounting Standards* requerem que a Companhia realize, anualmente, o teste de recuperabilidade econômica dos ativos com indicadores de perda de recuperabilidade, bem como valores registrados como ativo intangível sem vida útil definida. Conforme discutido na Nota Explicativa nº 13, o teste de recuperabilidade dos ativos envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, considerando-se premissas complexas subjetivas e significativas, tais como receita de vendas, taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Dessa forma, a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de ajuste por redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tendo sido considerada uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um principal assunto de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação das análises preparadas pela administração, com o suporte de nossos especialistas internos em Finanças Corporativas, que verificaram a razoabilidade do modelo utilizado na avaliação da administração, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros mediante a comparação com orçamentos aprovados pela diretoria executiva e premissas e dados de mercado (como receita de vendas e custos de commodities), além das taxas de desconto e de crescimento da perpetuidade;
- Discussão detalhada com a administração sobre o plano de negócios;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando avaliar se existiriam premissas não consistentes com histórico de desempenho da Companhia, e/ou desalinhadas com dados externos independentes, ou que deveriam ser revisadas devido a mudanças no ambiente econômico ou regulatório;
- Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre determinadas premissas sensíveis utilizadas no teste de recuperabilidade, incluindo aquelas que possuem impacto significativo na determinação do valor recuperável dos ativos objeto do teste de recuperabilidade; e
- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins das IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas originalmente antes dos ajustes contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 4.17, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 28 de março de 2025. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2025, examinamos também os ajustes contábeis descritos na Nota Explicativa nº 4.17, as quais foram efetuadas para correção dos valores correspondentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (e saldo de partida de 1º de janeiro de 2024). Em nossa opinião, tais ajustes contábeis são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Standards Accounting Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Octavio Zampirillo Neto
Contador CRC 1SP-289.095/O-3

Infracommerce CXaaS S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 1º de janeiro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.156	11.898	182.190	77.595	104.776	414.148
Aplicações financeiras	6	8.004	-	-	45.073	23.648	10.090
Contas a receber	7	-	-	-	328.540	451.694	495.975
Adiantamentos a fornecedores	8	-	133	2.100	61.478	69.556	123.559
Impostos a recuperar	9	3.186	-	-	101.273	47.849	59.987
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	1.490	4.571	7.062	4.996	14.110	17.700
Despesas pagas antecipadamente	-	441	1.090	1.286	1.791	1.985	5.397
Outras contas a receber	10	69	69	-	26.675	4.457	4.990
Total do ativo circulante		28.346	17.761	192.638	647.421	718.075	1.131.846
Ativo não circulante							
Realizável a longo prazo							
Impostos a recuperar	9	-	-	-	14.489	35.990	37.180
Mútuo a receber de partes relacionadas	29	36.043	14.184	8.506	-	-	-
Outras contas a receber	10	60.358	68.402	69.780	60.968	68.886	70.693
Depósitos judiciais	20	2	2	2	108.129	137.259	181.437
Impostos diferidos a recuperar	-	-	-	-	8.783	-	-
Investimentos em controladas	11	737.943	698.636	2.288.638	-	-	-
Imobilizado	12	-	-	-	63.880	84.127	98.842
Intangível e ágio	13	-	-	880	386.010	485.868	1.869.733
Direito de uso	14	-	-	-	19.510	31.261	53.730
Total do ativo não circulante		834.346	781.224	2.367.806	661.769	843.391	2.311.615
Total do ativo		862.692	798.985	2.560.444	1.309.190	1.561.466	3.443.461

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 1º de janeiro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Passivo circulante							
Arrendamentos	15	-	-	-	16.994	18.790	23.913
Fornecedores	16	191	1.167	4.653	242.505	395.135	549.722
Fornecedores - risco sacado à pagar	-	-	-	-	-	-	31.062
Impostos a pagar	17	14	1.560	1.379	30.616	33.554	15.071
Empréstimos e financiamentos	18	43.508	166.943	185.405	67.066	332.494	218.062
Debêntures	19	-	386.084	82.590	-	386.084	82.590
Salários, encargos e provisão para férias	-	1.730	982	-	43.974	41.779	49.783
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	33	-	1.077
Contas a pagar pela combinação de negócio	21	247	10.392	6.653	247	20.883	15.979
Outras contas a pagar	22	4.762	84	398	16.111	8.970	7.550
Instrumentos financeiros	28	-	6.436	32.356	-	6.436	32.356
Total do passivo circulante		50.452	573.648	313.434	417.546	1.244.125	1.027.165
Passivo não circulante							
Provisão para passivo a descoberto em controladas	11	149.846	116.642	68.208	-	-	-
Arrendamentos	14	-	-	-	6.690	18.644	34.925
Fornecedores	15	-	-	-	26.595	17.546	-
Impostos a pagar	17	-	-	-	152.955	131.665	161.780
Empréstimos e financiamentos	18	43.889	50.000	84.455	43.889	50.666	85.939
Debêntures	19	323.499	-	316.718	323.499	-	316.718
Impostos diferidos	-	74	963	1.851	74	963	1.851
Provisões para contingências	20	60.458	68.502	69.880	139.592	121.713	83.281
Contas a pagar de combinação de negócio	21	896	492	373	247	5.472	10.348
Salários, encargos e provisão para férias	-	-	5.040	14.324	-	5.040	14.324
Outras contas a pagar	22	-	-	-	3.028	7.701	37.424
Passivo para a participação de não controladores	28	-	58.604	49.837	-	58.604	49.837
Mútuo a pagar para partes relacionadas	29	38.503	25.767	21.495	-	-	-
Total do passivo não circulante		617.165	326.010	627.141	696.569	418.014	796.427
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)							
Capital social	23	827.851	2.006.078	1.981.809	827.851	2.006.078	1.981.809
Reserva de capital	-	32.914	183.831	188.321	32.914	183.831	188.321
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.972	4.505	(4.793)	1.972	4.505	(4.793)
Prejuízos acumulados	-	(667.662)	(2.295.087)	(545.468)	(667.662)	(2.295.087)	(545.468)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		195.075	(100.673)	1.619.869	195.075	(100.673)	1.619.869
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		862.692	798.985	2.560.444	1.309.190	1.561.466	3.443.461

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
			Reapresentado		Reapresentado
Receita operacional líquida	24	-	-	709.955	1.027.088
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(543.971)	(723.752)
Lucro bruto		-	-	165.984	303.336
Despesas comerciais	25	(100)	(161)	(19.534)	(72.192)
Despesas administrativas	25	(21.697)	(52.943)	(182.314)	(422.888)
Redução de valor recuperável de ativos intangíveis	25	-	(1.048.225)	(71.477)	(1.376.421)
Outras despesas operacionais	25	(140)	(1)	(4.195)	(25.478)
Outras receitas operacionais	25	3.933	100	37.381	8.528
		(18.004)	(1.101.230)	(277.139)	(1.888.451)
Participação nos prejuízos das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	11	(140.220)	(571.319)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e impostos		(158.224)	(1.672.549)	(111.155)	(1.585.115)
Despesas financeiras	26	(186.442)	(106.495)	(260.671)	(233.018)
Receitas financeiras	26	1.885	27.142	38.581	78.006
Resultado financeiro líquido		(184.557)	(79.353)	(222.090)	(155.012)
Prejuízo antes dos impostos		(342.781)	(1.751.902)	(333.245)	(1.740.127)
Imposto corrente	27	-	-	(9.536)	(11.775)
Imposto diferido	27	889	889	889	889
		889	889	(8.647)	(10.886)
Prejuízo do exercício		(341.892)	(1.751.013)	(341.892)	(1.751.013)
Prejuízo do exercício por ação	30				
Prejuízo por ação - básico (em reais)		(0,59815)	(4,38514)	(0,59815)	(4,38514)
Prejuízo por ação - diluído (em reais)		(0,59815)	(4,38514)	(0,59815)	(4,38514)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Notas	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(341.892)	(1.751.013)	(341.892)	(1.751.013)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado:				
Efeitos de conversão de moeda estrangeira	(2.534)	9.298	(2.534)	9.298
Resultados abrangentes do exercício	(344.426)	(1.741.715)	(344.426)	(1.741.715)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
				Outros resultados abrangentes		
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)		1.981.809	188.321	(4.793)	(545.468)	1.619.869
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.751.013)	(1.751.013)
Ajuste de conversão em controladas	-	-	-	9.298	-	9.298
Aumento de capital	-	24.059	-	-	-	24.059
Aumento de capital - exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações	-	201	-	-	-	201
Aumento de capital - exercício bônus subscrição	-	9	-	-	-	9
Remensuração - put option	-	-	-	-	1.394	1.394
Bônus de subscrição de ações - Synapcom	31	-	(4.490)	-	-	(4.490)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)		2.006.078	183.831	4.505	(2.295.087)	(100.673)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(341.892)	(341.892)
Ajuste de conversão em controladas	-	-	-	(2.534)	-	(2.534)
Aumento de capital - Conversão de dívidas	-	677.851	-	-	-	677.851
Absorção de prejuízo acumulado com redução capital	-	(1.856.078)	(150.000)	-	2.006.078	-
Remensuração - put option	-	-	-	-	(36.761)	(36.761)
Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em ações	25	-	(917)	-	-	(917)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		827.851	32.914	1.972	(667.662)	195.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
	Notas	Reapresentado		Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(341.892)	(1.761.013)	(341.892)	(1.761.013)
Ajustes para reconciliação do resultado líquido do caixa pelas atividades operacionais					
Depreciação de imobilizado	12	-	-	13.718	18.809
Amortização de intangível	11/13	11.316	28.190	45.473	83.417
Depreciação do direito de uso	14	-	-	16.306	27.266
Juros sobre arrendamentos	14	-	-	5.840	8.733
Rendimento sobre aplicações financeiras, líquido de imposto de renda	6/26	(26)	-	(6.991)	(4.380)
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	11	140.220	571.319	-	-
Provisões para contingências (líquido de adições e reversões)	20	(8.044)	-	17.880	39.809
Encargos financeiros de empréstimos	18	11.201	24.068	21.824	37.809
Encargos financeiros de debêntures	19	106.634	49.047	106.634	49.047
Ajuste de economia hiper inflacionária	26	-	-	4.576	(54.222)
Ajuste a valor presente - Fornecedores	26	-	-	4.460	(24.784)
Ajuste a valor justo - Trava Executivos	26	11.269	-	11.269	-
Atualização a valor justo	26	-	2.144	-	(3.119)
Remensuração earnout Ecomsur	-	-	4.664	-	4.664
Remensuração earnout Tevec	-	-	-	-	(811)
Prêmio emissão de dívida (Empréstimos e financiamentos)	18	48.093	(14.889)	48.093	(14.888)
Atualização monetária passiva	26	-	854	2.133	29.729
Atualização monetária ativa	26	-	-	-	(9.270)
Remuneração pós-combinação de negócios	25	292	877	292	877
Transações de pagamentos baseados em ações, líquido em ações	25	(917)	(4.400)	(917)	(4.400)
Varição cambial não realizada, líquida	21	(70)	2.061	(18.767)	10.626
Resultado na baixa de imobilizado	12	-	-	6.732	24.643
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7	-	-	(621)	8.604
Cessão crédito Bralive	25	-	-	7.066	-
Amortização de passivo diferido	27	(889)	(889)	(889)	(889)
Juros sobre transações intercompany	29	(120)	83	-	-
Custo de emissão	18/19	3.211	3.019	6.345	4.444
Prêmio sobre captação de recursos	18	-	7.379	-	7.379
Baixa do bonus de subscrição por não exercício	-	-	(1.849)	-	(1.848)
Impairment de ativos	13	-	1.048.225	71.477	1.376.421
Outros	18/19	344	302	343	308
		(20.078)	(30.916)	20.373	(137.149)
(Aumento) diminuição de ativos					
Contas a receber	-	-	-	125.940	69.152
Adiantamentos a fornecedores	-	133	1.967	8.078	54.003
Imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar	-	(105)	2.491	(22.809)	16.918
Outras contas a receber	-	8.044	(69)	(17.537)	1.019
Despesas pagas antecipadamente	-	649	196	193	3.412
Depósitos judiciais	-	-	-	26.997	32.960
Aumento (diminuição) de passivos					
Fornecedores	-	2.610	(3.482)	(138.234)	(112.257)
Fornecedores - risco sacado à pagar	-	-	-	-	2.890
Adiantamento de clientes	-	-	-	33	(1.077)
Salários, encargos e provisão para férias	-	(3.946)	2.657	(3.135)	(6.348)
Impostos a pagar	-	(1.546)	181	18.352	(11.631)
Pagamento de contingências	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	9.975	(12.385)	20.464	(47.837)
Impostos diferido	-	-	-	(8.783)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado das atividades operacionais		(4.284)	(39.362)	29.933	(135.946)
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Investimento em aplicações financeiras	6	(7.977)	-	(27.157)	(60.021)
Resgate de aplicações financeiras	6	-	-	12.724	46.608
Venda de participação em controlada	6	-	-	-	22.973
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(2.975)	(10.438)
Aquisição de intangível	13	-	-	(17.584)	(31.160)
Mútuas concedidas a partes relacionadas	29	(60.003)	(159.073)	-	-
Recebimento de mútuo com parte relacionada	29	48.725	154.396	-	-
Aquisição de participação em controlada - parcelas diferidas pagas	21	(247)	(3.247)	(473)	(9.573)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(19.603)	(7.924)	(36.466)	(41.611)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Juros pagos sobre arrendamentos	15	-	-	(5.840)	(9.967)
Pagamento de principal de arrendamentos	15	-	-	(17.881)	(23.336)
Pagamento de risco sacado	18	-	-	-	(47.431)
Captação de empréstimos e financiamentos	18	52.396	174.304	125.289	347.117
Juros pagos sobre empréstimos	18	(8.263)	(19.286)	(9.996)	(22.644)
Juros capitalizados de empréstimos	18	1.942	1.901	1.942	1.901
Pagamento de principal de empréstimos	18	(15.000)	(219.850)	(90.999)	(254.575)
Juros pagos sobre debêntures	19	-	(25.644)	-	(25.644)
Pagamento de principal de debêntures	19	-	(38.460)	-	(38.460)
Aumento de capital - ações exercidas SOP	18	-	201	-	201
Captação de mútuo com partes relacionadas	29	16.306	47.518	-	-
Pagamento de mútuo com partes relacionadas	29	(3.881)	(43.450)	-	-
Custo de emissão - empréstimos e debêntures	18/19	(15.702)	(220)	(15.702)	(4.561)
Custo de transação de antecipação de recebíveis	26	-	-	(9.231)	(54.396)
Fluxo de caixa líquido gerado nas (utilizado nas) atividades de financiamento		27.815	(123.006)	(22.418)	(131.815)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		4.028	(170.292)	(27.951)	(309.372)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	11.898	182.190	104.776	414.148
Efeito de variação cambial no caixa e equivalente de caixa	-	(770)	-	(770)	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	-	15.156	11.898	77.595	104.776
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		4.028	(170.292)	(27.951)	(309.372)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Reapresentado		Reapresentado
1 - Receitas				
Receita de contrato com cliente	-	-	881.833	1.255.729
Outras receitas	3.933	100	37.381	8.528
(Constituição)	-	-	620	(8.604)
	3.933	100	919.834	1.255.653
2 - Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços de terceiros e outros	-	-	(493.439)	(865.495)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(152)	-	(42.078)	-
Perdas e recuperação de valores ativos	-	(1.048.225)	(71.477)	(1.376.421)
	3.781	(1.048.125)	312.841	(986.263)
3 - Valor adicionado bruto	3.781	(1.048.125)	312.841	(986.263)
4 - Depreciação e amortização do exercício	(11.317)	(28.190)	(75.496)	(107.084)
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	(7.536)	(1.076.315)	237.345	(1.093.347)
6 - Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	1.885	27.142	38.580	78.006
Resultado de equivalência patrimonial	(140.220)	(571.319)	-	-
7 - Valor adicional total a distribuir (5+6)	(145.871)	(1.620.492)	275.925	(1.015.341)
8 - Distribuição do valor adicionado	(145.871)	(1.620.492)	275.925	(1.015.341)
Pessoal	6.262	9.023	207.784	305.418
Remuneração direta	4.694	7.997	169.850	254.487
Benefícios	1.569	1.026	28.114	37.294
F.G.T.S	-	-	9.715	13.638
Outros	-	-	105	-
Impostos, taxas e contribuições	559	567	95.224	166.887
Federais	559	567	40.597	98.780
Estaduais	-	-	47.142	58.934
Municipais	-	-	7.485	9.173
Remuneração de capital de terceiros	189.200	120.931	314.809	263.367
Juros	183.148	105.783	240.341	223.891
Aluguéis	-	7	2.306	10.530
Outros - terceiros	6.051	15.141	72.161	28.946
Remuneração de capital próprio	(341.892)	(1.751.013)	(341.892)	(1.751.013)
Prejuízo do exercício	(341.892)	(1.751.013)	(341.892)	(1.751.013)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Infracommerce CXaaS S.A. (“IFC” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 14º andar - Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04548-903. A Companhia foi constituída em 15 de dezembro de 2020, com o objetivo de ser a holding não-operacional consolidadora do resultado do grupo econômico, e exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2. A Companhia tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), no segmento especial denominado Novo Mercado, com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o código IFCM3 onde negocia suas ações ordinárias. A Companhia está presente no Brasil, México, Argentina, Colômbia, Chile, Peru, Uruguai, Equador e Panamá, atende mais de 200 grandes marcas multinacionais nas regiões.

A Companhia e suas controladas (em conjunto denominada “Grupo”), tem como principais atividades oferecer soluções digitais para marcas e indústrias liderarem suas jornadas de digitalização. A partir de um ecossistema digital White label, o Grupo apoia empresas em diferentes níveis de maturidade na jornada digital. Este ecossistema é composto por cinco grandes verticais:

i) Infrashop – relacionada à gestão de lojas virtuais e plataformas de e-commerce: essa vertical costuma englobar soluções para criação, operação e otimização de lojas online, incluindo UX/UI (User Experience e User Interface), catálogo de produtos, e integração com marketplaces.

ii) InfraDigital – Focada em marketing digital e experiência do consumidor: pode incluir serviços como:

(1) Gestão de campanhas digitais (Google Ads, redes sociais); **(2)** CRM e automação de marketing; e

(3) Estratégias de engajamento e fidelização

iii) InfraData – Essa vertical geralmente oferece: (1) análise de comportamento do consumidor,

(2) BI (Business Intelligence), e **(3)** Relatórios de performance e insights para tomada de decisão;

iv) InfraLog – Responsável pela logística e operações de fulfillment, e inclui: (1) gestão de estoque e pedidos, **(2)** Embalagem e expedição, e **(3)** Monitoramento de entregas e pós-venda;

v) InfraPay – Especializada em meios de pagamento e segurança digital: oferece soluções como omnichannel de pagamento (cartão, PIX, boleto, carteiras digitais), tecnologia antifraude e análise de crédito B2B, e conciliação automatizada e split de pagamentos.

Nossas soluções digitais integradas oferecidas aos nossos clientes, com componentes fazem parte da oferta de soluções integradas para e-commerce, compondo o nosso ecossistema digital *white label*, mas não se limitam, as seguintes atividades:

i) Plataformas de e-commerce para *Business to Customers* (B2C) e *Business to Business* (B2B), com soluções *omnichannel*, *social commerce* e *marketplace*;

ii) Serviços de gestão e operação de e-commerce, atendimento ao consumidor, *Customer Relationship Management* (CRM) e *marketing digital*;

iii) Inteligência Artificial de Dados, *Behavioral Targeting* e relatórios de *Business Intelligence*;

iv) Um conjunto de soluções de inteligência logística dentro do nosso serviço de *fulfillment* composto por múltiplos centros de distribuição, *tracking* de pedidos e gestão de fretes;

v) Gestão de pagamentos por meio de nossa *fintech*, onde nossos clientes se beneficiam de um *gateway* de pagamento certificados pelo *Payment Card Industry* (PCI), com gestão processo de contas a receber e financiamento comercial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Lista de empresas/companhias controladas

A lista a seguir descreve todas as entidades relevantes da Companhia, incluindo controladas diretas e indiretas.

Controladas	Abreviação	País	Participação acionária		Controladora	2025	2024
			Direta/ Indireta	Moeda funcional			
Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.	IFC Ltda.	Brasil	Direta	Reais	IFC	100%	100%
Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda.	IFC Varejo	Brasil	Direta	Reais	IFC	100%	100%
Infracommerce Synapcom Comércio Eletrônico S.A.	SYN	Brasil	Direta	Reais	IFC	100%	100%
Infrapay Administração de Pagamentos Ltda.	Infrapay	Brasil	Direta	Reais	IFC	100%	100%
Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda.	IFS Ltda.	Brasil	Direta	Reais	IFC	100%	100%
New Retail Limited (i)	New Retail	Cayman	Direta	Peso argentino	IFC	-	100%
New Retail IFC Brasil S.A. (i)	New Retail IFC	Brasil	Direta	Reais	IFC	100%	-
Infralog Serviços Ltda.	Pier 8	Brasil	Indireta	Reais	IFC Ltda.	100%	100%
Infracommerce Armazéns Gerais Ltda.	Armazéns	Brasil	Indireta	Reais	IFC Ltda.	100%	100%
Infracommerce Tatix Comércio e Participações Ltda.	Tatix	Brasil	Indireta	Reais	IFC Ltda.	100%	100%
Infradata Sistemas S.A.	Tevec	Brasil	Indireta	Reais	IFC Ltda.	100%	100%
Infracommerce Intermediações de Negócios na Internet S.A. (ii)	Infracommerce Intermediações	Brasil	Indireta	Reais	IFC Ltda.	100%	-
New Retail Latam LLC	NR LLC	Delaware	Indireta	Peso argentino	New Retail	100%	100%
Ecomsur S.A.	Ecomsur Chile	Chile	Indireta	Peso chileno	New Retail	100%	100%
Ecomsur Peru SAC	Ecomsur Peru	Peru	Indireta	Novo sol peruano	New Retail	100%	100%
Distecom Peru SAC	Distecom Peru	Peru	Indireta	Novo sol peruano	New Retail	100%	100%
Ecomsur MX AS de CV	Ecomsur México	México	Indireta	Peso mexicano	New Retail	100%	100%
Comerc Distecom	Distecom México	México	Indireta	Peso mexicano	New Retail	100%	100%
Ecomsur Colombia SAS	Ecomsur Colômbia	Colômbia	Indireta	Peso colombiano	New Retail	100%	100%
Ecomsur Panamá S.A.	Ecomsur Panamá	Panamá	Indireta	Dólar americano	New Retail	100%	100%
Infracommerce Negócios Y Soluciones en Internet MX	IFC MEX	México	Indireta	Peso mexicano	New Retail	100%	100%
Brandlive Argentina S.A.	Brandlive Argentina	Argentina	Indireta	Peso argentino	New Retail	100%	100%
BL 360 S.A.	BL 360	Argentina	Indireta	Peso argentino	New Retail	100%	100%
Summa Solutions SRL	Summa	Argentina	Indireta	Peso argentino	New Retail	100%	100%
Sigurd S.A.P.I. de C.V.	Sigurd	México	Indireta	Peso mexicano	New Retail	100%	100%
Brandlive SpA	Brandlive Chile	Chile	Indireta	Peso chileno	New Retail	100%	100%
Brandlive Peru SAC	Brandlive Peru	Peru	Indireta	Novo sol peruano	New Retail	100%	100%
Alueny S.A.	Brandlive Uruguai	Uruguai	Indireta	Peso uruguaio	New Retail	100%	100%
Brandlive Colômbia SAS	Brandlive Colômbia	Colômbia	Indireta	Peso colombiano	New Retail	100%	100%
Brandlive Equador SAS	Brandlive Equador	Equador	Indireta	Dólar americano	New Retail	100%	100%

(i) No contexto do plano de reorganização societária e financeira do Grupo, bem como do acordo celebrado com seus credores e debenturistas, foi promovida a descontinuidade da New Retail Limited, sociedade anteriormente constituída nas Ilhas Cayman, a qual deixou de exercer a função de holding intermediária e de centralizadora dos investimentos nas operações da América Latina. Em substituição a essa estrutura, foi constituída a New Retail IFC Brasil S.A., com o objetivo de centralizar, no Brasil, os investimentos no exterior das empresas Latam, bem como integrar a reorganização societária e o redesenho do pacote de garantias associado às debêntures emitidas no âmbito do plano de reestruturação. Em 12 de maio de 2025, com a conclusão do plano de reestruturação da Companhia e conversão dos instrumentos financeiros de dívida com *put option* em debêntures conversíveis, a Companhia passou a ter 100% da participação, conforme Nota Explicativa nº 11.

(ii) A Infracommerce Intermediações originou-se com a parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos “Correios”, para a criação da operação de uma plataforma marketplace Mais Correios. A Infracommerce Intermediações é responsável pela arquitetura, suporte operacional e tecnológico da plataforma, enquanto os Correios atuam na atividade operacional logística.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto se mencionado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com:

i) As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e

ii) As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS Accounting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

iii) A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09, Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração e, portanto, a DVA representa informação financeira suplementar, não afetando a adequada apresentação do conjunto das demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2026.

3.1. Performance e desenvolvimento de negócios (consolidado)

Ao longo dos últimos doze meses, o Grupo executou de forma consistente um plano abrangente de reestruturação e turnaround, de natureza financeira, patrimonial e operacional, para **(i)** readequar a sua estrutura de capital e indicadores de liquidez, **(ii)** otimizar sua performance operacional e **(iii)** promover a geração recorrente e sustentável de resultados operacionais e fluxos de caixa positivos, endereçando as condições que, em períodos anteriores, indicavam a existência de incerteza relevante relacionada à continuidade operacional, conforme divulgado nas informações contábeis intermediárias ao longo de 2025.

Com relação a readequação da estrutura de capital, destaca-se a emissão e integralização de debênture mandatoriamente conversível em 23 de maio de 2025, traduzindo o endividamento bancário de R\$ 732.400 em instrumento mandatoriamente conversível em capital, em até 5 anos, em ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia: **(i)** de forma facultativa até o 5o (quinto) dia útil anterior à data de vencimento; e **(ii)** de forma mandatória na data de vencimento das debêntures em 12 de maio de 2030.

Até o encerramento do exercício de 2025, 64,7% das debentures conversíveis integralizadas já haviam sido convertidas em capital social (vide Nota Explicativa nº 19). Como resultado, a Companhia apresentou patrimônio líquido de R\$ 195.075 em 31 de dezembro de 2025 (reversão da posição de patrimônio líquido a descoberto no montante de R\$ 100.673 em 31 de dezembro de 2024). A reversão do saldo do patrimônio líquido deve-se principalmente a capitalização das debentures conversíveis em capital, assim como a conversão de demais instrumentos conversíveis, ao longo do exercício, no montante de R\$ 677.851 (vide Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido).

Igualmente importante, o capital circulante líquido tornou-se positivo em R\$ 229.875 em 31 de dezembro de 2025 (ante capital circulante líquido negativo de R\$ 526.030 em 31 de dezembro de 2024).

A efetividade das ações implementadas no reforço da estrutura de capital e desalavancagem está evidenciada no saldo da dívida líquida ajustada, quando excluídos os saldos de empréstimos e debentures conversíveis em ações (vide Notas Explicativas nº 18 e nº 19). Considerando tal ajuste, o saldo somado de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 excedia o saldo do endividamento com efeito caixa em R\$ 11.713 (comparado à dívida líquida de R\$ 640.865 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia implementou em 2025 diversas agendas de otimização operacional, das quais destacam-se:

- i)** Otimização dos centros de distribuição, tanto em área ocupada quanto em produtividade de mão de obra;
- ii)** Redução de custos operacionais, por meio de aumento de produtividade e automação, renegociações contratuais e otimização de soluções tecnológicas;
- iii)** Redução de estruturas corporativas;
- iv)** Renegociação e/ou rescisão de determinados contratos vigentes com clientes da Companhia.

Em decorrência da execução de seu plano de transformação operacional, a Companhia apurou resultado operacional positivo (i.e. EBITDA) de R\$ 35.818 em 31 de dezembro de 2025 (em comparação a EBITDA negativo de R\$ 1.453.781 em 31 de dezembro de 2024), bem como fluxo de caixa líquido positivo proveniente das atividades operacionais de R\$ 29.993 em 31 de dezembro de 2025 (reversão de fluxo de caixa operacional negativo de R\$ 135.946 em 31 de dezembro de 2024).

Destaca-se a redução de despesas comerciais e administrativas em 85%, quando comparado ao exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 32).

À luz desses eventos já ocorridos e de sua materialização nos indicadores econômico-financeiros, se expectativas em relação ao resultado destas ações para os próximos anos, a Administração conclui que não existem incertezas relevantes que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia na data destas demonstrações financeiras, as quais foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade opera (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

Transações em moedas estrangeiras

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio daquela data. Ativos e passivos não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio da data da transação. As diferenças cambiais resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo decorrentes da aquisição, são convertidos para reais pelas taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As diferenças cambiais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA) e acumuladas no ajuste de conversão e na Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) em ajuste de avaliação patrimonial.

Quando uma unidade operacional estrangeira é alienada total ou parcialmente de modo que o controle, a influência significativa ou o controle conjunto sejam perdidos, o valor cumulativo na reserva de conversão relacionada a essa unidade operacional estrangeira é reclassificado para lucros ou perdas como parte do ganho ou perda em disposição. Quando a Companhia aliena apenas parte de sua participação em uma subsidiária que inclui uma operação no exterior, mantendo o controle, então a proporção relevante do valor acumulado é reatribuída para participações não controladoras. Em quaisquer outras alienações parciais de uma operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

3.4. Moeda de economia hiperinflacionária (pesos argentinos)

Desde 1º de julho de 2018, as transações argentinas foram classificadas como altamente inflacionárias, de acordo com o CPC 42 (IAS 29) – Contabilidade em economias hiperinflacionária, e utilizamos o peso argentino como moeda funcional de nossas subsidiárias na Argentina, foram adotadas as seguintes práticas: os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado são ajustados pela variação do poder geral de compra da moeda corrente, aplicando-se um índice geral de preços aplicável em cada jurisdição, que foi de 31,5%, utilizamos a taxa INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina*) para ajustar seu balanço e posteriormente convertê-lo para real para consolidação do Grupo, que é a moeda de apresentação.

Após os ajustes, e considerando a política de consolidação descrita na Nota Explicativa nº 3.2, os saldos dessas subsidiárias são convertidos inicialmente para dólar americano (US\$) e, na sequência, de US\$ para reais (R\$), ambos à taxa de fechamento na data do balanço, tanto para itens patrimoniais como para itens de resultado. Esse procedimento é consistente e economicamente equivalente à tradução direta para reais, asseguradas as taxas cruzadas adequadas entre as moedas, as quais seguem os seguintes critérios:

i) Os itens não monetários, assim como as receitas e despesas, são atualizados pelas variações do índice de inflação entre a data do reconhecimento inicial e a data do fechamento, de forma que as informações financeiras das controladas sejam apresentadas a valor presente.

A conversão dos saldos da subsidiária em economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi efetuada à taxa de fechamento do período de apresentação tanto para a posição financeira como para os saldos da demonstração de resultados.

Quando uma economia se torna hiperinflacionária, os ajustes acumulados relativos a períodos anteriores são registrados em lucros e perdas acumulados em outros resultados abrangentes, considerando que a Controladora não se encontra em uma economia hiperinflacionária.

Nas informações consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a correção monetária por hiperinflação e os efeitos de conversão impactaram: (i) Resultado financeiro em R\$ 7.420 (R\$ 7.480 em 31 de dezembro de 2024), Lucro (Prejuízo) Líquido em R\$ 2.534 (R\$ 9.298 em 31 de dezembro de 2024).

3.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é exigido que a administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis, assim como os valores reportados de certos ativos, passivos e outras transações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas continuamente. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que ocorrem ou em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos e estimativas, referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que podem resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 1** - avaliação de continuidade: se a Companhia gerará caixa suficiente com suas atividades operacionais.
- **Nota Explicativa nº 11** - aquisição de controlada: pagamentos a ex-proprietários da adquirida (mensuração do valor justo da contraprestação contingente);
- **Nota Explicativa nº 14** - prazo do arrendamento: se a Companhia tiver razoável certeza de exercer as opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que apresentam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, contemplando as principais premissas adotadas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota Explicativa nº 13** - avaliação de redução ao valor recuperável do ágio: O valor recuperável de uma UGC é o maior entre o justo menos seu valor em uso e o seu valor custos de venda. Essa avaliação só é feita caso tenha indicativo de *impairment*. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da UGC;
- **Nota Explicativa nº 20** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, incluindo as principais premissas utilizadas pela Administração quanto à probabilidade e à magnitude das saídas de recursos.

3.6. Mensuração do valor justo

Algumas das políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como estimativa de preços de corretoras ou serviços de precificação, forem utilizadas para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, sempre que possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os inputs usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo se enquadram em níveis diferentes da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como o menor nível de entrada que seja significativo para toda a mensuração.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 28:** Instrumentos financeiros;
- **Nota Explicativa nº 31:** Pagamentos baseados em ações.

4. Políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de forma uniforme para todas as Empresas do Grupo.

4.1. Normas, alterações e interpretações de normas

Desde 1º de janeiro de 2025, foram emitidas e entraram em vigor as seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas.

Norma contábil	Tema da norma
IFRS 18	Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras
IFRS S1 e S2	Resolução CVM nº 193/23, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 219/24 e pela Resolução CVM nº 227/25 - Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações contábeis relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo <i>International Sustainability Standards Board</i> (ISSB) - Implementação em 1º de janeiro de 2026

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estão monitorando os potenciais impactos da adoção dessas novas normas, alterações e interpretações de normas, e não se espera efeitos relevantes, com exceção ao IFRS 18 e Resolução CVM nº 193/23

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas monitoram os potenciais impactos da adoção dessas novas normas, alterações e interpretações. Não se esperam efeitos relevantes, com exceção do IFRS 18 / CPC 51 (que pode demandar reclassificações e novas divulgações de apresentação) e da Resolução CVM nº 193/23 (IFRS S1/S2), cujo cronograma regulatório é a partir de 1º de janeiro de 2026.

O Grupo não adotou de forma antecipada o IFRS 18 / CPC 51. Quando da vigência local e aplicação obrigatória, espera-se impacto predominantemente de apresentação e divulgação, sem mudanças significativas em políticas de reconhecimento e mensuração.

Reforma tributária

Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de no 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de no 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por:

(i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e **(ii)** Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados.

Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para a esfera federal e a ampliação da incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar no 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira. O Grupo está em processo de avaliação de seus sistemas e processos fiscal para garantir a transição adequada, sem impacto relevante imediato nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4.2. Base de combinação e consolidação

I) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As controladas ou coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia, direta e indireta, são eliminados na medida da participação da Companhia, perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas da controlada iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece perdas adicionais no passivo não circulante em provisão para passivo a descoberto em controladas.

ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

v) Combinação de negócios

A Companhia registra combinações de negócio pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relação pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são registradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

4.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja o contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente medido a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurados ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente – Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a menos que o Grupo mude seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Classificação e mensuração subsequente – Ativos financeiros – Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principais e juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa:

- Eventos contingentes que alterariam o valor ou o momento dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Classificação e medição subsequente – Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento – Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- O Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Compensações

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros

O Grupo aplica o modelo simplificado de perda de crédito esperada para o reconhecimento de perdas por *impairment* de seus ativos financeiros, conforme previsto no CPC 48 (IFRS 9), pelo qual as perdas esperadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos ativos, abrangendo tanto os saldos a vencer quanto os saldos vencidos.

Para os saldos de contas a receber de clientes, o Grupo utiliza uma matriz de provisionamento baseada na experiência histórica de perdas de crédito, ajustada, quando aplicável, por informações prospectivas e pela avaliação das condições atuais da carteira de clientes e dos prazos de recebimento.

Os principais ativos financeiros sujeitos à análise de recuperabilidade são os saldos de contas a receber de clientes, substancialmente liquidados por meio de administradoras de cartões de crédito, os quais apresentam baixo risco de inadimplência. Os valores registrados representam a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo. Com base na análise histórica de perdas, nas características da carteira, nas condições atuais e nas informações prospectivas disponíveis, o Grupo avalia a perda de crédito esperada também sobre os saldos a vencer e conclui que a expectativa de perdas de crédito não é relevante, não tendo sido identificado impacto material a ser reconhecido nas demonstrações financeiras.

Para os demais ativos financeiros, incluindo outras contas a receber, o Grupo igualmente avalia a perda de crédito esperada desde o reconhecimento inicial, o Grupo também avalia a perda de crédito esperada, considerando, entre outros fatores, o histórico de inadimplência, a análise por faixa de vencimento (*aging list*), as garantias existentes e a capacidade financeira das contrapartes. Nesses casos, há constituição de provisão, quando aplicável, especialmente para saldos com maior risco de não realização, incluindo títulos vencidos há mais de 90 dias.

O Grupo mantém procedimentos de acompanhamento e cobrança ativa desses créditos, com o objetivo de mitigar perdas e maximizar a recuperação dos valores em aberto.

Valor recuperável (*impairment*) de ativos não-financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O ágio é testado anualmente para o valor recuperável.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O Grupo efetua a alocação das UGCs de forma individual, dado o menor nível de entradas de caixa identificáveis e as fontes de receita do Grupo e como os ativos são utilizados na geração dessas receitas. Além disso, foi levado em consideração a utilização do caixa, bem como a geração de caixa dos contratos, onde o Grupo concluiu que são concentradas e disseminadas nas empresas do mesmo país e sob a mesma gestão. Sendo assim, o Grupo dividiu as UGCs em: **(i)** UGC Brasil; **(ii)** UGC Latam.

4.4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor com vencimento no momento da aquisição igual ou inferior a 90 dias. A Administração da Companhia define "caixa e equivalentes de caixa" como valores mantidos com o objetivo de cumprir compromissos financeiros de curto prazo, ao invés de investimentos ou outros fins.

4.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e demais soluções do ecossistema digital da Companhia e de suas controladas, incluindo, entre outros, serviços de plataforma e dados, operação de e-commerce, logística (*fulfillment*) e meios de pagamento, bem como recebíveis junto a operadoras/adquirentes de cartão quando aplicável ao modelo contratual.

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, e apresentadas líquidas da perda esperada de crédito (ver “Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa”), deduzidas dos tributos incidentes sobre faturamento quando aplicável e conforme a responsabilidade tributária do contrato. Quando o prazo contratual de recebimento não excede doze meses (ou outro prazo que reflita o ciclo operacional normal da Companhia e controladas), os saldos são classificados no ativo circulante; os demais, no ativo não circulante.

Ajuste a valor presente e reconhecimento do efeito financeiro

Quando relevante, as contas a receber com prazos mais longos são ajustadas a valor presente com base em taxa de desconto que reflete o valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito do cliente. A apropriação do ajuste ao longo do tempo é reconhecida no resultado financeiro, pelo método da taxa efetiva de juros.

Antecipação/cessão de recebíveis

Operações de antecipação de recebíveis (por exemplo, com adquirentes de cartão ou instituições financeiras) são avaliadas quanto à transferência substancial de riscos e benefícios, as quais são considerados:

(i) Sem transferência substancial de riscos e benefícios: os recebíveis permanecem registrados no ativo e é reconhecida obrigação financeira pelo valor dos recursos recebidos, mensurada ao custo amortizado; custos e encargos são reconhecidos no resultado financeiro ao longo do prazo da operação.

(ii) Com transferência substancial de riscos e benefícios: os recebíveis são baixados e eventual resultado na operação é reconhecido imediatamente no resultado.

4.6. Adiantamento de fornecedores

Em determinados contratos, a Companhia adquire ou gerencia produtos pertencentes aos clientes para viabilizar a operação de e-commerce e a logística de pedidos. Nesses arranjos, a Companhia atua como agente, não assumindo riscos e benefícios significativos sobre os produtos, não controlando o estoque para fins de reconhecimento contábil, nem definindo preço e quantidade.

Os produtos são comercializados exclusivamente nos canais dos clientes e, em caso de término das operações, podem ser devolvidos ao cliente conforme previsto contratualmente. Em linha com a política de receita (CPC 47/IFRS 15 – principal versus agente), não há reconhecimento de estoque pela Companhia e a receita é reconhecida na base líquida (remuneração pelos serviços prestados).

Os adiantamentos a fornecedores representam valores adiantados a fornecedores de mercadorias que, em certos casos, são também clientes da Companhia. Tais adiantamentos são reconhecidos pelo custo de aquisição constante das notas fiscais emitidas pelos fornecedores, contabilizado em adiantamentos a fornecedores (ativo) em contrapartida a Fornecedores no passivo. Não há reconhecimento de resultado nessa etapa, pois se trata de movimentação patrimonial. Quando aplicável, adiantamentos com prazos relevantes são ajustados a valor presente, e a apropriação do efeito financeiro ao longo do tempo é reconhecida no resultado financeiro pelo método da taxa efetiva de juros.

O adiantamento permanece registrado até que os produtos do cliente sejam vendidos e entregues ao consumidor final. Nessa ocorrência, o saldo em adiantamentos a fornecedores é compensado com a obrigação correlata em fornecedores. A conta fornecedores é liquidada quando a Companhia recebe os valores do consumidor final (ou do adquirente, conforme o fluxo contratual). Em todo o processo, não há impacto em custo de vendas na Companhia, uma vez que não controla o estoque, a remuneração pelos serviços é reconhecida como receita de prestação de serviços de acordo com a política de receita, a qual considera apenas a margem da transação.

Os adiantamentos são classificados no ativo circulante quando a realização ocorrer em até doze meses, considerando o ciclo operacional; do contrário, são apresentados no ativo não circulante. As obrigações correspondentes são apresentadas em fornecedores no passivo circulante, salvo se houver termos contratuais que indiquem liquidação em prazo superior ao ciclo operacional.

4.7. Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar representam créditos tributários com direito de compensação ou ressarcimento, tais como ICMS e ICMS-ST, PIS e Cofins, IRRF e, nas controladas no exterior, IVA, reconhecidos quando há direito formal segundo a legislação aplicável e mensurados pelos valores efetivamente apurados, convertidos à moeda de apresentação conforme a política contábil de moeda funcional e de apresentação do Grupo.

Em determinados arranjos operacionais com clientes, parte do ICMS próprio e do ICMS-ST gerados em operações interestaduais não integra a margem negociada com o cliente, caracterizando valor a reembolsar ao próprio cliente, de modo que o crédito de ICMS permanece no ativo e o montante a reembolsar é reconhecido no passivo em “outras contas a pagar”.

A classificação entre circulante e não circulante reflete o prazo estimado de realização por compensação ou ressarcimento, levando em conta o ciclo operacional, o cronograma de PER/DCOMP e prazos de homologação; nas jurisdições estrangeiras, a realização observa as regras locais de IVA.

A Administração revisa periodicamente a recuperabilidade com base em histórico de compensações e ressarcimentos, estoque de débitos tributários elegíveis, andamento de processos administrativos e judiciais e eventos subsequentes, e não identificou indícios que justificassem a constituição de perda por não realização sobre os saldos de impostos a recuperar.

4.8. Imobilizado

São mensurados pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são reconhecidos quando é provável a obtenção de benefícios econômicos futuros e quando o custo pode ser mensurado com confiabilidade. O custo inclui o preço de aquisição, impostos não recuperáveis, gastos diretamente atribuíveis à colocação do ativo na condição e no local necessários para operar como pretendido pela Administração, bem como custos estimados de desmantelamento e remoção quando aplicáveis. Itens de baixo valor e gastos de natureza recorrente que não são materiais e não aumentam a capacidade, a eficiência ou a vida útil do ativo são reconhecidos diretamente no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros associados ao ativo, por exemplo, prolongando a vida útil, aumentando a capacidade ou reduzindo custos operacionais. Reparos e manutenções de natureza recorrente são reconhecidos no resultado do período. Ganhos e perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado correspondem à diferença entre o valor de venda e o valor contábil remanescente e são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

Os itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos implementados, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e quantidade residual, são revisados no final de cada ano, ou quando há mudanças significativas sem um padrão esperado, como em casos específicos relevantes e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como alterações nas estimativas contábeis, de acordo com a necessidade.

A depreciação é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10

4.9. Ativos intangíveis e ágio

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis com vida útil definida são reconhecidos quando é provável a obtenção de benefícios econômicos futuros e quando o custo pode ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo custo histórico, líquido de amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui desembolsos diretamente atribuíveis à criação, ao desenvolvimento ou à aquisição do ativo, como horas de equipe técnica, serviços de terceiros, licenças e outros insumos necessários para colocá-lo em condições de uso. Gastos incorridos em fase de pesquisa são reconhecidos diretamente no resultado, enquanto desembolsos em fase de desenvolvimento são capitalizados quando atendidos os critérios de viabilidade técnica e econômica, intenção e capacidade de concluir e usar o ativo, disponibilidade de recursos e mensuração confiável dos custos. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Para intangíveis detidos por controladas com moeda funcional diferente, as variações de conversão são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo reclassificadas conforme aplicável quando da alienação.

Ágio

Intangíveis originados em combinações de negócios, como carteira de clientes, marcas e cláusulas de não competição, são reconhecidos ao valor justo na data de aquisição e passam a ser amortizados ao longo da vida útil estimada.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura possui vida útil indefinida, não é amortizado e é testado anualmente para redução ao valor recuperável, ou antes, quando houver indícios de perda. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros do ativo, por exemplo, ao ampliar funcionalidade, eficiência, segurança, capacidade de processamento ou vida útil remanescente, ou quando resultam em novas versões ou módulos identificáveis que geram fluxos de caixa adicionais. Despesas de manutenção, suporte, correções, atualizações sem ganho incremental mensurável de benefícios e outros gastos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ganhos ou perdas na baixa de um ativo intangível correspondem à diferença entre o valor de alienação e o valor contábil na data da baixa, sendo reconhecidos no resultado.

Amortização

A amortização dos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data em que o ativo está disponível para uso, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos esperados. As vidas úteis e valores residuais são revistos ao final de cada exercício, ou antes, quando houver mudança relevante nas condições de uso, na obsolescência tecnológica ou no plano de negócios, e os ajustes são tratados como alteração de estimativa com efeitos prospectivos.

O ágio não é amortizado, sendo testado para redução ao valor recuperável ao menos anualmente, com base na unidade geradora de caixa à qual foi alocado.

Caso o valor contábil de um intangível ou de um ágio exceda seu valor recuperável, a perda por *impairment* é reconhecida imediatamente no resultado.

A amortização é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

	Anos
Plataforma	De 3 a 7
Carteira de clientes	De 5 a 7
Marcas e patentes	De 0 a 5
Cláusula de não competição	3

4.10. Direito de uso e arrendamento

Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente a Companhia ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que os de bens e equipamentos. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamento de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer o direito de uso de arrendamentos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamentos como uma despesa linear ao prazo do uso do ativo.

4.11. Fornecedores e Fornecedores - Risco sacado

Fornecedores - Risco sacado

Os saldos de fornecedores representam obrigações da Companhia e suas controladas pela aquisição de bens e serviços no curso normal das operações. São reconhecidos quando os bens ou serviços são recebidos e a fatura do fornecedor é emitida ou formalmente acordada, sendo mensurados ao custo amortizado, o que, na prática, corresponde ao valor faturado, acrescido de encargos contratuais quando aplicável. Quando os prazos de pagamento forem significativamente estendidos ou houver componente financeiro relevante, é efetuado ajuste a valor presente com base em taxa que reflita o valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito da contraparte, sendo a apropriação do efeito reconhecida no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os saldos são classificados no passivo circulante quando se espera a liquidação em até doze meses após a data do balanço, considerando o ciclo operacional. Obrigações com vencimento superior a esse período, inclusive decorrentes de renegociações contratuais, são apresentadas no passivo não circulante.

Fornecedores - Risco sacado

A Companhia mantém arranjos de risco sacado com instituições financeiras por meio dos quais o banco quita, à vista, faturas devidas a fornecedores e a Companhia liquida o valor ao banco na mesma data ou em data posterior àquela em que o fornecedor é pago. Quando, após o pagamento ao fornecedor pelo banco, a Companhia fica legalmente liberada da obrigação perante o fornecedor, o passivo com fornecedores é desreconhecido e a Companhia reconhece um novo passivo financeiro sob a rubrica "Fornecedores - Risco Sacado", mensurado ao custo amortizado de acordo com os termos pactuados com a instituição financeira. Se não houver liberação legal do fornecedor, a obrigação permanece como fornecedores, ainda assim, a Companhia apresenta separadamente os saldos relacionados ao risco sacado quando isso for relevante para a compreensão da posição financeira, em consonância com o entendimento do IAS 1 (Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

4.12. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefícios de longo prazo a empregados

Obrigações de benefícios de longo prazo a empregados passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável e provisionados no Passivo, reconhecidas como despesas de pessoal conforme andamento do contrato.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

4.13. Provisão para contingências

O Grupo acompanha de forma recorrente os processos tributários, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas atividades. A classificação do risco de perda como provável, possível ou remota é realizada com base nas informações disponíveis, na experiência histórica e nos pareceres da assessoria jurídica interna e externa, considerando estágio processual, jurisprudência e demais fatores relevantes.

Reconhecimento e mensuração de provisões com contingências com risco provável

As provisões para contingências são reconhecidas quando há obrigação presente resultante de evento passado, cuja saída de recursos que incorporam benefícios econômicos é provável e cujo valor pode ser mensurado com confiabilidade. A mensuração observa o melhor valor estimado para liquidar a obrigação na data do balanço, considerando riscos específicos, evidências disponíveis, evolução dos autos e, quando aplicável, os efeitos de atualização monetária e juros. Reversões são efetuadas se e quando deixarem de existir os requisitos que justificaram o reconhecimento ou se houver mudança nas estimativas.

As provisões são segregadas por natureza do risco (tributário, cível e trabalhista) e classificadas no passivo não circulante. Depósitos judiciais são apresentados no ativo em rubrica específica, sem compensação com as provisões correspondentes.

Contingências possíveis e remotas

Para perdas possíveis, não se reconhece provisão. O Grupo divulga a natureza do litígio e, sempre que praticável, uma estimativa de valor ou faixas de exposição e demais incertezas relacionadas. Perdas remotas não são provisionadas nem divulgadas, salvo quando a divulgação for necessária para a adequada compreensão dos riscos.

Ativos indenizatórios e efeitos contratuais

Quando existirem direitos contratuais de reembolso contra terceiros, inclusive antigos acionistas em aquisições, é reconhecido ativo indenizatório quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. Esse ativo é mensurado de forma consistente com a provisão correlata, sem compensação na apresentação, e é baixado quando do efetivo recebimento ou quando cessarem as condições de sua realização.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais vinculados a processos são reconhecidos no ativo e representam valores restritos até decisão final. Esses depósitos não extinguem a obrigação até o trânsito em julgado e não substituem o reconhecimento de provisão quando o risco de perda for provável. As atualizações monetárias e juros incidentes são reconhecidos no resultado, conforme a natureza do processo e a legislação aplicável. A apresentação entre circulante e não circulante observa o prazo esperado de realização, considerando o andamento processual e os ritos de restituição ou compensação.

4.14. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores é composto, essencialmente, por capital social, reservas de capital, prejuízos acumulados e ajuste de avaliação patrimonial, este último refletindo os efeitos de conversão de demonstrações de controladas com moeda funcional distinta da moeda de apresentação. As movimentações são evidenciadas na demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

O capital social representa o valor subscrito e integralizado em moeda ou bens, registrado pelo valor de emissão. Custos incrementais diretamente atribuíveis a emissões de ações ou instrumentos patrimoniais são deduzidos do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos fiscais quando aplicável. Conversões de instrumentos financeiros em ações, inclusive conversões obrigatórias conforme contrato, são reconhecidas como aumentos de capital social a partir da data de sua efetiva capitalização.

Aumentos de capital, reduções de capital, conversões de dívidas em capital, bônus ou opções de subscrição, e outros movimentos com acionistas são registrados diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado. Custos de transação diretamente atribuíveis a essas operações são registrados como dedução do patrimônio líquido, líquidos de tributos quando aplicável.

Reservas de capital

Registram transações com instrumentos patrimoniais que não transitam pelo resultado, como prêmios na emissão de ações, efeitos de planos de pagamentos baseados em ações liquidáveis em ações, variações de instrumentos patrimoniais e outros eventos de natureza similar, observada a legislação societária vigente.

Reservas de capital

Registram transações com instrumentos patrimoniais que não transitam pelo resultado, como prêmios na emissão de ações, efeitos de planos de pagamentos baseados em ações liquidáveis em ações, variações de instrumentos patrimoniais e outros eventos de natureza similar, observada a legislação societária vigente.

Acordos de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos executivos é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e desempenho serão atendidas de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

Ajuste de avaliação patrimonial

Abrange, principalmente, os efeitos de conversão de controladas com moeda funcional diferente, reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido até a alienação ou perda de controle da investida, quando então a parcela correspondente é reclassificada para o resultado.

4.15. Receitas de contratos com clientes

As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia aplica o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, identificando contratos e obrigações de desempenho, determinando o preço da transação (incluindo contraprestação variável), alocando-o às obrigações de desempenho e reconhecendo a receita quando, e na medida em que, as obrigações são satisfeitas.

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços prestados. Determinar o momento da transferência de controle, se em um determinado momento ou ao longo do tempo, requer julgamento. Reconhecemos receita ao longo do tempo quando o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios do serviço à medida que ele é prestado, quando o serviço cria ou melhora um ativo controlado pelo cliente, ou quando o serviço não cria um ativo com uso alternativo e existe direito incondicional à cobrança pelo desempenho até a data; nos demais casos, a receita é reconhecida em um momento específico.

Nas vendas dos produtos dos clientes, a Companhia intermedia a operação e atua como agente. Nesses casos, não controla o estoque, não define o preço final e não assume os riscos do produto. Assim, reconhece apenas a comissão (receita líquida). Para serviços próprios (por exemplo, plataforma, mídia, projetos, atendimento e dados), a Companhia atua como principal e reconhece a receita de forma bruta, com os custos correlatos apresentados em custo dos serviços ou em despesas operacionais, conforme a natureza.

Receita de serviços vinculada à venda dos produtos do cliente (comissão, Companhia como agente)

Para a receita de serviços relacionados à venda de produtos de seus clientes, a Companhia atua como agente, apresentando a receita em base líquida (comissão), já que não assume riscos e benefícios significativos do inventário, não define o preço de venda final e não controla o produto do cliente. Como resultado da intermediação e prestação dos serviços, a Companhia cobra uma comissão calculada sobre o GMV (*Gross Merchandise Volume*) elegível ou sobre métricas contratadas entre as partes. Embora possa envolver serviços combinados como: gestão de e-commerce de seus clientes, incluindo, mas não se limitando à gestão de plataformas, gestão comercial, gestão de carteira de clientes, gestão logística e transporte, gestão do atendimento ao cliente e aos consumidores finais, registro de produtos e produção de conteúdo, gestão de mídia digital e gerenciamento de projetos digitais. A obrigação de desempenho é satisfeita em um momento específico com a venda de mercadorias do cliente, quando o produto do cliente é entregue ao consumidor final e o recebimento e aceite é verificado por meio de sistemas integrados (reconhecimento da receita em um momento específico – *at a point time*).

Principais pontos do contrato: **(i)** serviços que farão parte do escopo contratado do cliente, como por exemplo, tecnologia omnichannel, fulfillment e fintech; **(ii)** a comissão que será cobrada ao aplicar o percentual sobre cada produto vendido no website do cliente ao consumidor final. Este percentual varia de acordo com a quantidade de serviços contratados; e **(iii)** condições de pagamento e transferência de recebimentos dos produtos vendidos (GMV).

Outros serviços (marketing, mídia, projetos, conteúdo e serviços não atrelados ao fulfillment)

Esses serviços são reconhecidos, em regra, ao longo do tempo, uma vez que o cliente recebe e consome os benefícios à medida que são executados, utilizando a medida de progresso que melhor representa a performance (por exemplo, tempo decorrido, horas técnicas, entregáveis concluídos ou “direito a faturar” quando o valor faturável corresponde ao valor do serviço prestado à data). Em contratos de curto ciclo, tipicamente mensais, aplicamos o expediente prático de não divulgar obrigações remanescentes quando o prazo contratual é inferior a 12 meses.

Preço da transação e contraprestação variável. A Comissão e os fees podem incluir componentes variáveis (por exemplo, percentuais sobre GMV, *tiering* por volume, descontos, abatimentos, *chargebacks* e penalidades por SLA (*Service Level Agreement*)). A Companhia estima a contraprestação variável utilizando o método do valor esperado ou do valor mais provável, aplicando a restrição de variabilidade quando necessário, de modo que a receita só é reconhecida na medida em que seja altamente provável que não haverá reversão significativa. Todos os serviços são prestados em um curto período, principalmente dentro de um mês. O reconhecimento da receita ocorre ao longo do tempo – *over time*, à medida que o cliente recebe e consome os benefícios do serviço prestado, com mensuração pela melhor medida de progresso (por exemplo, tempo decorrido, entregáveis concluídos ou “direito a faturar”).

4.16. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro é apresentado de forma segregada entre receitas financeiras e despesas financeiras, refletindo a natureza dos componentes acima e assegurando consistência com a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros adotada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

Receitas financeiras

Rendimentos de aplicações financeiras e de outros ativos mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por resultado, os ganhos líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos monetários em moeda estrangeira quando positivos, descontos obtidos, atualização monetária ativa prevista em lei ou contrato, ganhos de valor justo em instrumentos financeiros classificados ao valor justo por resultado e a apropriação de ajustes a valor presente que gerem receita pela passagem do tempo em ativos financeiros. Nos termos operacionais usuais das demonstrações financeiras, integram receitas financeiras os rendimentos de caixa e aplicações, os ganhos decorrentes de remensurações a valor justo de instrumentos registrados ao valor justo por resultado, os ganhos cambiais líquidos (quando positivos) e a reversão/apropriação do ajuste a valor presente em ativos.

Despesas financeiras

Compreendem juros e encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures, inclusive custos de transação apropriados pelo método da taxa efetiva, encargos de arrendamentos (juros dos passivos de arrendamento), custos e encargos de antecipação de recebíveis, descontos concedidos, atualização monetária passiva, perdas líquidas de variação cambial (quando negativas), perdas de valor justo em instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por resultado, além de multas, penalidades e taxas de natureza financeira previstas contratualmente. Nos termos operacionais usuais das demonstrações financeiras, integram despesas financeiras os juros e encargos de dívida e debêntures, os encargos das operações de risco sacado/antecipação de recebíveis, os juros de arrendamento, as perdas cambiais líquidas (quando negativas), as perdas de valor justo sobre instrumentos classificados ao valor justo por resultado e a apropriação do ajuste a valor presente quando relacionada a passivos financeiros.

Método da taxa efetiva

As receitas e despesas com juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro para o valor contábil no reconhecimento inicial, incorporando prêmios, descontos e custos de transação. A apropriação ocorre ao longo do tempo no resultado financeiro, respeitando a natureza: receita quando relacionada a ativos financeiros e despesa quando relacionada a passivos financeiros. Quando aplicável, a parcela de juros capitalizada em ativos qualificáveis segue a política de custos de empréstimos; o saldo remanescente é reconhecido no resultado financeiro.

Variação cambial e atualização monetária

Os itens monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de fechamento na data do balanço. As variações cambiais daí decorrentes são reconhecidas no resultado financeiro, como receita (ganhos) ou despesa (perdas), conforme o efeito líquido. Atualizações monetárias ativas ou passivas, quando previstas em lei ou contrato, também são reconhecidas no resultado financeiro de acordo com sua natureza: ativa como receita financeira e passiva como despesa financeira.

Ajuste a valor presente (AVP)

Sempre que contratos ou instrumentos financeiros contiverem componente relevante do valor do dinheiro no tempo, é realizado ajuste a valor presente no reconhecimento inicial. A reversão desse ajuste é apropriada ao resultado financeiro pelo método da taxa efetiva, classificando-se como receita financeira quando vinculada a ativos e como despesa financeira quando vinculada a passivos.

4.17. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O Grupo possui operações principais no Brasil, bem como operações em outros países. A seguir apresentamos um resumo sobre a aplicação dos tributos sobre o lucro por jurisdição. As políticas e critérios descritos nesta nota atendem ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e são aplicáveis a todas as operações do Grupo, observadas as legislações locais e a materialidade de cada jurisdição.

Imposto de renda e contribuição social (impostos correntes)

Brasil - Aplicação das regras do IRPJ e da CSLL. Imposto de renda à alíquota de 15%, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240, e contribuição social à alíquota de 9%. Compensação de prejuízos fiscais e base negativa limitada a 30% do lucro real do período. Reconhecimento de imposto corrente pelas taxas decretadas e de imposto diferido sobre diferenças temporárias e créditos fiscais.

Argentina - Aplicação da legislação local de tributos sobre o lucro, tendo sido considerada alíquota de 30% para imposto de renda. Imposto corrente mensurado pelas taxas vigentes e imposto diferido reconhecido sobre diferenças temporárias e créditos fiscais.

Demais países - Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Peru, Uruguai, Cayman e Estados

Unidos (Delaware): A provisão para impostos sobre o lucro é constituída com base na aplicação da legislação tributária local vigente na data de encerramento do balanço. O Imposto Corrente é calculado pelas taxas estatutárias de cada país sobre o lucro tributável ajustado, considerando as regras de dedutibilidade e incentivos fiscais específicos de cada localidade e o imposto diferido é reconhecido sobre diferenças temporárias e créditos fiscais quando for provável sua realização.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se determinados critérios forem atendidos.

Imposto de renda e contribuição social (diferido)

O imposto diferido é reconhecido sobre todas as diferenças temporárias entre a base contábil e a base fiscal de ativos e passivos, bem como sobre prejuízos e créditos fiscais não utilizados, quando for provável a existência de lucro tributável futuro para sua realização. A mensuração considera as alíquotas aprovadas e vigentes na data de reversão estimada, refletindo a forma como a Administração espera recuperar os ativos e liquidar os passivos. Os ativos fiscais diferidos são revistos a cada data de balanço e reduzidos quando não for mais provável sua realização. Os tributos diferidos são apresentados separadamente dos tributos correntes no balanço e não são classificados no circulante.

A mensuração dos tributos correntes e diferidos incorpora, quando aplicável, os efeitos de incertezas sobre tratamentos tributários. As principais premissas e julgamentos são reavaliados à luz de fiscalizações, autos de infração, decisões administrativas ou judiciais e mudanças na legislação. Quando material, são divulgadas informações qualitativas e, quando praticável, quantitativas sobre a natureza das incertezas, sensibilidade, possíveis desfechos e mudanças relevantes de estimativas.

4.18. Representação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluindo os saldos de abertura de 1º de janeiro de 2024, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A Administração durante o exercício de 2025 identificou que a metodologia de conversão anteriormente adotada para fins de consolidação, a qual considerava a conversão da moeda funcional das controladas no exterior para o dólar norte-americano (USD) como etapa intermediária na conversão, e posteriormente convertido do dólar norte-americano (USD) para o Real (BRL), a moeda de apresentação do Grupo, não refletia de forma adequada os efeitos cambiais aplicáveis à conversão de moedas para fins de consolidação das demonstrações financeiras.

Os estágios de conversão citados anteriormente que geravam efeito inflacionário de câmbio com as taxas de câmbio cruzadas, foi identificado também que no cálculo era utilizado conceitos divergentes daqueles previstos no CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.

De acordo com a referida norma contábil, na conversão de câmbio para fins de consolidação das demonstrações financeiras deve ser realizada diretamente da moeda funcional para a moeda de apresentação, observando-se critérios específicos de taxas de câmbio, requerendo que os ativos e passivos sejam convertidos pela taxa de fechamento na data do balanço, exceto os ativos e passivos não monetários mensurados ao custo histórico, os quais devem ser convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. As receitas e despesas devem ser convertidas pelas taxas das datas das transações, sendo admitida a utilização de taxas médias mensais quando estas representarem adequadamente as taxas efetivas, com as diferenças de conversão reconhecidas no patrimônio líquido, no Ajuste Cumulativo de Tradução (CTA).

Diante disso, a metodologia aplicada aos saldos reapresentados passou a adotar a conversão direta de cada moeda funcional para o Real (BRL), eliminando distorções decorrentes da utilização de taxas cruzadas e de efeitos de arredondamento. Essa abordagem permitiu a apuração adequada do CTA para todas as entidades do Grupo, inclusive aquelas cuja moeda funcional é o dólar norte-americano (USD), em plena aderência ao CPC 02 (R2). Ademais, exceto nas entidades localizadas em economias hiperinflacionárias, os saldos das demonstrações do resultado do exercício foram convertidos diretamente de cada moeda funcional para o Real (BRL), mediante a aplicação da taxa média mensal correspondente a cada período.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ajustes decorrentes dessa reapresentação foram aplicados de forma retrospectiva, impactando principalmente:

Balanco patrimonial - Ativo

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024 Anteriormente apresentado	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2024 Anteriormente apresentado	Ajuste	31/12/2024 Reapresentado
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	11.898	-	11.898	104.731	45	104.776
Aplicações financeiras	-	-	-	23.648	-	23.648
Contas a receber	-	-	-	450.205	1.489	451.694
Adiantamentos a fornecedores	133	-	133	73.063	(3.507)	69.556
Impostos a recuperar	-	-	-	58.062	(10.213)	47.849
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.571	-	4.571	14.110	-	14.110
Despesas pagas antecipadamente	1.090	-	1.090	1.985	-	1.985
Outras contas a receber	69	-	69	12.861	(8.404)	4.457
Total do ativo circulante	17.761	-	17.761	738.665	(20.590)	718.075
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo						
Impostos a recuperar	-	-	-	37.198	(1.208)	35.990
Mútuo a receber de partes relacionadas	14.184	-	14.184	-	-	-
Outras contas a receber	68.402	-	68.402	68.886	-	68.886
Depósitos judiciais	2	-	2	137.259	-	137.259
Investimentos em controladas	694.519	4.117	698.636	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	81.159	2.968	84.127
Intangível e ágio	-	-	-	425.084	60.784	485.868
Direito de uso	-	-	-	29.307	1.954	31.261
Total do ativo não circulante	777.107	4.117	781.224	778.893	64.498	843.391
Total do ativo	794.868	4.117	798.985	1.517.558	43.908	1.561.466

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco patrimonial - Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024 Anteriormente apresentado	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2024 Anteriormente apresentado	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado
Arrendamentos	-	-	-	18.790	-	18.790
Fornecedores	1.167	-	1.167	360.971	34.164	395.135
Impostos a pagar	1.560	-	1.560	23.717	9.837	33.554
Empréstimos e financiamentos	166.943	-	166.943	332.494	-	332.494
Debêntures	386.084	-	386.084	386.084	-	386.084
Salários, encargos e provisão para férias	982	-	982	40.921	858	41.779
Contas a pagar pela combinação de negócio	10.392	-	10.392	20.883	-	20.883
Outras contas a pagar	84	-	84	14.015	(5.045)	8.970
Instrumentos financeiros	6.436	-	6.436	6.436	-	6.436
Total do passivo circulante	573.648	-	573.648	1.204.311	39.814	1.244.125
Provisão para passivo a descoberto em controladas	116.642	-	116.642	-	-	-
Arrendamentos	-	-	-	17.494	1.150	18.644
Fornecedores	-	-	-	17.546	-	17.546
Impostos a pagar	-	-	-	131.665	-	131.665
Empréstimos e financiamentos	50.000	-	50.000	50.666	-	50.666
Impostos diferidos	963	-	963	963	-	963
Provisões para contingências	68.502	-	68.502	121.713	-	121.713
Contas a pagar de combinação de negócio	492	-	492	5.472	-	5.472
Salários, encargos e provisão para férias	5.040	-	5.040	5.040	-	5.040
Outras contas a pagar	-	-	-	8.874	(1.173)	7.701
Passivo para a participação de não controladores	58.604	-	58.604	58.604	-	58.604
Mútuo a pagar para partes relacionadas	25.767	-	25.767	-	-	-
Total do passivo não circulante	326.010	-	326.010	418.037	(23)	418.014
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)						
Capital social	2.006.078	-	2.006.078	2.006.078	-	2.006.078
Reserva de capital	183.831	-	183.831	183.831	-	183.831
Ajuste de avaliação patrimonial	5.518	(1.013)	4.505	5.518	(1.013)	4.505
Prejuízos acumulados	(2.300.217)	5.130	(2.295.087)	(2.300.217)	5.130	(2.295.087)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(104.790)	4.117	(100.673)	(104.790)	4.117	(100.673)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	794.868	4.117	798.985	1.517.558	43.908	1.561.466

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado do exercício

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024 Anteriormente apresentado	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2024 Anteriormente apresentado	Ajuste	31/12/2024 Reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	1.065.320	(38.232)	1.027.088
Custo dos serviços prestados	-	-	-	(756.279)	32.527	(723.752)
Lucro bruto	-	-	-	309.041	(5.705)	303.336
Despesas comerciais	(161)	-	(161)	(72.737)	545	(72.192)
Despesas administrativas	(52.943)	-	(52.943)	(430.893)	8.005	(422.888)
Redução de valor recuperável de ativos intangíveis	(1.048.225)	-	(1.048.225)	(1.376.421)	-	(1.376.421)
Outras despesas operacionais	(1)	-	(1)	(25.478)	-	(25.478)
Outras receitas operacionais	100	-	100	9.601	(1.073)	8.528
Total	(1.101.230)	-	(1.101.230)	(1.895.928)	7.477	(1.888.451)
Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e impostos	(1.101.230)	-	(1.101.230)	(1.586.887)	1.772	(1.585.115)
Despesas financeiras	(106.495)	-	(106.495)	(234.128)	1.110	(233.018)
Receitas financeiras	27.142	-	27.142	78.006	-	78.006
Resultado financeiro líquido	(79.353)	-	(79.353)	(156.122)	1.110	(155.012)
Participação nos prejuízos das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	(576.449)	5.130	(571.319)	-	-	-
Prejuízo antes dos impostos	(1.757.032)	5.130	(1.751.902)	(1.743.009)	2.882	(1.740.127)
Imposto corrente	-	-	-	(14.023)	2.248	(11.775)
Imposto diferido	889	-	889	889	-	889
	889	-	889	(13.134)	2.248	(10.886)
Prejuízo do exercício	(1.756.143)	5.130	(1.751.013)	(1.756.143)	5.130	(1.751.013)
Prejuízo do exercício por ação						
Prejuízo por ação - básico (em Reais)	(4,39799)		(4,38514)	(4,39799)		(4,38514)
Prejuízo por ação - diluído (em Reais)	(4,39799)		(4,38514)	(4,39799)		(4,38514)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(1.756.143)	5.130	(1.751.013)	(1.756.143)	5.130	1.756.013

Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado:

Efeitos de conversão de moeda estrangeira	10.311	(1.013)	9.298	10.311	(1.013)	9.298
Prejuízo do exercício	(1.745.832)	4.117	(1.741.715)	(1.745.832)	4.117	1.741.715

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

	Controladora		
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Capital social	2.006.078	-	2.006.078
Reservas de capital	183.831		183.831
Prejuízos acumulados	(2.300.217)	5.130	(2.295.087)
Outros resultados abrangentes	5.518	(1.013)	4.505
Total	(104.790)	4.117	(100.673)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024 Anteriormente apresentado	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2024 Anteriormente apresentado	Ajuste	31/12/2024 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do exercício	(1.756.143)	5.130	(1.751.013)	(1.756.143)	5.130	(1.751.013)
Ajustes para reconciliação do resultado líquido do caixa pelas atividades operacionais						
Atualização monetária passiva	854	-	854	20.459	9.270	29.729
Bônus de subscrição	(23.194)	8.305	(14.889)	(23.194)	8.306	(14.888)
Atualização a valor justo	-	2.144	2.144	(5.263)	2.144	(3.119)
Outros	306	(4)	302	306	2	308
Impairment de ativos	1.048.225	-	1.048.225	1.376.421	-	1.376.421
Baixa do bônus de subscrição por não exercício		(1.869)	(1.869)	-	(1.868)	(1.868)
Ajuste a valor justo - Trava Executivos	8.580	(8.580)	-	8.580	(8.580)	-
Atualização monetária ativa	-	-	-	-	(9.270)	(9.270)
Ajuste de economia hiper inflacionária	-	-	-	-	(54.222)	(54.222)
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	576.449	(5.130)	571.319	-	-	-
Outros ajustes para reconciliação do resultado líquido ao caixa	114.009	-	114.009	290.773	-	290.773
Total	(30.914)	(4)	(30.918)	(88.061)	(49.088)	(137.149)
(Aumento) diminuição de ativos						
Contas a receber	-	-	-	70.640	(1.489)	69.152
Adiantamentos a fornecedores	1.967	-	1.967	50.496	3.507	54.003
Imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar	2.491	-	2.491	5.497	11.421	16.918
Outras contas a receber	(69)	-	(69)	(7.384)	8.404	1.019
Despesas pagas antecipadamente	196	-	196	3.412	-	3.412
Depósitos judiciais	-	-	-	32.960	-	32.960
Aumento (diminuição) de passivos:						
Fornecedores	(3.486)	4	(3.482)	(146.421)	34.164	(112.257)
Fornecedores - risco sacado à pagar	-	-	-	2.890	-	2.890
Adiantamento de clientes	-	-	-	(1.077)	-	(1.077)
Salários, encargos e provisão para férias	2.657	-	2.657	(7.187)	839	(6.348)
Impostos a pagar	181	-	181	(21.469)	9.838	(11.631)
Outras contas a pagar	(12.385)	-	(12.385)	(41.620)	(6.218)	(47.837)
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	(39.362)	-	(39.362)	(147.324)	11.378	(135.946)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024 Anteriormente apresentado	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2024 Anteriormente apresentado	Ajuste	31/12/2024 Reapresentado
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(4.677)	-	(4.677)	(32.038)	-	(32.038)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(126.253)	-	(126.253)	(141.388)	-	(141.388)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(170.292)	(0)	(170.292)	(320.750)	11.378	(309.372)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	182.190	-	182.190	414.148	-	414.148
Efeito de variação cambial no caixa e equivalente de caixa	-	-	-	11.333	(11.333)	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	11.898	-	11.898	104.731	45	104.776
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(170.292)	-	(170.292)	(320.750)	11.378	(309.372)

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024 Original	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2024 Original	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado
1 - Receitas						
Receita de contrato com cliente	-	-	-	1.301.479	(45.750)	1.255.729
Outras receitas	100	-	100	9.601	(1.073)	8.528
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - (Constituição)	-	-	-	(8.604)	-	(8.604)
Total	100	-	100	1.302.476	(46.823)	1.255.653
2 - Insumos adquiridos de terceiros						
Custo dos serviços de terceiros e outros	-	-	-	(906.085)	40.590	(865.495)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	-	-	-	-
Perdas e recuperação de valores ativos	(1.048.225)	-	(1.048.225)	(1.376.421)	-	(1.376.421)
3 - Valor adicionado bruto	(1.048.125)	-	(1.048.125)	(980.030)	(6.233)	(986.263)
4 - Depreciação e amortização do exercício	(28.190)	-	(28.190)	(129.492)	22.408	(107.084)
5 - Valor adicionado líquido produzido (3-4)	(1.076.315)	-	(1.076.315)	(1.109.522)	16.175	(1.093.347)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024 Original	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2024 Original	31/12/2024 Ajuste	31/12/2024 Reapresentado
6 - Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras	27.142	-	27.142	78.006	-	78.006
Resultado de equivalência patrimonial	(576.449)	5.130	(571.319)	-	-	-
7 - Valor adicional total a distribuir (5+6)	(1.625.622)	5.130	(1.620.492)	(1.031.516)	16.175	(1.015.341)
8 - Distribuição do valor adicionado	(1.625.622)	5.130	(1.620.492)	(1.031.516)	16.175	(1.015.341)
Pessoal	9.023	-	9.023	291.016	14.402	305.418
Remuneração direta	7.997	-	7.997	240.084	14.403	254.487
Benefícios	1.026	-	1.026	37.294	-	37.294
F.G.T.S.	-	-	-	13.638	-	13.638
Impostos, taxas e contribuições	567	-	567	169.135	(2.248)	166.887
Federais	567	-	567	101.028	(2.248)	98.780
Estaduais	-	-	-	58.934	-	58.934
Municipais	-	-	-	9.173	-	9.173
Remuneração de capital de terceiros	120.931	-	120.931	264.476	(1.109)	263.367
Juros	105.783	-	105.783	225.000	(1.109)	223.891
Aluguéis	7	-	7	10.530	-	10.530
Outros - terceiros	15.141	-	15.141	28.946	-	28.946
Remuneração de capital próprio	(1.756.143)	5.130	(1.751.013)	(1.756.143)	5.130	(1.751.013)

(a) Balanço patrimonial - Ativo

Intangível e ágio

O aumento de R\$ 60.754 refere-se à reapresentação dos saldos de intangível e ágio registrados no exterior, ajustados pela metodologia de conversão cambial correta alinhada com o CPC 02 (R2). Os saldos de ágio, quando originados em moeda estrangeira, foram convertidos para a moeda de apresentação do Grupo, o Real (BRL) aplicando-se a taxa de fechamento na data do balanço, em aderência ao item 47 do CPC 02. Os valores incorridos nas aquisições e combinações de negócios em operações com terceiros foram registrados no grupo de intangível e ágios, como determinado pelos respectivos laudos de alocação do preço pago ("Purchase Price Allocation - PPA"), e igualmente convertidos para a moeda de apresentação do Grupo, o Real (BRL) aplicando-se a taxa de fechamento na data do balanço, e não eliminados no processo de consolidação.

(b) Balanço patrimonial – Passivo

Fornecedores

O aumento de R\$ 34.164 refere-se à rerepresentação dos saldos de fornecedores registrados no exterior, ajustados pela metodologia de conversão cambial correta alinhada com o CPC 02 (R2). Os saldos de fornecedores, quando originados em moeda estrangeira, tiveram os saldos convertidos diretamente de cada moeda funcional das controladas no exterior para a moeda de apresentação do Grupo (Real – BRL), eliminando-se somente no processo de consolidação saldo de fornecedores a pagar entre as controladas do Grupo.

(c) Demonstração do resultado do exercício

A redução do prejuízo do exercício de R\$ 5.130, assim como a alteração das rubricas individuais da demonstração do resultado do exercício, com destaque para **(i)** redução da receita operacional líquida em R\$ 38.232, **(ii)** redução do custo dos serviços prestados em R\$ 32.527 e **(iii)** redução das despesas administrativas em R\$ 8.005, decorre da aplicação retrospectiva da metodologia de conversão cambial revisada, com adoção da conversão direta da moeda funcional das controladas no exterior para a moeda de apresentação do Grupo (Real – BRL). Exceto nas entidades localizadas em economias hiperinflacionárias, os saldos das demonstrações do resultado do exercício foram convertidos diretamente de cada moeda funcional para o Real (BRL), mediante a aplicação da taxa média mensal correspondente a cada período, com as diferenças de conversão reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Diante do exposto, a Administração reitera que os resultados apresentados relativos ao exercício de 2024 não impactam:

- Cláusulas contratuais e/ou covenants: Não há ocorrência de quebras de cláusulas restritivas (covenants) ou de outros dispositivos contratuais em decorrência dos referidos saldos;
- Acordos Firmados: Permanecem íntegros todos os acordos estabelecidos com terceiros e parceiros estratégicos; e
- Reestruturação: Os resultados não interferem na execução da reestruturação operacional, tampouco na reestruturação da estrutura de capital da Companhia.

A Companhia permanece focada na continuidade de seus planos de eficiência e no fortalecimento de sua saúde financeira.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 Rerepresentado
Caixa e bancos	246	11.860	59.244	91.172
Aplicações financeiras (i)	14.909	38	18.350	13.604
Total	15.156	11.898	77.595	104.776

(i) As aplicações financeiras do grupo referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB), reajustados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), remunerado a uma taxa anual média de 100,2 % do CDI em 31 de dezembro de 2025 (93,31% em 31 de dezembro de 2024). A exposição do Grupo aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para esses ativos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 28.

	Consolidado
Movimentação das aplicações financeiras	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.604
Aplicação	39.823
Resgate	(36.060)
Rendimentos sobre aplicações financeiras, líquidos de impostos	983
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.350

6. Aplicações financeiras (consolidado)

Composição

Tipo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de investimentos (i)	-	-	11.306	23.648
Caixa restrito (ii)	8.004	-	33.767	-
Total	8.004	-	45.073	23.648

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	23.648
Aplicação	7.977	27.157
Resgate	-	(12.723)
Rendimentos sobre aplicações financeiras, líquidos de impostos	26	6.991
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.004	45.073

(i) Está relacionado em sua maior parte a investimentos em fundos de investimento, não exclusivos, em letras do tesouro americano, feitas pelas empresas situadas fora do Brasil para cobertura dos riscos de inflação.

(ii) Refere-se ao *cash colateral* da operação FINEP, vide Nota Explicativa nº 18.

7. Contas a receber (consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Contas a receber de operadoras de cartão de crédito (i)	88.945	115.487
Contas a receber de clientes (ii)	249.501	346.734
Contas a receber	338.446	462.221
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (iii)	(9.906)	(10.527)
Total	328.540	451.694

(i) Corresponde a contas a receber das vendas através de cartão de crédito, que o Grupo recebe em montantes, prazos e parcelas definidas no momento da venda dos produtos dos clientes. Esse valor corresponde a Venda Bruta de Mercadoria (Gross Merchandise Volume (GMV)) referente às vendas de produtos dos clientes feitas através do nosso ecossistema. O Grupo realizou antecipações de recebíveis em 2025, sendo: Cartões de crédito: R\$ 134.070 (R\$ 778.926 em 2024), por meio de operação sem direito de regresso, ou seja, o risco de inadimplência é integralmente transferido às operadoras e instituições financeiras, permitindo o desreconhecimento contábil no momento da cessão. O impacto financeiro total dessas operações em 2025 foi de R\$ 9.231 (R\$ 54.396 em 2024).

(ii) O contas a receber dos clientes, correspondem ao rebalanceamento da margem em que o produto do cliente foi vendido nos sites de e-commerce dos clientes para o consumidor final por um preço abaixo do negociado na formação da margem do produto quando da negociação entre a Companhia e o cliente. Como os contratos garantem uma margem mínima de venda para o Grupo, que atua como agente na operação, ou seja, não assume riscos significativos em relação a transação, é responsável pela intermediação da venda entre o fornecedor e o cliente final, recebendo uma remuneração (margem) previamente acordada, e a margem é rebalanceada mensalmente.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 – Fornecedores, este valor é liquidado contra a conta de “Fornecedores”, onde o Grupo possui os valores a pagar para os respectivos fornecedores. Os valores a receber do Grupo representam os fluxos brutos das vendas processadas dos clientes, de acordo com a dinâmica operacional prevista em contrato, e não apenas a comissão do Grupo. Em termos econômicos, a diferença entre o montante que o Grupo recebe pelas vendas dos clientes e o montante que paga aos fornecedores corresponde à comissão pelos serviços prestados, consistente com o papel de agente na transação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Desde o início de 2024 o Grupo vem trabalhando nas cobranças junto aos clientes e isso refletiu nos prazos de recebimentos e redução da provisão e de perdas efetivas e recebíveis, para o ano em questão. Todo esse movimento fez com que a exposição ao risco de crédito dessa rubrica aumentasse em uma proporção muito baixa ao longo dos períodos, a exposição ao risco de crédito estão divulgadas na Nota Explicativa nº 28.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Idades de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	318.556	435.500
Vencidos		
Entre 1 e 30 dias	11.805	10.223
Entre 31 e 60 dias	167	3.170
Entre 61 e 90 dias	309	621
Entre 91 e 180 dias	32	2.269
Entre 181 a acima de 360 dias	7.577	10.746
Total vencidas	19.890	27.029
(-) PECLD	(9.906)	(10.835)
Total	328.540	451.694

A seguir apresentamos a movimentação da PECLD:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldo inicial	(10.527)	(5.509)
Adição	(4.079)	(13.909)
Perdas	-	308
Baixas	4.700	5.305
Baixas - Investimento (i)	-	3.278
Saldo final	(9.906)	(10.527)

(i) Baixa do investimento no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), antigo Fundo de Investimento da Companhia que foi descontinuado em 28 de dezembro de 2024.

8. Adiantamentos a fornecedores (consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Adiantamento a fornecedores (i)	60.257	66.758
Outros adiantamentos a fornecedores	1.221	2.798
Total	61.478	69.556

(i) Os adiantamentos a fornecedores correspondem a valores antecipados a parceiros comerciais que, em determinados contratos, também são clientes do Grupo. Tais adiantamentos viabilizam a operação de venda dos produtos dos clientes em seus próprios canais de e-commerce, garantindo condições operacionais de fornecimento e faturamento até a liquidação das vendas ao consumidor final.

Os saldos são compensados com a conta de Fornecedores quando os produtos dos clientes são vendidos e entregues ao consumidor final, pois o montante a pagar ao fornecedor é liquidado com o adiantamento previamente registrado. A remuneração do Grupo decorre da comissão contratada, que corresponde, em termos econômicos, à diferença entre os valores recebidos pelas vendas processadas e os valores repassados aos fornecedores.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
ICMS (i)	-	-	33.018	44.906
PIS e Cofins	2.433	-	78.060	30.887
IVA	-	-	-	6.703
IRRF	753	-	3.893	-
Outros impostos	-	-	791	1.343
Total	3.186	-	115.762	83.839
Circulante	3.186	-	101.273	47.849
Não circulante	-	-	14.489	35.990
Total	3.186	-	115.762	83.839

(i) O valor de R\$ 33.018 é referente ao ICMS próprio e ICMS-ST (substituição tributária) gerado nas operações interestaduais. Parte destes créditos em que esses impostos não estão incluídos na margem do Grupo negociada com o cliente, corresponde a um valor a ser reembolsado ao cliente. Assim, o Grupo efetua o reembolso desse crédito ao fornecedor dos produtos, que, neste caso, são os clientes. O mesmo valor a ser reembolsado é reconhecido no passivo, na rubrica de “outras contas a pagar”, de R\$ 859 em 2025 (R\$ 7.849 em 2024), vide Nota Explicativa nº 22.

Os impostos a recuperar são reconhecidos quando há direito de compensação ou ressarcimento conforme legislação aplicável. A realização ocorre por compensação com débitos próprios ou, quando previsto, por pedido de ressarcimento. A classificação entre circulante e não circulante reflete o prazo estimado de realização com base no ciclo operacional, cronogramas de PER/DCOMP, prazos de homologação e, no exterior, regras locais para IVA. O Grupo avaliou a expectativa de realização e compensação dos saldos de impostos a recuperar, e não identificou nenhum indício ou fato que indiquem a necessidade de constituição de perda (impairment).

10. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Ativo indenizatório (i)	60.358	68.402	60.676	68.402
Outras contas a receber	69	69	26.967	4.941
Total	60.427	68.471	87.643	73.343
Circulante	69	69	26.675	4.457
Não circulante	60.358	68.402	60.968	68.886
Total	60.427	68.471	87.643	73.343

(i) Refere-se a direito contratual de reembolso relacionado às contingências assumidas na aquisição da Infracommerce Synapcom Comércio Eletrônico S.A. (Synapcom). Esse ativo cobre o valor do passivo contingente registrado em Provisões para contingências, observado o mesmo montante do passivo coberto, a mesma base de mensuração e as mesmas premissas de probabilidade de saída de recursos, conforme prática aplicável. Não há compensação na apresentação entre o ativo indenizatório e o passivo correspondente, sendo ambos evidenciados em rubricas próprias. A baixa do ativo ocorre quando do recebimento do reembolso ou quando deixam de existir as condições que sustentam o direito contratual (veja Nota Explicativa nº 20).

O ativo indenizatório é mensurado de forma consistente com a provisão correlata para a qual existe cobertura contratual, refletindo a melhor estimativa na data do balanço. A Administração avaliou a recuperabilidade com base nos termos contratuais e no andamento dos processos e não identificou indícios que justificassem perdas por não realização na data-base.

A parcela circulante corresponde a valores cuja realização é esperada em até doze meses a partir da data do balanço. A parcela não circulante reflete montantes cuja realização depende do desfecho e do cronograma dos processos relacionados. No consolidado, a diferença entre controladora e consolidado decorre de ajustes em controladas sem efeito na substância do direito de reembolso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos e provisão para passivo a descoberto em controladas**Investimento e provisão para passivo a descoberto em controladas**

Controladora										
31/12/2024 - Investimento (Reapresentado)										
Empresa	Ágio	Mais valia	Patrimônio líquido	Total	Equivalência patrimonial	Aumento de capital (iii)	Resultado abrangente	Transferência (ii)	Amortização de mais-valia (i)	31/12/2025
Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.	-	-	154.151	154.151	(32.394)	150.015	-	-	-	271.772
Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda.	-	-	(19.946)	(19.946)	(15.840)	-	-	-	-	(35.786)
Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda.	-	-	(96.696)	(96.696)	(17.364)	-	-	-	-	(114.060)
Infrapay Administração de Pagamentos Ltda.	-	-	23.110	23.110	(1.676)	-	-	-	-	21.434
New Retail IFC Brasil S.A. (i)	-	-	-	-	(55.287)	10.157	(4.000)	371.395	(1.960)	320.305
New Retail Limited (i)	110.156	5.229	252.863	373.360	(2.778)	-	1.466	(371.395)	(653)	-
Infracommerce Synapcom Comércio Eletrônico S.A.	-	5.633	142.382	148.015	(14.881)	-	-	-	(8.702)	124.432
Total	110.156	10.862	456.877	581.994	(140.220)	160.172	(2.534)	-	(11.315)	588.097
Provisão para passivo descoberto	-	-	-	(116.642)	-	-	-	-	-	(149.846)
Investimentos	-	-	-	698.636	-	-	-	-	-	737.943

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Controladora								
	31/12/2023 – Investimento (Reapresentado)				Equivalência patrimonial	Resultado abrangente	Impairment	Amortização de mais-valia (i)	31/12/2024 (Reapresentado)
	Ágio	Mais valia	Patrimônio líquido	Total					
Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.	-	-	578.776	578.776	(424.625)	-	-	-	154.151
Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda.	-	-	(12.065)	(12.065)	(7.881)	-	-	-	(19.946)
Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda.	-	-	(54.491)	(54.491)	(42.205)	-	-	-	(96.696)
Infrapay Administração de Pagamentos Ltda.	-	-	(1.652)	(1.652)	24.762	-	-	-	23.110
New Retail Limited (i)	110.156	7.842	254.239	372.237	(5.562)	9.298	-	(2.613)	373.360
Infracommerce Synapoom Comércio Eletrônico S.A.	912.658	166.777	258.190	1.337.625	(115.808)	-	(1.048.225)	(25.577)	148.015
Total	1.022.814	174.619	1.022.997	2.220.430	(571.319)	9.298	(1.048.225)	(28.190)	581.994
Provisão para passivo descoberto	-	-	-	(68.208)	-	-	-	-	(116.642)
Investimentos	-	-	-	2.288.638	-	-	-	-	698.636

(i) A mais-valia está relacionada à carteira de clientes identificada na mensuração dos ativos a valor justo, conforme Nota Explicativa nº 13.

(ii) Refere-se à transferência da participação da subsidiária no exterior (New Retail) da controladora para a subsidiária New Retail Brasil S.A., para centralização dos investimentos no exterior, conforme Nota Explicativa nº 2.

(iii) Aumento de capital feito na subsidiária IFC Ltda., referente as dívidas com os credores bancários no âmbito da primeira série das debêntures conversíveis que foram contratadas pela IFC Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I) Informações contábeis das investidas diretas

Controladas	Exercício findo em 31 de dezembro de 2025							
		Ativo		Passivo			DRE	
		Empresa	%	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio Líquido
IFC Ltda.	100%	237.847	756.521	85.877	636.718	271.772	204.831	(32.394)
IFC Varejo	100%	21.183	11.133	1.402	66.699	(35.786)	(9.898)	(15.840)
Infrashop	100%	1.836	86.622	6.764	195.755	(114.060)	17.301	(17.364)
Infrapay	100%	230	349.533	(5)	328.334	21.434	1.048	(1.676)
New Retail Brasil	100%	250.874	347.546	267.613	10.502	320.305	444.566	(58.065)
Synapcom	100%	107.095	495.909	5.439	473.134	124.432	52.107	(14.881)
Total		619.065	2.047.262	367.090	1.711.142	588.097	709.955	(140.220)

ii) Impactos no fluxo de caixa decorrentes das aquisições de negócios feitas anteriormente

Fluxo de pagamento: Caixa	Controladora				Consolidado					
	New Retail	Synapcom	Total impacto Controladora	Tevec	Brandlive Colombia	Pier	Ecomsur	Tatix	Summa	Total impacto Consolidado
Pagamento realizados até										
31 de dezembro de 2024, líquido do caixa adquirido	3.063	184	3.247	1.138	1.362	3.826	-	-	-	9.573
Pagamento diferido (atividade de financiamento)	3.063	184	3.247	1.138	1.362	3.826	-	-	-	9.573
Pagamento realizados até										
31 de dezembro de 2025, líquido do caixa adquirido	-	247	247	-	-	226	-	-	-	473
Pagamento diferido (atividade de financiamento)	-	247	247	-	-	226	-	-	-	473

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado (consolidado)

	Benfeitorias em bens de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	4.113	1.358	57.962	5.098	11.680	3.916	84.127
Adições	592	679	761	485	458	-	2.975
Baixas	(573)	(279)	(3.684)	(206)	(1.990)	-	(6.732)
Depreciação	(807)	(864)	(7.183)	(2.275)	(2.589)	-	(13.718)
Transferências	-	-	-	-	3.909	(3.909)	-
Ajuste de economia hiperinflacionária	(1.033)	1.175	(748)	847	(3.018)	(4)	2.772
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.292	2.069	47.108	3.949	8.450	11	63.880
Custo	7.672	6.173	81.481	20.042	18.910	15	134.293
Depreciação	(5.380)	(4.104)	(34.373)	(16.093)	(10.459)	(4)	(70.413)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.292	2.069	47.108	3.949	8.450	11	63.880

	Benfeitorias em bens de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	5.561	1.620	67.945	8.828	10.985	3.903	98.842
Adições	1.739	1.117	5.236	995	1.352	-	10.439
Baixas	(1.759)	(1.068)	(5.629)	(896)	(4.075)	-	(13.427)
Depreciação	(1.332)	(1.190)	(8.654)	(4.022)	(3.608)	(4)	(18.810)
Ajuste de economia hiperinflacionária	(96)	879	(936)	193	7.026	17	7.083
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	4.113	1.358	57.962	5.098	11.680	3.916	84.127
Custo	8.686	4.598	85.152	18.916	19.551	3.920	140.823
Depreciação	(4.573)	(3.240)	(27.190)	(13.818)	(7.871)	(4)	(56.696)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	4.113	1.358	57.962	5.098	11.680	3.916	84.127

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Teste de impairment de ativos

O Grupo testa anualmente, no final de cada exercício, os valores recuperáveis dos ativos imobilizados que estão sujeitos à depreciação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia vem acompanhando a análise de *impairment*, e não foi identificado nenhum evento ou mudança nas circunstâncias anteriormente observadas em 31 de dezembro de 2024, que possam indicar que alteração em relação ao estudo anteriormente efetuado pelo Grupo.

13. Intangível e ágio (consolidado)

	Plataforma (i)	Ágio (ii)	Carteira de clientes (iii)	Marcas e patentes(iii)	Cláusula de não competição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	52.846	254.551	142.293	35.555	623	485.868
Adições	17.584	-	-	-	-	17.584
Impairment	(5.465)	(52.561)	(6.106)	(7.345)	-	(71.477)
Amortização	(27.626)	-	(17.595)	-	(252)	(45.473)
Ajuste cumulativo de conversão/CTA (*)	(506)	-	-	14	-	(492)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	36.833	201.990	118.592	28.224	371	386.010
Custo	408.598	1.381.038	366.422	70.814	4.598	2.231.470
Amortização	(222.787)	-	(139.341)	(32.413)	(3.021)	(397.562)
Impairment (iv)	(148.978)	(1.179.048)	(108.489)	(10.177)	(1.206)	(1.447.898)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	36.833	201.990	118.592	28.224	371	386.010

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Plataforma (i)	Ágio (ii)	Carteira de clientes (iii)	Marcas e patentes(iii)	Cláusula de não competição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	234.006	1.381.038	207.891	44.439	2.359	1.869.733
Adições	31.160	-	-	-	-	31.160
Baixas	(11.202)	-	-	(14)	-	(11.216)
Impairment	(143.513)	(1.126.487)	(102.383)	(2.832)	(1.206)	(1.376.421)
Amortização	(51.045)	-	(25.610)	(6.232)	(530)	(83.417)
Ajuste cumulativo de conversão/CTA (*)	(6.560)	-	62.395	194	-	56.029
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	52.846	254.551	142.293	35.555	623	485.868
Custo	391.520	1.381.038	366.423	70.800	4.598	2.214.379
Amortização	(195.161)	-	(121.747)	(32.413)	(2.769)	(352.090)
Impairment (iv)	(143.513)	(1.126.487)	(102.383)	(2.832)	(1.206)	(1.376.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	52.846	254.551	142.293	35.555	623	485.868

(*) Cumulative Translation Adjustment (CTA) (Ajuste Cumulativo de Conversão)

(i) A plataforma de e-commerce gerada internamente apresenta rentabilidade futura após estudos realizados pela Companhia. Assim, todas as despesas incorridas para sua constituição/configuração foram capitalizadas, sendo medida pelo tempo de trabalho alocado na formatação dessas plataformas de e-commerce.

A Administração realiza os testes de recuperabilidade anualmente desses ativos, no final do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia identificou eventos ou circunstâncias que impactaram significativamente o plano de negócios da Companhia e/ou que indicasse que os ativos não são recuperáveis.

(ii) O ágio é alocado em cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) e anualmente no final de cada exercício submetido a uma avaliação de sua recuperabilidade ou, quando há algum indicativo de que a unidade geradora de caixa está com baixo desempenho. O valor recuperável de uma UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil da UGC exceder seu valor recuperável. Qualquer perda no valor do ágio é reconhecida diretamente no resultado do período em que foi identificada, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

(iii) Preço alocado nas combinações de negócios.

(iv) No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 o Grupo efetuou a análise de *impairment* devido a fatores a seguir mencionados que foram identificados que podem impactar significativamente nas projeções de fluxo de caixa e resultado anteriormente feitas por ela.

Teste de *impairment* de ativos

O Grupo testa anualmente, ao final de cada exercício, os valores recuperáveis dos ativos imobilizados que estão sujeitos à depreciação.

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) do Grupo, como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Total UGC Brasil	-	-
Total UGC Latam	254.551	254.551
Argentina	160.255	160.255
Chile	65.937	65.937
México	28.259	28.259
Total	254.551	254.551

O valor recuperável da UGC Brasil e da UGC Latam foi baseado no valor em uso, estimado com base em fluxos de caixa descontados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a análise do valor recuperável de ativos intangíveis, indicou a necessidade de reconhecer a redução de valor recuperável de ativos intangíveis (*impairment*) na UGC Latam em R\$ 71.477, decorrente do elevado custo de capital (WACC) da Argentina, que concentra a maior parte da receita e geração de caixa operacional da UGC Latam, representando 83% do EBITDA de 2025.

UGC Brasil

No ano de 2024, o elevado endividamento com capital de terceiros e a não geração de caixa operacional no Brasil, culminaram com o registro da redução de valor recuperável de ativos intangíveis (*impairment*) em um total de R\$ 1.048.225 na controladora e R\$ 1.376.421 no consolidado, respectivamente.

Ressalta-se que a restrição de liquidez ora averiguada restringia-se às operações no Brasil, que atua de forma substancialmente apartada da operação dos demais países.

Desde o último trimestre de 2024, um amplo plano de reestruturação foi colocado em marcha com o objetivo de

(i) readequar a sua estrutura de capital e indicadores de liquidez, **(ii)** otimizar sua performance operacional e **(iii)** promover a geração recorrente e sustentável de resultados operacionais e fluxos de caixa positivos.

Como resultado, a operação no Brasil apresentou EBITDA positivo no exercício de 2025 de R\$ 11.837, excluindo o impacto do *impairment* dos ágios da UGC Latam registrados no segmento operacional Brasil (Nota Explicativa nº 32). O resultado operacional positivo já é líquido de custos decorrentes da implementação do plano de reestruturação, com destaque para o custo de desligamento registrado no período de R\$ 10.938.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável da UGC Brasil, apresentadas a seguir, baseiam-se na consolidação da melhoria operacional auferida em 2025 assim como em dados históricos de fontes internas e externas e tendências preditivas do mercado de atuação da Companhia.

	UGC Brasil
Taxa de crescimento média estimada para receita líquida de 2026 até 2030	7,2%
Taxa de crescimento (perpetuidade) - %	2,10%
Valor recuperável	361.836
WACC	15,4%
Custos e despesas vs receita líquida, respectivamente	58% e 26%

A taxa de desconto foi estimada utilizando o retorno médio livre de risco (*Risk free*). Foi considerado o retorno médio dos últimos 365 dias anteriores à data-base do trabalho dos títulos de renda fixa do Tesouro Norte Americano Treasury Bond de 10 anos. Para o prêmio de risco do mercado acionário de longo prazo foi adotado o retorno médio acima da taxa do Treasury Bond proporcionado pelo investimento no mercado acionário norte-americano no período de 1928 a 2020.

Para quantificar o risco associado ao Brasil foi considerado a média aritmética do último ano da taxa de rendimento do título brasileiro EMBI +BR (*Emerging Markets Bond Index*), risco-país do Brasil.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- A queda da receita para 2024 está alinhada com o “churn” dos clientes e as reduções de clientes com contratos onerosos. Quanto aos demais exercícios foi considerado os níveis de crescimento médio esperado para o mercado, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos, em linha com a inflação projetada;
- Custos e despesas foram projetados considerando o custo variável com relação à receita líquida após a implementação da reestruturação operacional iniciada em 4T2024 e concluída em 1T2026, eliminando-se o efeito futuro dos custos incorridos para promover as iniciativas de desmobilização de centros de distribuição e redução do quadro de colaboradores.

UGC Latam

As operações da UGC Latam estão amplamente dependentes dos resultados auferidos pelas entidades localizadas na Argentina, que representou 42% da receita líquida e 83% do EBITDA da UGC no ano de 2025. Os esforços empenhados para o crescimento e rentabilização das operações nas demais localidades ainda se encontram em estágio de maturação.

A recente reestruturação organizacional na região assim como a reorientação estratégica para acelerar o crescimento das operações em demais países, como México, indicam a redução da dependência do peso argentino. Contudo, sua representação ainda se mantém em patamares elevados em 70% do EBITDA.

O prêmio de risco país ("CRP - country risk premium") da Argentina situa-se em 9,71% e é substancialmente superior aos demais países onde a Companhia atua com massa crítica comercial (i.e. México = 2,46%; Chile = 1,10%).

A elevada dependência da geração de caixa das operações expressas em pesos argentinos associada ao elevado custo de capital do respectivo país indicam a necessidade de reconhecer a redução de valor recuperável de ativos intangíveis na UGC Latam.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em negócios relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	UGC Latam
Taxa de crescimento média estimada para receita líquida de 2026 até 2030	9,6%
Taxa de crescimento g (perpetuidade) - %	2,30%
Valor recuperável	273.749
WACC	19,3%
Custos e despesas (*) vs receita líquida, respectivamente	76% e 13%

(*) excluindo depreciação e amortização.

A taxa de desconto foi estimada utilizando o retorno médio livre de risco (Risk free). Foi considerado o retorno médio dos últimos 365 dias anteriores à data-base do trabalho dos títulos de renda fixa do Tesouro Norte Americano Treasury Bond de 10 anos. Para o prêmio de risco do mercado acionário de longo prazo foi adotado o retorno médio acima da taxa do Treasury Bond proporcionado pelo investimento no mercado acionário norte-americano no período de 1928 a 2020. Para quantificar o risco associado a cada país ao qual a UGC está localizada, foi considerado a média aritmética dos últimos 10 anos para cada país, anteriores à data-base, da taxa de rendimento do título brasileiro EMBI + BR. Para consolidar a taxa ponderada, considerou-se que a Argentina representa 70% na contribuição do fluxo de caixa futuro da UGC. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento da receita foi projetado para os demais anos conforme orçamento e para os demais períodos foi levando em consideração os níveis de crescimento médio esperado, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos quatro anos em linha com a inflação projetada;
- Custos e despesas foram projetados considerando o custo variável com relação à receita líquida.

Como consequência, em 2025 a Companhia registrou como redução de valor recuperável de ativos intangíveis (impairment) o montante de R\$ 71.477 no consolidado a ser baixado por redução do valor recuperável, sendo que o valor foi alocado conforme tabela a seguir:

	Consolidado
Ágio	52.561
Carteira de clientes	6.106
Marcas e patentes	7.345
Plataforma	5.465
Total UGC Latam	71.477

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo a composição do ágio após o reconhecimento do ajuste do valor recuperável de R\$ 52.561:

	31/12/2025	31/12/2024
Total UGC Brasil	-	-
Total UGC Latam	201.990	254.551
Argentina	127.244	160.355
Chile	52.322	65.937
México	22.424	28.259
Total Companhia	201.990	254.551

14. Direito de uso (consolidado)

O Grupo atua como arrendatária em contratos relacionados principalmente a imóveis (centros de distribuição e unidades administrativas) e equipamentos (empilhadeiras, impressoras, coletores etc.). A Companhia reconhece o direito de uso e o arrendamento na data efetiva do contrato.

Os contratos de arrendamento têm duração entre 2 e 10 anos, com opção de renovação.

a) Direito de uso

	Centro de distribuição	Escritório administrativo	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	22.128	5.020	4.113	31.261
Adição/renovação	6.268	2.512	14	8.794
Baixas	-	(1.219)	(1.109)	(2.328)
Depreciação	(11.056)	(2.960)	(2.290)	(16.306)
Ajuste cumulativo de conversão/CTA	(1.671)	(240)	-	1.911
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.669	3.113	728	19.510

15. Arrendamentos (consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Centro de distribuição	18.777	26.537
Escritório administrativo	3.106	5.824
Equipamentos	1.801	5.073
Total	23.684	37.434
Circulante	16.994	18.790
Não circulante	6.690	18.644
Total	23.684	37.434

a) Cronograma de pagamento

	Passivo não circulante
2027	5.657
2028	498
2029	338
2030	197
Total	6.690

b) Efeito no resultado do exercício

	31/12/2025	31/12/2024 (Representado)
Depreciação		
Centro de distribuição	(11.056)	(21.512)
Escritório administrativo	(2.960)	(3.991)
Equipamentos	(2.290)	(1.763)
Total	(16.306)	(27.266)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação	31/12/2025	31/12/2024 (Representado)
Despesas financeiras		
Centro de distribuição	(4.570)	(7.455)
Escritório administrativo	(703)	(896)
Equipamentos	(567)	(382)
Total	(5.840)	(8.733)

c) Movimentação dos arrendamentos

	Centro de Distribuição	Escritório administrativo	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	27.704	3.139	6.591	37.434
Adição/(remensuração)	6.268	2.512	14	8.794
Juros sobre arrendamento/renovação	4.570	703	567	5.840
Pagamentos de principal	(12.674)	(3.260)	(1.947)	(17.881)
Pagamento de juros	(4.570)	(703)	(568)	(5.841)
Baixa (i)	-	(1.720)	(1.109)	(2.829)
Ajuste cumulativo de conversão/CTA	(1.737)	(136)	40	(1.833)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.561	535	3.588	23.684
Circulante	-	-	-	16.994
Não circulante	-	-	-	6.690
Total	-	-	-	23.684

	Centro de distribuição	Escritório administrativo	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	48.817	6.070	3.951	58.838
Adição/(remensuração)	30.498	2.200	4.993	37.691
Juros sobre arrendamento/renovação	7.454	896	382	8.732
Pagamentos de principal	(19.479)	(2.205)	(1.652)	(23.336)
Pagamento de juros	(8.579)	(896)	(492)	(9.967)
Baixa (i)	(30.347)	(2.594)	(539)	(33.480)
Ajuste cumulativo de conversão/CTA	(660)	(332)	(52)	(1.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	27.704	3.139	6.591	37.434
Circulante				18.790
Não circulante				18.644
Total				37.434

A taxa incremental média de desconto utilizada para calcular o valor presente foi de 21,41% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 14,67% a.a. em 31 de dezembro de 2024.

(i) Refere-se ao distrato do contrato de locação do escritório administrativo no Centro Empresarial Nações Unidas - CENU, gerando uma redução do valor do aluguel de 60%. O novo escritório administrativo fica situado na Vila Olímpia.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Representado)
Mercadoria dos clientes (i)	-	-	237.180	362.036
Outros fornecedores (ii)	191	1.167	31.920	50.645
Total	191	1.167	269.100	412.681
Circulante	191	1.167	242.505	395.135
Não circulante	-	-	26.595	17.546
Total	191	1.167	269.100	412.681

(i) Valores referentes a compras de mercadorias dos clientes. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia fez um acordo com um de seus credores no montante de R\$ 47.787, valor a ser pago em 54 parcelas, iniciando em setembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu o montante de R\$ 4.450 registrado como Ajuste a Valor Presente (AVP), conforme Nota Explicativa nº 26 (R\$ 24.784 em 2024)

(ii) Valores referentes a fornecedores de outros produtos e serviços inerentes a operação do Grupo, como serviços de TI, manutenção dos centros de distribuição, consultorias em geral, etc.

17. Impostos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Representado)
ICMS Difal a pagar (i)	-	-	103.013	125.879
ICMS Parcelamento	-	-	36.099	-
Impostos - Latam	-	-	9.010	19.932
Parcelamentos federais (iii)	-	-	26.031	9.929
ISS a recolher	-	8	1.231	890
Outros impostos a recolher	14	1.552	8.187	8.586
Total	14	1.560	183.571	165.216
Circulante	14	1.560	30.616	33.551
Não circulante (ii)	-	-	152.955	131.665
Total	14	1.560	183.571	165.216

(i) Este saldo refere-se a ICMS Difal a pagar, os quais o Grupo vem discutindo judicialmente, contudo apura os valores devidos e recolhe via depósito judicial, em 2025 o montante de R\$ 109.514 (R\$ 124.240 em 2024) conforme Nota Explicativa nº 20.

(ii) O passivo não circulante de impostos a pagar é composto por R\$ 51.385 de parcelamentos tributários e o saldo remanescente refere-se ao ICMS Difal a pagar, vide explicação no comentário **(i)**.

(iii) Refere-se, substancialmente, à adesão do Grupo ao parcelamento simplificado, abrangendo débitos de tributos federais e contribuições previdenciárias.

18. Empréstimos e financiamentos

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos por emissão

	Remuneração	Valor face	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos em moeda nacional (i)							
	CDI e/ou spread	263.933	2024-2033	48.195	159.801	71.753	326.019
Notas comerciais Escriturais							
1ª emissão (ii)							
	CDI + 2,44% a.a.	100.00	2024	-	-	-	-
Notas comerciais Escriturais							
2ª emissão (ii)							
	15,46% a.a.	50.000	2025	-	51.159	-	51.159
Notas Comerciais Escriturais							
3ª emissão (iii)							
	CDI + 10,00% a.a.	69.000	2024-2030	39.202	5.983	39.202	5.983
Total				87.397	216.943	110.955	383.161
Circulante							
		-	-	43.508	166.943	67.066	332.495
Não circulante							
		-	-	43.889	50.000	43.889	50.666
Total		-	-	87.397	216.943	110.955	383.161

(i) Em 16 de julho de 2021, captação de empréstimo nacional com garantia, remunerado através de uma taxa pré-fixada de 2,92% a.a., para reforço de caixa da subsidiária Tatix Comércio e Participações Ltda., com prazo de vencimento em 2024 e 2025.

Em 15 de março de 2023, a Companhia firmou um novo contrato de empréstimo no valor de R\$ 90.000 através de um CCB (Cédula de Crédito Bancário), remunerada a CDI + taxa de 2,58% a.a. com pagamento de juros mensais e principal em 24 parcelas, iniciadas em abril de 2024. Em 13 de abril de 2025, foi concluído o acordo e a dívida convertido em debêntures conversíveis.

Em 07 de julho de 2023, a Companhia assinou um novo contrato de empréstimo no valor de R\$ 84.682 (recebimento da primeira parcela de R\$ 28.251 em 03 de agosto de 2023) junto ao Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, remunerada a TR + taxa de 3,30% a.a. com pagamento de juros mensais e principal em 90 parcelas, a serem iniciadas em fevereiro de 2026. Em 10 de junho de 2024, a Companhia recebeu a segunda parcela no valor de R\$ 21.428, remunerada a TR + taxa de 3,30% a.a. com pagamento de juros mensais e principal em 90 parcelas, a serem iniciadas também em fevereiro de 2026.

Em 06 de fevereiro de 2024, a Companhia firmou um novo contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. no valor de R\$ 100.000, com objetivo de reforçar o caixa visando melhorar o perfil do endividamento. Remunerada a CDI, acrescida do spread de 2,70% a.a. com pagamentos de juros trimestrais e período de carência de 12 meses para o principal. Após a carência, o principal será pago trimestralmente em 16 parcelas, compreendendo ao todo 60 meses. Em 13 de abril de 2025, foi concluído o acordo e a dívida convertida em debêntures conversíveis.

Em 07 de junho de 2024, a Companhia firmou um novo contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. no valor de R\$ 15.000, com objetivo de reforçar o caixa visando melhorar o perfil do endividamento. Remunerada a CDI, acrescida do spread de 2,70% a.a. com pagamentos de juros mensais e o principal será pago em setembro de 2024. O valor foi renegociado conforme aditivo firmado entre as partes, passando o vencimento para 21 de fevereiro de 2025. O valor foi novamente renegociado com seu novo vencimento para 31 de março de 2025, com prorrogação até a conclusão do acordo de reestruturação. Em 13 de abril de 2025, foi concluído o acordo e a dívida convertida em debêntures conversíveis.

Em 11 de julho de 2024, a Companhia firmou um novo contrato de empréstimo com o Banco Santander S.A. no total de R\$ 21.731, com objetivo de reforçar o caixa visando melhorar o perfil do endividamento. O valor foi totalmente creditado na conta e, sobre o principal da dívida incidirá CDI, acrescida do spread de 0,30% ao mês, com pagamentos de juros e o principal inicialmente em 05 de agosto de 2024, porém, foi renegociado conforme aditivo firmado entre as partes, passando o vencimento para 05 de novembro de 2024. Durante o período de outubro a dezembro de 2024 as partes assinaram novos aditivos aumentando o valor contratado total para R\$ 41.750, concomitantemente, o valor novamente foi renegociado conforme novo aditivo firmado entre as partes, passando o vencimento para 25 de fevereiro de 2025. O valor foi novamente renegociado com seu novo vencimento para 31 de março de 2025. Durante o período de janeiro a março de 2025 as partes assinaram novos aditivos aumentando o valor contratado total para R\$ 51.750, prorrogáveis por 03 meses até a conclusão do acordo de reestruturação. Em 13 de abril de 2025, foi concluído o acordo e a dívida convertida em debêntures conversíveis.

Em 13 de agosto de 2024, a Companhia firmou um novo contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. no valor de R\$ 15.000, com objetivo de reforçar o caixa visando melhorar o perfil do endividamento. Remunerada a CDI, acrescida do spread de 2,70% a.a. o principal e juros serão quitados integralmente em 25 de outubro de 2024. O valor foi renegociado conforme aditivo firmado entre as partes, passando o vencimento para 21 de fevereiro de 2025, com prorrogação até a conclusão do acordo de reestruturação. Em 13 de abril de 2025, foi concluído o acordo e a dívida convertida em debêntures conversíveis.

Em 23 de setembro de 2024, a Companhia firmou um novo contrato de empréstimo com o Banco Daycoval S.A. no valor de R\$ 3.699, com objetivo de reforçar o caixa visando melhorar o perfil do endividamento. Remunerada pelo spread de 1,48% a.m. com pagamentos de juros e do principal de forma mensal a partir de outubro de 2024 em 12 parcelas.

Durante o período de julho a setembro de 2024, a Companhia firmou novos contratos de empréstimos com o Banco Itaú Unibanco S.A. no valor total de R\$ 14.436, com objetivo de reforçar o caixa visando melhorar o perfil do endividamento, remunerados pelo spread de 1,21% a.m., com vencimento para 90 dias, prorrogáveis até a conclusão do acordo de reestruturação. Em 13 de abril de 2025, foi concluído o acordo e a dívida convertida em debêntures conversíveis.

Em outubro de 2024, a Companhia firmou novos contratos de empréstimo com o Banco Itaú Unibanco S.A. no valor de R\$ 18.853, com objetivo de reforçar o caixa visando melhorar o perfil do endividamento, remunerados pelo spread de 1,21% a.m., com vencimento para 90 dias, prorrogáveis até a conclusão do acordo de reestruturação. Em 13 de abril de 2025, foi concluído o acordo e a dívida convertida em debêntures conversíveis.

(ii) Em 27 de junho de 2024, a Companhia realizou a 2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única. Foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) notas comerciais escriturais no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com remuneração de 15,46% a.a., com amortização mensal a proporção de 12,50% do montante captado, iniciados em agosto de 2024 até março de 2025 e juros pagos mensalmente, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução CVM no 476/2009. Na mesma data, também foi contratado um derivativo de SWAP para proteção da remuneração pré-fixada. Com isso, a remuneração equivale a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDIs, acrescida de uma sobretaxa de 4,88% a.a., com prazo de pagamento em março de 2025. A avaliação dos covenants é realizada anualmente, e os índices de desempenho são os mesmos relacionados às debêntures, vide Nota Explicativa nº 19. Em agosto de 2024, a Companhia firmou o primeiro e segundo aditamento junto ao Banco ABC Brasil S.A, postergando a primeira parcela para 05 de março de 2025 e excluindo o derivativo de SWAP na operação, houve uma postergação do prazo até 29 de maio de 2025. Em 13 de abril de 2025, foi concluído o acordo do plano de reestruturação e a dívida foi convertida em debêntures conversíveis.

(iii) Conforme previsto no acordo de reestruturação, a Companhia realizou a 3ª emissão de Notas Comerciais, em 4 séries, com objetivo de financiar a implementação da reestruturação operacional.

O valor total da Emissão é de até R\$95.000 na data de emissão, sendo: **(i)** R\$22.500 no âmbito da Primeira Série; **(ii)** R\$32.500 no âmbito da Segunda Série; **(iii)** R\$26.000 no âmbito da Terceira Série, observada a possibilidade de diminuição Quantidade Terceira Série; e **(iv)** R\$14.000 no âmbito da Quarta Série.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a aplicação do deságio, o valor total desembolsado será um montante total de até R\$70.000 na Data de Emissão, sendo: **(i)** R\$15.000 no âmbito da Primeira Série; **(ii)** R\$25.000 no âmbito da Segunda Série; **(iii)** até R\$20.000 no âmbito da Terceira Série, observada a possibilidade de Diminuição Quantidade Terceira Série; **(iv)** R\$10.000 no âmbito da Quarta Série.

A data de emissão das Notas Comerciais da Primeira Série, da Segunda Série e da Terceira Série ocorreu no dia 21 de outubro de 2024, enquanto a data de emissão das Notas Comerciais da Quarta Série ocorreu em 23 de janeiro de 2025.

A Primeira Série, a Quarta Série e a Segunda Série foram integralizadas respectivamente em 30 de outubro de 2024, 28 de janeiro de 2025 e 22 de abril de 2025.

As Notas Comerciais integralizadas foram objeto de resgates antecipados ao longo do exercício de 2025, tendo seus saldos parcialmente capitalizados (vide Nota Explicativa nº 19). O saldo em aberto das Notas Comerciais em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 39.202 (R\$ 5.983 em 2024).

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	216.943	383.161
Captação	52.396	125.289
Adição - Custos de emissão	(2.646)	(2.646)
Pagamento principal	(15.000)	(90.999)
Custo de emissão - apropriação ao resultado	1.445	4.579
Juros provisionados	11.201	21.824
Juros capitalizados (ii)	1.942	1.942
Juros pagos	(8.263)	(9.996)
Conversão de dívida em debêntures conversíveis (i)	(171.762)	(321.777)
Conversão de dívida em aumento de capital	(46.707)	(46.707)
Prêmio emissão de dívida	48.093	48.093
Variação cambial líquida	-	(331)
CTA	-	(1.233)
Outros	(245)	(244)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	87.397	110.955

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	269.860	304.001
Captação	174.304	347.117
Adição - Custos de emissão	(220)	(4.561)
Pagamento principal	(219.850)	(254.575)
Custo de emissão - apropriação ao resultado	1.166	2.592
Juros provisionados	24.068	37.809
Juros capitalizados (ii)	1.901	1.901
Juros pagos	(19.286)	(22.644)
Conversão de dívida em aumento de capital	(15.000)	(15.000)
Risco sacado	-	33.952
Pagamento risco sacado	-	(47.431)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	216.943	383.161

(i) Conversão da dívida no âmbito da primeira série das debêntures conversíveis, conforme Nota Explicativa nº 19 (iv).

(ii) Durante o exercício, a Companhia capitalizou encargos financeiros no montante de R\$1.942 (R\$1.901 em 2024), referente ao contrato de financiamento firmado com a FINEP. Esses juros foram transferidos do passivo de empréstimos diretamente para o Ativo Intangível, visto que o financiamento é destinado especificamente ao desenvolvimento de ativos qualificáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações relacionadas à exposição da Companhia a taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez está incluída na Nota Explicativa nº 28.

c) Cláusulas restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui obrigações vinculadas à manutenção de índices financeiros (covenants) decorrentes de notas comerciais. Diferentemente dos exercícios anteriores (2023 e 2024), onde havia a exigência do quociente de Dívida Líquida/EBITDA, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encontra-se livre de tais exigências contratuais.

d) Período de amortização

O cronograma para o pagamento das parcelas de empréstimos e financiamentos é demonstrado a seguir:

Vencimento	31/12/2025		31/12/2025	
	Total	Controladora %	Total	Consolidado %
Em até um ano	43.508	52,4%	67.066	62,1%
Total passivo circulante	43.508	52,4%	67.066	62,1%
Um a dois anos	6.667	7,2%	6.667	5,8%
Dois a três anos	6.667	7,2%	6.667	5,8%
Acima de três anos	30.555	33,2%	30.555	26,4%
Total passivo não circulante	43.889	47,6%	43.889	37,9%
Total	87.397	100,0%	110.955	100,0%

19. Debêntures (controladora e consolidado)**a) Composição do saldo de debêntures por emissão (controladora e consolidado)**

	Remuneração	Emissão	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
IFC 1ª emissão debêntures série única (i)	CDI + 2,55% a.a.	17/11/2021	17/11/2026	-	207.632
IFC 2ª emissão debêntures em duas séries (ii)	CDI + 2,70% a.a.	28/01/2023	28/01/2027	-	178.452
IFC 3ª emissão debêntures duas séries (iv)	CDI + 7% a.a.	12/05/2025	12/05/2030	323.499	-
Total				323.499	386.084
Passivo circulante				-	386.084
Passivo não circulante (iii)				323.499	-
Total				323.499	386.084

(i) Em 17 de novembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única. Foram emitidas 250.000 debêntures no valor unitário de R\$ 1 para 1ª série e 850.000 debêntures no valor unitário de R\$ 1, remuneradas através de CDI + 2,55% a.a., com amortização percentual a partir de novembro de 2023 e juros trimestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A operação tem prazo de vencimento de cinco anos, sendo dois anos de carência.

Em 13 de abril de 2025, a Companhia concluiu o plano de reestruturação, convertendo a dívida em debêntures conversíveis de 3ª série.

(ii) Em 28 de janeiro de 2023, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia. Foram emitidas 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) debêntures em duas séries, sendo 65.000 (sessenta e cinco mil) debêntures na 1ª Série e 100.000 (cem mil) Debêntures na 2ª Série, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante total de R\$ 165, sendo: **(i)** R\$ 65, o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e **(ii)** R\$ 100, o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série, remuneradas através de CDI + 2,70% a.a., com amortização percentual a partir de janeiro de 2025 e juros trimestrais, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022. Com prazo de vencimento de quatro anos, sendo dois anos de carência, contados da data de Emissão, e os recursos captados foram destinados para reforço de caixa (1ª série) e liquidação das operações de empréstimo financeiro direto (4131) com o Banco do Brasil S.A (2ª série). A Companhia recebeu até a data de 31 de março de 2023 um total de R\$ 135, e o montante restante foi recebido na data de 17 de abril de 2023. Em 13 de abril de 2025, a Companhia concluiu o plano de reestruturação, convertendo a dívida em debentures conversíveis de 3ª série.

(iii) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia ultrapassou o limite estabelecido para os indicadores informados acima. Dessa forma, o saldo da dívida foi reclassificado para o curto prazo, no montante de R\$ 176.454 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais). Contudo, essas dívidas fazem parte do plano de reestruturação e do acordo vinculante assinado entre os principais credores da Companhia, que por sua vez, após concretização do plano essas dívidas serão substituídas por debêntures conversíveis, e foram renegociadas com extensão do prazo de pagamento (vide Nota Explicativa nº 3.1).

(iv) Em 13 de abril de 2025, a Companhia firmou o instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples (Escritura de Emissão), mandatoriamente conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada da Companhia. Foram emitidas 845.000.000 (oitocentos e quarenta e cinco milhões) de Debêntures em duas séries, sendo 740.000 (setecentos e quarenta milhões) de Debêntures na 1ª Série e 105.000 (cento e cinco milhões) de Debêntures na 2ª Série. As Debêntures terão o valor nominal unitário de R\$1,00 (um real) (“Valor Nominal Unitário”), sobre o qual incidirão, para ambas as séries, juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescidos exponencialmente de um spread aplicável que varia de 3,00% a 7,00%, conforme o período. O spread aplicável será de 7,00% no primeiro ano, reduzindo gradualmente para 6,00% no segundo ano, 5,00% no terceiro ano, 4,00% no quarto ano e 3,00% até a data de vencimento.

Em 23 de maio de 2025, como marco importante da implementação do plano de reestruturação e turnaround visando a melhoria de sua estrutura de capital e performance operacional (“Plano de Reestruturação” e “Acordo de Reestruturação”, respectivamente) ocorreu a integralização de 732.588.020 debêntures na 1ª Série, mediante a integralização de R\$ 732.425 de saldo do endividamento bancário em Debêntures, e 100.723.098 Debêntures na 2ª Série. As debentures emitidas e não integralizadas foram canceladas, conforme previsto na Escritura de Emissão. As Debêntures integralizadas possuem prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, tendo o vencimento em 12 de maio de 2030, e serão mandatoriamente convertidas em ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia: **(a)** de forma facultativa no período compreendido entre a data limite de Integralização e o 5º (quinto) dia útil anterior à data de vencimento e **(b)** de forma mandatária na data de vencimento das debêntures, observados os procedimentos para exercício da conversão previstos na Escritura de Emissão;

Os detentores das debêntures, de forma facultativa conforme previsão da Escritura de Emissão, procederam com conversões de 539.161.110 debêntures em ações de titularidade da Companhia ao longo do exercício de 2025, restando em aberto o total de 294.150.008 debêntures, com valor unitário atualizado de R\$ 1,13528154, perfazendo o saldo total em aberto de R\$ 333.940.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	386.084
Adição - Custo de emissão	(13.056)
Custos de emissão apropriados	1.766
Juros provisionados	106.634
Conversão das debêntures de 1ª e 2ª Emissão na de 3ª Emissão (i)	(411.583)
Conversão das dívidas em debêntures conversíveis de 3ª Emissão (ii)	833.124
Conversão da debenture de 3ª Série em capital	(580.056)
Outros	586
Saldo em 31 de dezembro de 2025	323.499

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	399.308
Custos de emissão apropriados	1.853
Juros provisionados	49.047
Pagamento do principal	(38.460)
Pagamento de juros	(25.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	386.084

(i) Conversão do saldo final das debêntures de 1ª e 2ª série nas debentures conversíveis de 3ª série conforme item (a).

(ii) Consolidação das dívidas da primeira série, conforme Nota Explicativa nºs 18 e 19 (itens b) adicionadas as de segunda série, com a conversão da *put option*, conforme Nota Explicativa nº 28.

c) Movimentação da conversão das dívidas nas debêntures conversíveis de 3ª Emissão

	Notas	Controladora/ Consolidado
(-) Conversão das dívidas de empréstimos e financiamento	18	(321.005)
(-) Conversão das dívidas de debêntures de 1ª e 2ª emissão	19	(411.583)
(-) Conversão das dívidas de instrumento financeiro - <i>Put option</i>	28	(100.698)
(+) Direito de preferência	-	162
Conversão das dívidas em debêntures conversíveis de 3ª Emissão		833.124

d) Cláusulas restritivas (covenants)

As debêntures emitidas possuem apenas *covenants* não financeiros que devem ser observados pela Companhia para não ocasionar vencimento antecipado do montante.

O cronograma de amortização está divulgado na Nota Explicativa nº 28 de instrumentos financeiros, item risco de liquidez.

e) Cronograma de amortização

	Vencimento	31/12/2025	
		Controladora/ Total	Consolidado %
Passivo não circulante		-	-
	Um a dois anos	-	-
	Dois a três anos	-	-
	acima de três anos	323.499	100,0
Total passivo não circulante		323.499	100,0

20. Provisões para contingências

O Grupo realiza uma avaliação recorrente dos riscos envolvidos em processos trabalhistas, tributários e cíveis que se realizam no curso de suas atividades. Esta avaliação é realizada com base nas informações disponíveis e nos fatores de risco presentes em cada processo, amparado pelo parecer da assessoria jurídica do Grupo.

Controladora

	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	54.111	14.391	68.502
Adições	-	-	-
Baixas	(6.354)	(1.690)	(8.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2025 (i)	47.757	12.701	60.458

(i) Trata-se de contingência contratual na aquisição da Infracommerce Synapcom Comércio Eletrônico S.A. O mesmo valor está registrado na rubrica de outras contas a receber, como ativo indenizatório, a receber dos antigos acionistas. Vide Nota Explicativa nº 10.

Consolidado

	Civil	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.904	100.932	18.876	121.713
Adições	3.183	29.290	21.516	53.989
Baixas	(2.493)	(7.448)	(26.168)	(36.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.594	122.774	14.224	139.592

O Grupo possui, de forma consolidada, ações tributárias, cíveis e trabalhistas, com risco de perda classificado pela Administração como possível com base na avaliação de seus advogados, nos valores de R\$ 71.768 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 36.362 em 31 de dezembro de 2024). As contingências tributárias em sua maioria são decorrentes de processos de ICMS/DIFAL, os quais o Grupo vem discutindo judicialmente, contudo apura os valores devidos e recolhe via depósito judicial, conforme Nota Explicativa nº 20.1.

20.1. Depósitos judiciais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Recolhimento judicial de ICMS DIFAL (i)	107.071	132.513
Demais depósitos	1.058	4.746
Total	108.129	137.259

(i) A Companhia recolhe o ICMS DIFAL via depósito judicial, devido aos processos fiscais que possui junto aos governos estaduais para definir a exigibilidade do imposto. Este saldo tem sua contrapartida na rubrica impostos a pagar Nota Explicativa nº 17.

a) Movimentação

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	132.513
Atualização monetária ativa (i)	5.302
Perda dos processos perante o Estado	(30.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	107.071

Do valor total da variação de depósitos judiciais foram reconhecidos no resultado do exercício findo em de 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$ 5.302 (R\$ 9.270 em 31 de dezembro de 2024) a título de atualização monetária.

21. Contas a pagar de combinação de negócios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Pier 8	-	-	-	2.635
New retail	649	730	-	-
Tatix	-	-	-	2.637
Synapcom	494	740	494	740
Ecomsur	-	9.414	-	9.414
Brandlive Colômbia	-	-	-	10.929
Total	1.143	10.884	494	26.355
Circulante	247	10.392	247	20.883
Não circulante	896	492	247	5.472
Total	1.143	10.884	494	26.355

a) Movimento do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.884	26.355
Atualização monetária	-	1.185
Variação cambial	(770)	(1.522)
Pagamentos	(247)	(473)
Conversão em aumento de capital (i)	(8.724)	(25.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.143	494

(i) Montante convertido em aumento de capital, conforme Nota Explicativa nº 23.

Cronograma de amortização

Vencimento	31/12/2025		31/12/2025	
	Controladora		Consolidado	
	Total	%	Total	%
Em até um ano	247	21,6	247	50,0
Total passivo circulante	247	21,6	247	50,0
Um a três anos	896	78,4	247	50,0
Total passivo não circulante	896	78,4	247	50,0
Total	1.143	100,0	494	100,0

O cronograma de amortização está divulgado na Nota Explicativa nº 28 de instrumentos financeiros nº item - risco de liquidez.

22. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
ICMS reembolsável ao fornecedor (Nota Explicativa nº 9)	-	-	859	7.849
Adiantamentos	-	84	622	84
Aluguéis	-	-	11.375	7.434
Outras contas a pagar	4.762	-	6.283	1.304
Total	4.762	84	19.139	16.671
Circulante	4.762	84	16.111	8.970
Não circulante	-	-	3.028	7.701
Total	4.762	84	19.139	16.671

23. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a composição acionária da Companhia está assim apresentada conforme o quadro a seguir:

Acionista	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	(%)
Vermelha do Norte Participações S.A.	96.587.390	79,7	-	-
Grupo Igneous	4.794.871	4,0	46.961.532	5,9
GB Securitizadora S.A.	5.419.662	4,5	147.025.477	18,4
Innovarq S.A.	3.544.218	2,9	-	-
Transcosmos Inc.	-	-	27.951.478	3,5
Flybridge Capital Partners III L P	-	-	27.630.536	3,5
New Ecommerce Investments LLC	-	-	14.826.691	1,9
Engadin Investments	-	-	13.102.949	1,6
Acionistas pessoas físicas (*)	10.296.779	8,5	480.286.111	60,2
Outros	616.045	0,4	40.152.428	5,0
Total	121.258.965	100,00	797.937.202	100,00

(*) Em 31 de dezembro de 2025, representa o total de 1 acionista pessoa física que individualmente possui mais de 1% de participação no capital social total da Companhia.

Movimentação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi aprovado os seguintes aumentos no capital social da Companhia:

- Em 15 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado conforme previsto no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia (“Aumento de Capital”), de R\$ 5.390 mediante a emissão de 1.796.519 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O Aumento de Capital, aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de outubro de 2025 e rratificados em 30 de outubro de 2025, tem por finalidade a capitalização de créditos detidos pela GB Securitizadora S.A. (“GB”), a saber: (i) crédito atualmente detido pela GB, no valor de R\$ 2.342, oriundo de serviços prestados à Companhia por determinado prestador de serviços (“Prestador de Serviços”) no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 25 de junho de 2024, cujo crédito foi cedido à GB em 26 de fevereiro de 2025 (“Crédito Prestador de Serviços”) e (ii) crédito detido pela GB no valor de R\$3.048, originalmente detido por *New Retail Limited* (“*New Retail*”) no contexto da aquisição da *Brandlive Colombia S.A.S.*, conforme refletido no *Credit Acknowledgement Agreement and Other Covenants* celebrado entre a *New Retail* e a Companhia em 13 de fevereiro de 2025 e cedido por meio do *Private Instrument of Assignment of Credits and Other Agreements* pela *New Retail* à GB em 21 de março de 2025.
- Em 15 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou em reunião a ratificação e a homologação do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado conforme previsto no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia (“Aumento de Capital”), de R\$ 3.264 mediante a emissão de 1.648.466 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O Aumento de Capital decorre das Notificações de Conversão recebidas e compiladas pela Companhia até a Data de Corte referente ao mês de novembro de 2025, conforme definido nas Cláusulas 7.9.3 e 7.9.3.1 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da *Infracommerce Cxaas S.A.*, celebrado em 13 de abril de 2025 e aditado em 03 de junho de 2025 (“Escritura de Emissão”).

Adicionalmente, no ano de 2025, foram aprovados os seguintes atos:

- Em 05 de maio de 2025, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 2 de maio de 2025, aprovou a homologação do aumento do capital social da Companhia, para subscrição privada, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, no valor de R\$ 47.773, mediante a subscrição privada de 682.471.085 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, para fins de capitalização de créditos decorrentes **(i)** de incentivos remuneratórios líquidos devidos a administrador da Companhia no montante de R\$ 620; **(ii)** de antigas transações de fusões e aquisições (M&A) realizadas pela Companhia e suas subsidiárias no montante de R\$ 25.051; **(iii)** do resgate antecipado obrigatório ordinário de 13.860 notas comerciais, conforme direito previsto nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais, em três séries, para colocação privada, da 3ª emissão da Companhia, celebrado em 21 de outubro de 2024 no montante de R\$ 14.304; e **(iv)** da prestação de determinados serviços à Companhia no montante de R\$ 7.798, passando o capital social da Companhia de R\$ 2.080.220., dividido em 797.937.202. ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 2.127.993, dividido em 1.480.408.287 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal;
- Em 21 de maio de 2025, o Conselho de Administração em reunião realizada, aprovou a absorção de prejuízos no valor R\$ 150.000 à conta de reservas de capital e a redução do capital social da Companhia para absorção de prejuízos no montante de R\$ 1.856.078. Passando o capital social da Companhia de R\$ 2.127.993, dividido em 1.480.408.287 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 271.915, dividido em 1.480.408.287 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, os custos com transação incorridos em períodos anteriores na captação de recursos próprios deduzidos os eventuais efeitos fiscais totalizaram R\$ 74.142, resultando em um capital social de R\$ 197.773 em 30 de junho de 2025;
- Em 10 de julho de 2025, o Conselho de Administração aprovou em reunião a homologação do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado conforme previsto no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia (“Aumento de Capital”), de R\$ 16.087 mediante a emissão de 321.748.485 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O Aumento de Capital decorre das Notificações de Conversão recebidas e compiladas pela Companhia até a Data de Corte referente ao mês de junho de 2025, conforme definido nas Cláusulas 7.9.3 e 7.9.3.1 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Infracommerce Cxaas S.A., celebrado em 13 de abril de 2025 e aditado em 03 de junho de 2025 (“Escritura de Emissão”);
- Em 13 de agosto de 2025, o Conselho de Administração aprovou em reunião a homologação do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado conforme previsto no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia (“Aumento de Capital”), de R\$ 523 mediante a emissão de 670.512 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O Aumento de Capital decorre das Notificações de Conversão recebidas e compiladas pela Companhia até a Data de Corte referente ao mês de julho de 2025, conforme definido nas Cláusulas 7.9.3 e 7.9.3.1 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Infracommerce Cxaas S.A., celebrado em 13 de abril de 2025 e aditado em 03 de junho de 2025 (“Escritura de Emissão”);
- Em 14 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou em reunião a rerratificação e o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, de R\$ 44.615 mediante a emissão de 117.408.502 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, após transcorrido o período de direito de preferência. O Aumento de Capital tem por finalidade a capitalização de créditos decorrentes de resgate antecipado obrigatório **(i)** ordinário, de 32.175 Notas Comerciais da 2ª (segunda) série, conforme direito previsto na Cláusula 6.4.1 do Termo de Emissão, cujo montante total equivale ao valor nominal unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas acrescido de remuneração incidente sobre as Notas Comerciais a serem resgatadas, incluindo eventuais encargos moratórios, calculado desde 30 de outubro de 2024 até 05 de setembro de 2025, incidente sobre o valor nominal unitário, totalizando, portanto, R\$ 34.526, e **(ii)** extraordinário, de 25 Notas Comerciais da

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1ª (primeira) série, conforme direito previsto na Cláusula 6.4.4 do Termo de Emissão, cujo montante total equivale ao valor nominal unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas acrescido de remuneração incidente sobre as Notas Comerciais a serem resgatadas, incluindo eventuais encargos moratórios, calculado desde 30 de outubro de 2024 até a data do efetivo resgate, i.e. 27 de agosto de 2025, incidente sobre o valor nominal unitário, acrescido ainda do Prêmio, o qual corresponde à diferença entre o Valor Nominal e o Valor de Venda, conforme termos definidos no Termo de Emissão, totalizando, portanto, R\$ 10.089;

- Em 14 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou em reunião a rerratificação e a homologação do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado conforme previsto no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia (“Aumento de Capital”), de R\$ 5.312 mediante a emissão de 13.978.476 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O Aumento de Capital decorre das Notificações de Conversão recebidas e compiladas pela Companhia até a Data de Corte referente ao mês de agosto de 2025, conforme definido nas Cláusulas 7.9.3 e 7.9.3.1 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Infracommerce Cxaas S.A., celebrado em 13 de abril de 2025 e aditado em 03 de junho de 2025 (“Escritura de Emissão”);
- Em 30 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou em reunião a homologação do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado conforme previsto no caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia (“Aumento de Capital”), de R\$ 554.870 mediante a emissão de 2.134.114.284 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. O Aumento de Capital decorre das Notificações de Conversão recebidas e compiladas pela Companhia até a Data de Corte referente ao mês de setembro de 2025, conforme definido nas Cláusulas 7.9.3 e 7.9.3.1 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Infracommerce Cxaas S.A., celebrado em 13 de abril de 2025 e aditado em 03 de junho de 2025 (“Escritura de Emissão”);

24. Receita operacional líquida (consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Serviços prestados - Brasil	348.781	535.590
Serviços prestados - América latina	533.052	720.139
Total (i) e (ii)	881.833	1.255.729
Impostos - Brasil	(83.391)	(109.098)
Impostos - América latina	(88.487)	(119.543)
Total de impostos	(171.878)	(228.641)
Total de receita líquida - receita de contrato com clientes	709.955	1.027.088
Desagregação da receita		
<i>(em um determinado momento - At a point in time)</i>		
Receita de serviços relacionadas a venda dos produtos dos clientes	708.576	1.023.979
Receita com outros serviços (ao longo do tempo - Overtime)	1.379	3.109
Total	709.955	1.027.088

O Grupo possui dois principais formatos de prestação de serviço, sendo: **(i)** relacionado a clientes que possuem filial dentro dos nossos centros de distribuições e, portanto, não há compra e venda de mercadoria por parte do Grupo, e **(ii)** onde o Grupo atua como agente da operação, tendo assim movimentação de compras e vendas no CNPJ das empresas do Grupo. Com isso, a variação do mix dos formatos de prestação de serviço acarreta uma variação nos percentuais de impostos incidentes sobre a venda, onde no segundo formato há mais impacto de impostos. Em ambos os formatos, o percentual determinado para prestação do serviço pelo Grupo leva em consideração a carga tributária aplicável a cada modalidade, sendo os impostos repassados aos clientes.

25. Custos, despesas e outras despesas e receitas por natureza (i)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Custo dos serviços prestados	-	-	(543.971)	(723.752)
Despesas comerciais	(100)	(161)	(19.534)	(72.192)
Despesas administrativas	(21.697)	(52.943)	(182.314)	(422.889)
Impairment de ativos intangíveis (i)	-	(1.048.225)	(71.477)	(1.376.421)
Outras despesas operacionais	(140)	(1)	(41.195)	(25.477)
Outras receitas operacionais	3.933	100	37.381	8.528
Total	(18.004)	(1.101.230)	(821.110)	(2.612.203)

(i) A redução dos custos e despesas deve-se a implementação das ações da reestruturação já implementadas, onde redimensionamos a estrutura organizacional, logística, otimizamos sistemas e processos (vide Nota Explicativa nº 3.1).

(ii) A Companhia optou pela aplicação das isenções previstas no CPC 06 (R2), não reconhecendo ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para contratos de curto prazo (vencimento inferior a 12 meses) e/ou ativos de baixo valor. Os pagamentos referentes a esses aluguéis são reconhecidos diretamente como despesa no resultado, conforme incorridos.

Abertura por natureza e função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Salários e encargos	(6.860)	(9.602)	(298.211)	(344.707)
Fretes	-	-	(100.513)	(127.083)
Serviço de suporte a plataforma	-	-	(55.237)	(82.647)
Serviço de informática	(811)	(606)	(86.205)	(102.628)
Depreciação, amortização e amortização da mais valia	(11.316)	(28.190)	(59.190)	(102.227)
Depreciação de direitos de uso	-	-	(16.306)	(27.266)
Remuneração aquisições de controladas	(292)	(877)	(294)	(877)
Programa de opção de ações	-	-	917	4.490
Aluguéis e condomínios (ii)	-	(7)	(8.768)	(26.513)
Despesas de contingências	-	(306)	15.826	(43.474)
Embalagens	-	-	(5.864)	(10.241)
Serviços de terceiros	(2.517)	(13.586)	(140.490)	(336.160)
Provisão esperado para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(4.078)	(20.379)
Reversão esperado para crédito de liquidação duvidosa	-	-	4.700	10.504
Impairment de ativos intangíveis	-	(1.048.225)	(71.477)	(1.376.421)
Cessão de crédito Brandlive	-	-	(7.066)	-
Outras despesas	(140)	70	(27.302)	(33.476)
Outras receitas	3.932	99	38.448	6.902
Total	(18.004)	(1.101.230)	(821.110)	(2.612.203)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Despesas financeiras				
Juros arrendamentos (Nota Explicativa nº 14)	-	-	(5.840)	(8.733)
Juros empréstimos/financiamentos (Nota nº 18)	(11.201)	(24.068)	(21.824)	(37.809)
Juros sobre debêntures (Nota Explicativa nº 19)	(106.634)	(49.047)	(106.634)	(49.047)
Multas	(4)	(75)	(7.082)	(8.140)
IOF	(529)	(637)	(557)	(980)
Despesas bancárias	(2.737)	(5.203)	(5.709)	(6.809)
Descontos concedidos	-	-	(14)	(9)
Juros e taxa de antecipação de recebíveis	-	-	(9.231)	(54.396)
Atualização monetária	-	(854)	(10.950)	(24.306)
AVJ Fornecedores (Nota Explicativa nº 16)	-	-	(4.450)	-
AVJ – Trava Synapcom	-	(2.144)	-	(2.144)
AVJ – Remensuração <i>earn-out</i>	-	(4.664)	-	(4.664)
AVJ - Trava Executivos	(11.269)	(6.436)	(11.269)	(6.436)
Custo de transação (Nota Explicativa nº 18 e nº 19)	(946)	(3.000)	(6.345)	(4.426)
Despesa de variação cambial	(199)	(2.415)	(199)	(10.802)
Prêmio sobre captação de recursos (Nota Explicativa nº 18)	(52.855)	(7.379)	(52.855)	(7.379)
Outras despesas financeiras	(68)	(573)	(10.292)	(6.938)
Perda com ajuste de inflação (Nota Explicativa nº 26)	-	-	(7.420)	-
Total	(186.442)	(106.495)	(260.671)	(233.018)
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	4	-	1.530	3.505
Receita com aplicações financeiras	612	3.008	7.974	8.673
AVJ - Bônus de subscrição (Nota Explicativa nº 23)	-	23.194	-	23.194
AVJ - Remensuração <i>earn-out</i>	-	-	-	811
AVJ – Fornecedores	-	-	-	24.784
Baixa do <i>earn out</i> - contas a pagar plataformas	-	-	-	5.263
Receita de variação cambial	970	354	18.767	1.286
Atualização monetária	-	-	8.817	3.847
Outras receitas financeiras	299	586	1.493	6.643
Total	1.885	27.142	38.581	78.006
Resultado financeiro líquido	(184.557)	(79.353)	(222.090)	(155.012)

27. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social são apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Prejuízo antes de imposto e contribuição social	(342.781)	(1.751.902)	(333.245)	(1.740.127)
Imposto de renda e contribuição social a taxa de 25% e 9%, respectivamente	116.546	595.646	113.303	591.643
Efeito do imposto em				
Despesas não dedutíveis e permanentes	-	(356.396)	(641)	(480.395)
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(67.982)	(42.369)	(95.232)	(119.704)
Resultado de equivalência patrimonial	(47.675)	(195.992)	-	-
Receitas não dedutíveis e diferenças permanentes	-	-	267	165
FIDC - Isenção fiscal (i)	-	-	-	244
Efeitos de alíquotas fiscais de controladas no exterior (ii)	-	-	(3.099)	(1.517)
Outras adições e exclusões	-	-	(23.245)	(1.322)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	889	889	(8.647)	(10.886)
Corrente	-	-	(9.536)	(11.775)
Diferido	889	889	889	889
Total	889	889	(8.647)	10.886
Alíquota efetiva	0%	0%	3%	1%

(i) Os FIDCs são isentos dos pagamentos dos tributos de IRPJ/CSLL.

(ii) Alíquotas fiscais vigentes nos fiscos locais de 30%.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

	Controladora		
	31/12/2024	Ativos fiscais diferidos não reconhecidos no resultado	31/12/2025
Prejuízo fiscal acumulado	175.968	67.982	243.950
Diferenças temporárias acumuladas	1.465	-	1.465
(-) Parcela não reconhecida	(177.433)	(67.982)	(245.415)
Ativo fiscal diferido	-	-	-
	Consolidado		
	31/12/2024	Ativos fiscais diferidos não reconhecidos no resultado	31/12/2025
Prejuízo fiscal acumulado	307.654	99.571	407.225
Diferenças temporárias acumuladas	45.539	(4.282)	41.257
(-) Parcela não reconhecida	(353.193)	(95.289)	(448.482)
Ativo fiscal diferido	-	-	-

A Companhia tem privilegiado a criação de bases que entende serem necessárias para a obtenção de resultados positivos e realização de lucros tributáveis no futuro. Entretanto, mesmo neste cenário, a Companhia entende que ainda não atendeu a todos os critérios exigidos pelas normas contábeis (CPC 32 – Tributos sobre o Lucro), para o registro dos impostos diferidos sobre tais os prejuízos fiscais acumulados.

28. Instrumentos financeiros

Remensuração subsequente da put option - New Retail - Controladora e Consolidado

	Impacto no passivo	Impacto no patrimônio líquido
Saldo 31 de dezembro de 2023	49.837	16.394
Remensuração da put option	(1.394)	(1.394)
Reclassificação da contraprestação contingente do exercício da 1ª tranche (i)	10.161	-
Reclassificação da contraprestação contingente	5.333	
Remensuração da put option (Nota Explicativa nº 19)	36.761	36.761
Conversão da dívida em debêntures conversíveis (Nota Explicativa nº 19.c)	(100.698)	
Saldo 31 de dezembro de 2025	-	51.761

(i) Reclassificação de remuneração pós combinação para put option, referente aos pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do exercício da 1ª tranche e aquisição de participação acionária adicional da New Retail.

1) Instrumento financeiro - “trava de ações” com antigos e atuais executivos

Em 21 de outubro de 2024, a Companhia firmou um termo com alguns antigos executivos da Companhia e com GB Securitizadora S.A, que está relacionado ao valor que foi aportado para o aumento de capital (vide Nota Explicativa nº 23), no total de R\$ 24.059, referente a 160.394.980 ações. No termo, tais ex-executivos podem efetuar a venda das ações subscritas, sendo que a Companhia se obriga a pagar a diferença entre o valor líquido da venda da totalidade das Novas Ações emitidas no contexto do aumento de capital e o valor líquido das Ações vendidas no Mercado de Capitais, em um período entre (do que ocorrer primeiro): o fim dos 252 dias de negociação que sucederem a data da subscrição das Novas Ações ou a data em que concluir a venda da totalidade das Novas Ações.

A Companhia efetuou o cálculo para mensurar o valor justo do passivo de instrumento financeiro utilizando a metodologia de Monte Carlo, chegando no valor de R\$ 6.436, o qual foi registrado contra despesa financeira no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2024.

No período findo de 31 de março de 2025, os antigos e atuais acionistas efetuaram a venda da totalidade das ações, resultando em um montante a pagar pela Companhia de R\$ 10.164, acrescendo o efeito na linha de “Ajuste a Valor Justo” na despesa financeira do período no valor de R\$ 3.727 referente ao ajuste de valor justo do período findo em 31 de março de 2025. Com isso, a Companhia baixou o montante de instrumentos financeiros e registrou em “Outros Contas a Pagar” (veja Nota Explicativa nº 22), uma vez que deixa de ser um instrumento financeiro e passa a ser uma obrigação da Companhia junto aos antigos e atuais acionistas.

Em 22 de abril de 2025, a Companhia recebeu o valor remanescente da segunda tranche da GB Securitizadora S.A., no valor de R\$ 24.999, nesse contexto, a mesma podem efetua a venda das ações subscritas, sendo que a Companhia se obriga a pagar a diferença entre o valor líquido da venda da totalidade das Novas Ações emitidas no contexto do aumento de capital e o valor líquido das Ações vendidas no Mercado de Capitais, em um período entre (do que ocorrer primeiro): o fim dos 252 dias de negociação que sucederem a data da subscrição das Novas Ações ou a data em que concluir a venda da totalidade das Novas Ações.

A Companhia efetuou o cálculo para mensurar o valor justo do passivo de instrumento financeiro utilizando a metodologia de Monte Carlo, chegando no valor de R\$ 7.542, o qual foi registrado contra despesa financeira no período findo de 30 de junho de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de riscos

A Companhia possui posição em instrumentos financeiros. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não realiza investimentos especulativos em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão consistentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, sobre cada um dos riscos acima e sobre os processos de medição e gerenciamento de riscos.

Categorias de instrumentos financeiros		Consolidado		Consolidado	
		31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	77.595	77.595	91.511	91.511
Aplicações financeiras	VJR	45.073	45.073	36.913	36.913
Contas a receber	Custo amortizado	239.595	239.595	336.207	336.207
Contas a receber - Operadoras	VJR	88.945	88.945	115.487	115.487
Adiantamentos de fornecedores	Custo amortizado	61.478	61.478	69.556	69.556
Outras contas a receber	Custo amortizado	87.643	87.643	73.343	73.343
Total		600.329	600.329	723.017	723.017

Categorias de instrumentos financeiros		Consolidado		Consolidado	
		31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	110.995	110.995	383.161	383.161
Debêntures	Outros passivos financeiros	323.499	323.499	386.084	386.084
Fornecedores	Outros passivos financeiros	269.100	269.100	412.681	412.681
Adiantamentos de clientes	Outros passivos financeiros	33	33	-	-
Arrendamentos	Outros passivos financeiros	23.684	23.684	37.434	37.434
Instrumentos financeiros	VJR	-	-	6.436	6.436
Passivo para a participação de não controladores	VJR	-	-	58.604	58.604
Contas a pagar pela combinação de negócios, exceto contraprestação contingente	Outros passivos financeiros	-	-	15.095	15.095
Contas a pagar pela combinação de negócios - contraprestação contingente	VJR	494	494	11.260	11.260
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	28.942	28.942	21.716	21.716
Total		756.707	756.707	1.332.471	1.332.471

Cálculo do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é medido ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir com base nas informações de menor nível que são significativas para a medição do valor justo como um todo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) nos mercados para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** – Dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços); e;
- **Nível 3** – Dados para os ativos ou passivos que não se baseiam em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A composição dos ativos e passivos da Companhia classificados a valor justo é demonstrada a seguir:

Categorias de instrumentos financeiros	Classificação	31/12/2025	Consolidado	
			31/12/2024 (Reapresentado)	Nível hierárquico
Contas a pagar pela combinação de negócios - Contraprestação contingente (i)	VJR	494	11.260	3
Contas a receber - Operadoras de cartão	VJR	88.945	115.487	2
Instrumentos financeiros - Trava de ações antigos e atuais executivos (iv)	VJR	-	6.436	3
Passivo participação de não controladores (ii)	VJR	-	58.604	3
Aplicações financeiras	VJR	45.073	36.914	2
Total		134.512	228.701	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo	Técnica de avaliação	Entradas não observáveis significativas	Correlação entre dados não observáveis significativos e mensuração do valor justo
Contraprestação contingente (i)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco	- Fluxo de caixa esperado: R\$ 3.500 (Tevec) - R\$ 4.675 (Brandlive Colômbia) - Taxa de desconto ajustada ao risco: 11,52%	O valor justo estimado aumentaria (diminuiria) se: - os fluxos de caixa esperados fossem superiores (inferiores); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco foi inferior (superior).
Put Option (ii)	Fluxos de caixa descontados/preços futuros: (i) O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco; (ii) o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e curvas baseadas em cálculos de valor presente nas respectivas moedas; (iii) descontos e multas conforme contrato	- Receita esperada: R\$ 411.862 - R\$ 723.877 - Descontos e multas - 20% - 0% e 15% - 0%	O valor justo estimado aumentaria (diminuiria) se: - a receita esperada fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco foi menor (maior).
Bônus de subscrição (iii)	Aplicação do modelo de Monte Carlo para a flutuação da ação da IFCM3 na B3, durante o período que será aberto pelo Conselho da Companhia.	ROL das ações - 10% - 20%	O valor justo estimado do instrumento aumentaria (diminuiria) se: - A variação da ação for positiva ou negativa
Trava de ações antigos e atuais executivos (iv)	Aplicação do modelo de Monte Carlo para a flutuação da ação da IFCM3 na B3, durante o período entre (do que ocorrer primeiro): o fim dos 252 dias de negociação que sucederem a data da subscrição das Novas Ações ou a data em que concluir a venda da totalidade das Novas Ações	ROL das ações - 10% - 20%	O valor justo estimado do instrumento aumentaria (diminuiria) se: - a diferença entre o valor líquido da venda da totalidade das Novas Ações emitidas no contexto do aumento de capital e o valor líquido das Ações vendidas no Mercado de Capitais,

Análise de sensibilidade – Valor justo – Nível 3

Para os valores justos da contraprestação contingente e da opção de venda, alterações razoavelmente possíveis na data do balanço em um dos dados não observáveis significativos, mantendo outros dados constantes, teria os seguintes efeitos.

Contraprestação contingente	Lucro ou (prejuízo)	
	Aumento	Redução
Fluxos de caixa esperados (movimento de 10%)	368	(75)
Taxa de desconto ajustada ao risco (movimento de 1%)	459	(45)

Put option	Patrimônio Líquido	
	Aumento	Redução
Receita esperada (movimento de 10%)	1.753	(1.555)
Descontos e penalidade (movimento de 10%)	-	(5.517)

Bônus de subscrição e IF	Lucro ou (prejuízo)	
	Aumento	Redução
ROL das ações (movimento de 5%)	1.538	493

Gerenciamento de capital de risco

Os objetivos da Companhia por meio da gestão de capital são salvaguardar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos, a fim de oferecer retorno aos acionistas e benefícios da Companhia as demais partes relacionadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo e maximizar seus fundos.

A estrutura de capital da Companhia compreende em passivos financeiros e caixa e equivalentes de caixa. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital, bem como monitora, em tempo hábil, o prazo médio de pagamento em relação ao prazo médio de recebimento, tomando ações imediatas para gerir o capital de giro.

Risco de liquidez

A gestão financeira da Companhia tem a responsabilidade pela gestão do risco de liquidez e prepara um modelo adequado de gestão de riscos de liquidez para gerenciar os financiamentos e a gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa estimados e reais, a combinação dos perfis de vencimento dos ativos financeiros e passivos e a manutenção de um relacionamento próximo com as instituições financeiras, com divulgação regular de informações para apoiar decisões de crédito quando são necessários fundos externos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as obrigações relacionadas:

	Consolidado				
	Saldo contábil				
	31/12/2025	<1 ano	1-3 anos	>3 Anos	Total
Empréstimos e financiamentos	110.955	67.006	14.393	34.705	116.164
Debêntures	323.499	-	-	369.594	369.594
Fornecedores	269.100	269.100	-	-	269.100
Arrendamento	23.684	16.994	10.347	315	27.656
Adiantamento de clientes	33	33	-	-	33
Contas a pagar pela combinação de negócios, exceto contraprestação contingente	-	-	-	-	-
Contas a pagar pela combinação de negócios, considerando a contraprestação contingente	494	247	394	-	641
Outras contas a pagar	28.942	16.111	20.449	-	36.560
Total	756.707	369.551	45.583	404.614	819.478

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo contábil				Total
	31/12/2024 (Reapresentado)	<1 ano	1-3 anos	>3 Anos	
Empréstimos e financiamentos	383.161	245.672	74.854	77.397	397.923
Debêntures	386.084	209.630	171.294	20.928	401.852
Fornecedores	412.681	412.681	-	-	412.681
Arrendamento	37.434	18.790	28.355	-	47.145
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	-
Contas a pagar pela combinação de negócios, exceto contraprestação contingente	15.095	17.422	-	-	17.422
Contas a pagar pela combinação de negócios, considerando a contraprestação contingente	11.260	3.461	7.799	-	11.260
Outras contas a pagar	16.671	8.970	11.712	-	20.682
Total	1.262.386	916.626	294.015	98.325	1.308.965

Outros riscos financeiros

Outros riscos financeiros decorrentes de instrumentos financeiros são os seguintes:

Risco de crédito

Risco de prejuízo financeiro para a Companhia se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais, e decorre principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia. Os saldos de contas a receber são liquidados principalmente por meio de cartões de crédito do cliente, com a maioria das contas a receber recolhidas após o processamento de transações com cartão de crédito. Caixa e equivalentes de caixa são colocados em instituições financeiras e instrumentos financeiros que a Administração acredita serem de alta qualidade de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao crédito.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa exposto a um risco de crédito é de R\$ 111.361 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 104.731 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não trabalha com instituições financeiras com ratings inferiores a AAA.

O saldo de contas de clientes expostos a um risco de crédito é de R\$ 293.351 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 334.719 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou o montante de R\$ 9.906 de PECLD referentes as prestações de serviços (R\$ 10.835 em 31 de dezembro de 2024).

Embora a Companhia apresente contas a receber segregadas entre “Contas a receber de operadoras de cartão de crédito” e “Contas a receber dos clientes” como mostra a Nota Explicativa nº 7, a maior parcela dos recebíveis dos clientes não são expostos a risco considerando que a Companhia tem o direito contratual de liquidá-lo com o valor do Fornecedor que a Companhia tem a pagar, ou não repassar os valores recebidos das operadoras de cartão de crédito (GMV) quando aplicável. No final do dia, a maior parte do modelo de negócio da Companhia é projetado para não ter um impacto negativo no capital de giro.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a mudanças nas taxas de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), relativo a aplicações financeiras, contas a pagar na combinação de negócios e empréstimos em reais, para os quais é realizada uma análise de sensibilidade, conforme descrito a seguir.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou uma análise de sensibilidade, considerando um cenário provável das taxas de juros ao qual foi medido utilizando-se as taxas de juros futuras, considerando uma taxa básica do CDI de 12,25% com base na curva futura de juros (fonte B3), datada do dia 02 de janeiro de 2026 e no cenário II e III com um aumento/redução, estimado através dos indicadores (CDI mais ou menos a inflação) baseados também nos limites apresentados no mesmo relatório.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos esperados das receitas provenientes de depósitos bancários que auferem juros, líquidos de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são os seguintes:

	Consolidado				
	31/12/2025	Aumento/ Redução	Cenário I - Provável	Cenário II - Aumento (CDI + Inflação)	Cenário III - Redução (CDI - Inflação)
Apliação financeira	45.073	Aumento	7.576	9.469	5.682
Contas a pagar na combinação de negócios	494	Aumento	(83)	(104)	(62)
Empréstimos e financiamentos	110.955	Aumento	(18.649)	(23.311)	(13.986)
Debêntures	323.499	Aumento	(54.372)	(67.965)	(40.779)
Impacto no resultado			(66.328)	(82.911)	(49.746)

Risco de câmbio

O risco decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia especialmente no contrato de aquisição da *Brandlive* Colômbia e da *Ecomsur*. Em 05 de maio de 2025, a Companhia converteu essa dívida em aumento de capital e liquidou as contas a pagar.

29. Partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.	17.840	-
Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda.	428	341
Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda.	2.756	2.474
Pier 8	143	143
Empréstimo Brandlive	5.045	5.045
Infracommerce Tatix Comércio e Participações Ltda.	9.831	6.181
Ativo não circulante	36.043	14.184
Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.	-	(3.100)
Infracommerce Armazéns Gerais Ltda.	(171)	(133)
Infrapay Administração de Pagamentos Ltda.	(10.953)	(933)
Infracommerce Synapcom Comércio Eletrônico S.A.	(26.668)	(20.907)
Infradata Sistemas S.A.	(711)	(694)
Passivo não circulante	(38.503)	(25.767)

Resumo da movimentação dos ativos com partes relacionadas do exercício findo de 31 de dezembro de 2025:

	Controladora
Saldo 31 de dezembro de 2024	14.184
Juros sobre transações com parte relacionada	431
Mútuos concedidos a parte relacionada	60.003
Pagamento de mútuo com parte relacionada	(38.575)
Saldo ativo em 31 de dezembro de 2025	36.043

Resumo da movimentação dos passivos com partes relacionadas do exercício findo de 31 de dezembro de 2025:

	Controladora
Saldo 31 de dezembro de 2024	(25.767)
Juros sobre transações com parte relacionada	(311)
Captação de mútuo com parte relacionada	(16.306)
Pagamento de mútuo com parte relacionada	3.881
Saldo passivo em 31 de dezembro de 2025	(38.503)

Refere-se a mútuos entre as empresas do Grupo, firmados em moeda local, sendo que possuem uma taxa de juros entre 1% e 2% a.a., aplicável a alguns contratos, e o prazo dos contratos dos mútuos a receber e a pagar são de 2 a 3 anos. A receita de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$431 (R\$ 83 em 31 de dezembro de 2024).

Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração da Administração foi de R\$ 4.505 (R\$ 10.513 em 31 de dezembro de 2024) registrado em despesas administrativas da Companhia, incluindo salários, remuneração variável, encargos sociais e benefícios diretos e indiretos.

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	3.282	4.374
Benefícios de curto prazo	886	903
Remuneração variável	338	5.236
Total	4.506	10.513

30. Prejuízo por ação

A seguir demonstramos o detalhamento do cálculo do prejuízo por ação:

Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações ordinárias potenciais relativas às opções de compra de ações e aos bônus de subscrição foram excluídas do cálculo do prejuízo diluído por ação, pois o prejuízo nesses exercícios é anti-dilutivo.

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido	(341.892)	(1.751.013)
Média ponderada de ações ordinárias	571.580	399.306
Prejuízo por ação básico	(0,59815)	(4,38514)

31. Pagamento baseado em ações

Em 2012, a Companhia estabeleceu um plano de opções de ações para seus executivos. O plano é gerido pelo Conselho de Administração da Companhia, observando os limites e diretrizes estabelecidos no plano.

O plano foi criado com os seguintes objetivos: **(i)** atrair, reter e motivar os beneficiários; **(ii)** gerar valor para os acionistas; e **(iii)** incentivar a visão empreendedora do negócio.

O plano inclui ações emitidas pela Companhia. Conforme estabelecido no plano, o preço de exercício das opções de ações não será inferior a 100% do preço de mercado na data de outorga. Qualquer exceção deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. A condição de vesting é baseada nos serviços prestados pelos executivos da Companhia.

O período de vesting durante o qual o beneficiário não poderá exercer a opção de ações respeitará as seguintes condições: **(i)** 25% do total das opções de ações concedidas só poderá ser exercido após o período de 12 meses de serviço contínuo e; **(ii)** 1/36 adicional das opções totais de ações pode ser exercida à medida que o beneficiário completar um mês adicional de serviços contínuos. Em alguns casos, o período de vesting é de 36 meses consecutivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 28 de abril de 2022 foi aprovado um novo plano de Stock Option, em que a outorga das opções de ações será feita de forma gradual, observado o limite máximo de 1% do capital social atual da Companhia ao ano (correspondentes a no máximo 2.816.364 ações ao ano). Desta forma, e considerando os períodos de vesting de, no mínimo, 4 anos e Cliff de 2 anos, a potencial diluição do Novo Plano na base acionária da Companhia ocorrerá gradualmente até 2030. Para o exercício de 2023, a Companhia emitiu 10.363 novas outorgas de opções de ações. Já para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu 10.587 novas outorgas de opções de ações. Já para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025, a Companhia ainda não emitiu novas outorgas de opções de ações.

O movimento das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é mostrado a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Números de opções	Média ponderada do preço no exercício	Números de opções	Média ponderada do preço no exercício
Saldo inicial	41.389	1.106	43.949	1.103
Exercidas durante o exercício	-	-	(148)	1,39
Emitidas durante o exercício	3.986	0,51	10.587	0,8
Canceladas durante o exercício	(5.776)	0,51	(12.999)	0,8
Saldo final	39.599	1.107	41.389	1.106
Exercíveis no exercício	39.481	0,51	35.868	0,8
Agrupamento de ações	7.896			

O valor justo das opções de ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, último período em que houve novas outorgas, foi calculado utilizando o modelo *Black & Scholes*, baseado nas seguintes premissas:

Data emissão	Opções emitidas	Preço médio ponderado	Valor justo da ação	Volatilidade	Taxa livre de risco
2024	10.587	R\$ 0,19	R\$ 0,11	88%	12,15%
2023	10.363	R\$ 1,51	R\$ 1,42	47%	11,75%
2022	14.256	R\$ 1,71	R\$ 5,54	55%	13,54%
2021	23.028	R\$ 16,22	R\$ 9,61	15%	2,32%
2020	12.586	US\$ 426	US\$ 306	30%	2,57%
2019	6.756	US\$ 400	US\$ 199	51%	4,56%
2018	4.775	US\$ 309	US\$ 261	56%	2,24%

Vida da opção

O tempo de vida esperado pela Companhia representa o período durante o qual se acredita que as opções sejam exercidas e foi determinado com base no pressuposto de que os beneficiários exercerão suas opções de 2022 a 2026.

Taxa livre de risco

Para 2020, a Companhia adotou como taxa de juros livre de riscos, a taxa equivalente aos títulos do Tesouro dos EUA disponíveis na data de cálculo e com vencimento equivalente ao da opção.

Para os planos outorgados em 2022, a Companhia utilizou a taxa de juros praticada no Brasil, tendo como base o CDI.

Volatilidade esperada

A volatilidade estimada levou em conta a ponderação do histórico de negociação de ações de empresas comparáveis.

32. Segmentos operacionais (consolidado)

O relatório por segmento é utilizado pela alta administração da Companhia para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões de alocação de recursos. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais de acordo com a receita líquida, lucro bruto, lucro ou prejuízo do exercício e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA).

O EBITDA apresentado por segmento é apurado com base no resultado operacional antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização e redução ao valor recuperável de ativos.

A Administração entende que a redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, quando reconhecida, representa item sem efeito caixa e, portanto, é apresentada como ajuste na reconciliação do EBITDA, para fins de avaliação do desempenho operacional dos segmentos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os dois maiores clientes da Companhia representavam em conjunto 18% e 37% da receita líquida respectivamente. Todos os demais clientes, se analisados individualmente, eram responsáveis por valores inferiores a 10% da receita líquida total da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir os resultados destas segmentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Reapresentado):

	31/12/2025			31/12/2024		
	Brasil	LATAM	Total	Brasil	LATAM (Reapresentado)	Total
Receita operacional líquida	265.390	444.565	709.955	426.493	600.595	1.027.088
Custo dos serviços prestados	(200.046)	(343.925)	(543.971)	(319.204)	(404.548)	(723.752)
Lucro bruto	65.344	110.640	165.984	107.289	196.047	303.336
Despesas comerciais	(6.707)	(12.827)	(19.534)	(9.084)	(63.107)	(72.191)
Despesas administrativas	(102.296)	(80.018)	(182.314)	(310.223)	(112.666)	(422.889)
Redução de valor recuperável de ativos intangíveis	(19.450)	(52.027)	(71,477)	(1.376.421)	-	(1.376.421)
Outras despesas operacionais	(29.759)	(11.436)	(41.195)	(25.478)	-	(25.478)
Outras receitas operacionais	37.381	-	37.381	6.902	1.626	8.528
Prejuízo antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(55.487)	(55.668)	(111.155)	(1.607.015)	21.900	(1.585.115)
Despesas financeiras	(245.815)	(14.856)	(200.671)	(207.218)	(25.800)	(233.018)
Receitas financeiras	16.556	22.025	38.581	67.893	10.113	78.006
Resultado financeiro líquido	(229.259)	7.169	(222.090)	(139.325)	(15.687)	(155.012)
Prejuízo antes dos impostos	(284.746)	(48.499)	(333.245)	(1.746.340)	6.213	(1.740.127)
Imposto corrente	-	(9.536)	(9.536)	-	(11.775)	(11.775)
Imposto diferido	889	-	889	889	-	889
Prejuízo do exercício	(283.857)	(58.035)	(341.892)	(1.745.451)	(5.562)	(1.751.013)
Reconciliação do EBITDA						
Prejuízo do exercício	(283.857)	(58.035)	(341.892)	(1.745.451)	(5.562)	(1.751.013)
Imposto corrente e diferido	(889)	9.536	8.647	(889)	11.775	10.886
Resultado financeiro líquido	229.259	(7.169)	222.090	139.325	15.687	155.012
Redução de valor recuperável de ativos intangíveis	19.450	52.027	71,477	1.376.421	-	1.376.421
Depreciação e amortização	47.874	27.621	75.495	107.084	24.249	131.333
EBITDA	11.837	23.980	35.817	(123.510)	46.149	(77.361)

33. Transação não caixa (consolidado)

O Grupo apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolvem caixa e, portanto, não estão refletidas nos resultados individuais e consolidados das demonstrações dos fluxos de caixa:

	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Representado)
Atividades de investimento			
Adições - Direito de uso	14	8.795	37.665
Baixas - Direito de uso	14	(2.327)	(33.400)
Recebimento de mútuo com partes relacionadas	29	10.149	-
Total		16.617	4.265
Atividades de financiamento			
Adições - Arrendamentos	15	8.795	37.691
Baixas - Arrendamentos	15	(2.829)	(33.479)
Aumento de capital	23	10.149	-
Total		16.115	4.412

34. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital decorrente de conversão de créditos detidos contra a Companhia em ações

Em 19 de fevereiro, o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, no valor de R\$ 11.715, mediante a subscrição privada de 9.602.783 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal emitidas pela Companhia (“Ações”), integralizadas mediante a capitalização de créditos detidos pela GB Securitizadora S.A. (“GB”) decorrentes do resgate antecipado obrigatório de notas comerciais emitidas pela Companhia, conforme direito previsto nos termos do “Termo de Emissão de Notas Comerciais, em 4 (quatro) séries, para colocação privada, da 3ª (terceira) emissão da Companhia”, celebrado em 21 de outubro de 2024, conforme aditado em 23 de janeiro de 2025 e 19 de março de 2025, sendo (i) um resgate antecipado obrigatório extraordinário de 10 (dez) notas comerciais da 1ª (primeira) série, acrescido de Prêmio, e (ii) um resgate antecipado obrigatório extraordinário de 10 (dez) Notas Comerciais da 4ª (quarta) série, acrescido de Prêmio (“Créditos” e “Aumento de Capital”, respectivamente). Conforme comunicado a mercado de 23 de fevereiro, a GB passou a deter 7,33% na data e declarou que o objetivo da participação é, atualmente, de investimento e, portanto, tal participação poderá ser aumentada ou reduzida conforme condições de mercado. O capital social da Companhia passará de R\$ 901.976, dividido em 121.258.965 ações ordinárias, para R\$ 913.691, dividido em 130.861.748 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 20 de março, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, no valor de R\$ 4.762, mediante a subscrição privada de 6.265.223 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal emitidas pela Companhia (“Ações”) mediante a capitalização de parcela do crédito detido por Inversiones Galilea S.A., IG-Ventures S.A., EZ Ventures SpA, Ignite Ops Holding, LLC e Pablo Andrés Basso González (em conjunto, os “Credores Ecomsur” ou “Sellers”) contra a Companhia, decorrentes das obrigações de “Compensation” (conforme definido no Amendment to the Master Agreement celebrado em 12 de fevereiro de 2025), denominados, em conjunto, como “Créditos” (“Aumento de Capital”).

O capital social da Companhia passará de R\$ 913.691, dividido em 130.861.748 ações ordinárias, para R\$ 918.453, dividido em 137.126.971 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 10 de abril, o Conselho de Administração aprovou a ratificação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, com a exclusão do direito de preferência para os acionistas da Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, e do parágrafo 2º do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, resultante da conversão em ações de 500.000 (quinhentas mil) debêntures emitidas pela Companhia no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações. O valor do Aumento de Capital ratificado pelo Conselho de Administração é de R\$ 600 mediante a emissão de 666.776 (seiscentas e sessenta e seis mil, setecentas e setenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. Após o Aumento de Capital, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$ 913.691, dividido em 130.861.748 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, passará a ser de R\$ 914.291, dividido em 131.528.524 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Liberação de saldo remanescente de empréstimo contratado junto a FINEP

Em 12 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu junto a FINEP o montante de R\$ 34.294, líquido de comissão devida a FINEP decorrente de Tarifa de Inspeção e Acompanhamento (TIV) R\$ 388, referente a última liberação de recursos previstos no contrato de empréstimo firmado em 07 de julho de 2023. Conforme previsão contratual, a Companhia apresentou a FINEP carta fiança garantidora da operação emitida por instituição financeira homologada. Para tal, a Companhia constituiu garantia financeira mediante a aplicação de recursos próprios na mesma instituição, em montante equivalente a 85% do saldo devedor desta liberação. As condições vigentes seguem aquelas pactuadas em contrato original firmado em 07 de julho de 2023, a saber: **(i)** correção financeira mensal de 3,30% ao ano acrescidos da variação positiva da taxa referencial (TR); **(ii)** pagamentos mensais da correção financeira, desde a data da liberação dos recursos até a integral quitação da operação; **(iii)** pagamento do valor principal em 90 parcelas mensais e iguais, tendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2026.

* * *

Diretoria executiva
Mariano Oriozabala
CEO

Bruno de Andrade Vasques
CFO

Dayana Antunes de Souza
Gerente de Contabilidade
CRC: SP-320841/O-9



CNPJ/ME Nº 38.456.921/0001-36
NIRE 35.300.557.361
MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA - COAUD
Infracommerce CXaaS S.A.

**Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de dezembro de
2025 da INFRACOMMERCE CXAAS S.A**

Os membros do Comitê de Auditoria - COAUD, nos termos de suas atribuições estabelecidas em seu Regimento Interno, procederam a revisão e análise das Informações Trimestrais (ITR) e Notas Explicativas do trimestre findo em 31 de dezembro de 2025 da INFRACOMMERCE CXAAS S.A., acompanhadas do Relatório Preliminar do Auditor Independente sobre as referidas ITRs, sem ressalva e sem ênfase sobre continuidade operacional, recebido em 29/04/2026, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelo sócio da Grant Thornton Auditores Independentes, recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração..

São Paulo, 29 de abril de 2026.

ROBERTO RITTES
Presidente

MARCIO LUTTERBACH
Membro

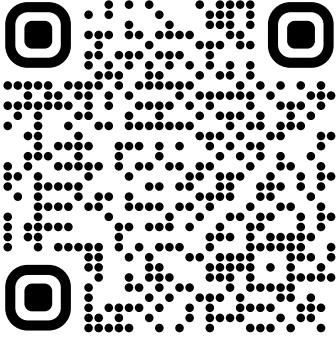
NELSON NOBREGA DA COSTA
Membro

55 11 3848 1300

contato@infracommerce.com.br
infracommerce.com.br

CENU - Torre Norte
Av. das Nações Unidas, 12901 Brooklin
32º e 33º andares · 04578-910 · São Paulo · SP

Relatório de auditoria e validação de assinaturas eletrônicas



URL pública de verificação de integridade e autenticidade
<https://valida.ae/6370eff985c3f595c5e469cce5797c1e0bd3b811603fbbd53>

Assinaturas concluídas: 3 de 3

Assinaturas eletrônicas realizadas em conformidade com a Lei nº 14.063/2020 e Regulamento (UE) nº 910/2014 (eIDAS)

Como auditar e validar este documento
 Você está visualizando uma via para impressão do documento, ela possui os dados de auditoria, porém ela pode ser alterada. Para conferir a integridade do documento e das assinaturas, **acesse a URL pública de validação ou escaneie o QRCode ao lado.**

798079d5fb8bd2920e25d960b80
 86ac70a629a82c6047e879d63e1
 ab4ab81ff6 Hash SHA256 do original

Assinaturas presentes no documento

Roberto Rittes
 255.282.758-65
 Signatário

Marcio Lutterbach
 668.054.147-68
 Signatário

Nelson Nobrega Da Costa
 104.331.818-69
 Signatário

Trilha de auditoria

- 29/04/2026 17:49 **Fernando de Lima Lopes** (fernando.lopes@infracommerce.com.br, CPF 263.849.958-75) criou o documento

Hash SHA256 do arquivo: 798079d5fb8bd2920e25d960b8086ac70a629a82c6047e879d63e1ab4ab81ff6
- 29/04/2026 17:53 **Marcio Lutterbach** (mjsslutterbach@gmail.com, CPF 668.054.147-68) visualizou o documento

Endereço de IP: 201.28.137.10 Porta: 63853
- 29/04/2026 17:53 **Marcio Lutterbach** (mjsslutterbach@gmail.com, CPF 668.054.147-68) assinou o documento

Endereço de IP: 201.28.137.10 Porta: 63853 SO: OS X 10.15.7 Navegador: Safari/26.3 Arquitetura: ARM64 Render engine: Gecko Tipo de geolocalização: IP Precisão: 5km+ Latitude e longitude: -22.2778, -48.0908
- 29/04/2026 18:02 **Nelson Nobrega Da Costa** (nelsoncostan@hotmail.com, CPF 104.331.818-69) visualizou o documento

Endereço de IP: 177.112.5.101 Porta: 59920
- 29/04/2026 18:02 **Nelson Nobrega Da Costa** (nelsoncostan@hotmail.com, CPF 104.331.818-69) assinou o documento

Endereço de IP: 177.112.5.101 Porta: 59920 SO: Windows 10.0 Navegador: Edge/147.0.0.0 Arquitetura: x64 Render engine: Gecko Tipo de geolocalização: IP Precisão: 5km+ Latitude e longitude: -22.7112, -47.2928
- 29/04/2026 18:04 **Roberto Rittes** (roberto.rittis@gmail.com, CPF 255.282.758-65) visualizou o documento

Endereço de IP: 200.173.177.99 Porta: 59648

29/04/2026
18:04

Roberto Rittes (roberto.ritt@gmail.com, CPF 255.282.758-65) assinou o documento

Endereço de IP: 200.173.177.99	Navegador: Chrome/147.0.0.0	Tipo de geolocalização: IP
Porta: 59648	Arquitetura: ARM	Precisão: 5km+
SO: AndroidOS 10	Render engine: Gecko	Latitude e longitude: -23.5475, -46.6361

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Infracommerce CXaaS S.A. (“Companhia”), nos termos de suas atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia e em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso VI da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025, autorizando sua conclusão nesta data.

São Paulo/SP, 30 de abril de 2026.

Mariano Fernando Oriozabala
Diretor-Presidente

Bruno de Andrade Vasques
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores

Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias
Diretor sem designação específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Infracommerce CXaaS S.A. (“Companhia”), nos termos de suas atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia e em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Paulo/SP, 30 de abril de 2026.

Mariano Fernando Oriozabala
Diretor-Presidente

Bruno de Andrade Vasques
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores

Luiz Antonio Miranda Pavão de Farias
Diretor sem designação específica